



ACADEMIA MILITAR

A DETEÇÃO DA MENTIRA PELOS MILITARES DA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA

Autor: Aspirante de Cavalaria da GNR Pedro Manuel Júlio Costa

Orientador: Professor Doutor José Fontes

Coorientador: Major de Artilharia Tânia Ferreira

Mestrado Integrado em Ciências Militares, na Especialidade de Segurança

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, maio de 2021



ACADEMIA MILITAR

A DETEÇÃO DA MENTIRA PELOS MILITARES DA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA

Autor: Aspirante de Cavalaria da GNR Pedro Manuel Júlio Costa

Orientador: Professor Doutor José Fontes

Coorientador: Major de Artilharia Tânia Ferreira

Mestrado Integrado em Ciências Militares, na Especialidade de Segurança

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, maio de 2021

EPÍGRAFE

"The most valuable thing in the world is the truth; so valuable that it has often been
barricaded by a bodyguard of lies."
(Winston Churchill, 1943)

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, avós e irmão.

Aos meus amigos.

Ao XXVI CFO.

À Jennifer, minha namorada, por me apoiar sempre nesta longa jornada, tornando possível, o impossível.

AGRADECIMENTOS

O Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada, no contexto do plano de estudos dos cursos da Academia Militar, representa por um lado, o culminar de 5 (cinco) anos de formação, e por outro o preâmbulo do início de carreira de Oficial na Guarda Nacional Republicana. Assim, tendo em conta a simbologia associada àquilo que a presente investigação representa, os reconhecimentos que se seguem, dizem respeito à mesma, mas também àquele que foi o meu percurso de formação:

Ao meu Orientador, Senhor Professor Doutor José Fontes, por todo o apoio, orientação, predisposição e elevado profissionalismo, não só durante a investigação, mas também enquanto Docente das Unidades Curriculares lecionadas ao longo dos últimos 5 (cinco) anos.

À minha Coorientadora, Senhora Major de Artilharia Tânia Ferreira, pela incansável predisposição em ajudar e esclarecer prontamente todas as dúvidas que foram surgindo ao longo da investigação, pela orientação, dedicação, partilha de conhecimento e profissionalismo, abdicando de muitas horas em detrimento desta investigação.

Ao Diretor de Formação da Escola da Guarda, Senhor Coronel António da Silva Dias, por ter facultado prontamente os documentos necessários para a concretização da investigação, acrescentando valor pertinente à mesma.

Ao Diretor dos Cursos da Guarda Nacional Republicana na Academia Militar, Senhor Tenente-Coronel de Infantaria da Guarda Nacional Republicana Paulo Gomes, pela disponibilidade em esclarecer eventuais questões acerca da investigação, bem como pela preocupação em fazer chegar em tempo útil informações relevantes.

Ao Diretor do Tirocínio Para Oficiais, Senhor Major de Infantaria da Guarda Nacional Republicana Rui Pereira, pela prontidão e elevado espírito de camaradagem que sempre demonstrou para com o XXVI Curso de Formação de Oficiais, disponibilizando-se sempre, para qualquer questão que surgisse na investigação, contribuindo em grande medida para a concretização da investigação.

Às Senhoras Professoras de Inglês Helga Candeias e Dora Cavaco, que procederam à tradução de um questionário utilizado na investigação, tarefa de importância fundamental para a realização da mesma.

A todos os militares, Guardas, Sargentos e Oficiais pertencentes à estrutura da Investigação Criminal, que prescindiram do seu tempo para responder ao inquérito por questionário.

Aos meus camaradas, do XXVI Curso de Formação de Oficiais e do Curso General José Augusto de Simas Machado, por todos os momentos vivenciados, pelos sacrifícios feitos, pelo espírito de camaradagem e de amizade, e por todo o acompanhamento ao longo do crescimento individual e coletivo nos últimos 5 (cinco) anos, que contribuíram decididamente para aquilo que me tornei, pessoal e profissionalmente.

Aos meus pais, avós e irmão, pelo infindável apoio, pela sólida base familiar, que me possibilitou sempre superar as minhas próprias expectativas, pela compreensão nos momentos mais atribulados, pelas palavras de motivação, e pelo apoio em manter sempre o foco no que importa.

À Jennifer, minha namorada, pelo apoio, dedicação, compreensão e paciência, pelas horas abdicadas em detrimento da minha pessoa, pelas longas semanas que esperámos para nos voltarmos a encontrar, por ter sempre acreditado desde o primeiro momento em que decidi ingressar nesta carreira, por nunca duvidar das minhas capacidades, e contribuir diariamente para me auto superar, por me apoiar sempre nesta longa jornada, tornando possível, o que inicialmente para a maioria era impossível.

A todos, o meu profundo agradecimento.

RESUMO

O presente Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada, subjacente ao tema “A Detecção da Mentira pelos Militares da Guarda Nacional Republicana” tem como objetivo geral identificar as pistas verbais e as pistas não verbais, que na perceção dos militares da Guarda Nacional Republicana, estão associadas à deteção da mentira. Assumindo a prova testemunhal contornos falíveis, é imperativo que os militares da Guarda Nacional Republicana afetos à tarefa de colher notícias e assegurar meios de prova, consigam identificar corretamente as pistas que evidenciam a presença da mentira no discurso dos indivíduos.

A fim de se dar mais robustez à investigação, foram formuladas perguntas derivadas em consonância com os objetivos específicos delineados: identificar e caracterizar as pistas verbais e não verbais que os militares da Guarda Nacional Republicana associam à deteção da mentira, e que se correlacionam com o grau em que os militares obtiveram prova da sua perceção de mentira; identificar as pistas verbais que os militares da Guarda Nacional Republicana associam às pistas não verbais para detetar a mentira; e finalmente identificar um modelo preditivo da mentira.

A investigação apoiou-se no método dedutivo, seguindo uma abordagem quantitativa, com recurso ao inquérito por questionário. Foram recolhidas 102 (cento e duas) respostas de militares afetos à Investigação Criminal da Guarda Nacional Republicana.

Concluiu-se que, embora existam algumas incongruências entre a perceção dos militares da Guarda Nacional Republicana e o que está provado cientificamente quanto à deteção da mentira, a perceção dos militares é coincidente com o resultado de outras investigações realizadas nesta área. Através do modelo desenvolvido concluiu-se também que os militares atentando na plausibilidade, na coerência, na produção não estruturada, na ausência de alegria, e na presença de sorrisos falsos, conseguem detetar a mentira com uma precisão de 47,1%. A investigação salienta também a necessidade de haver uma maior valorização das pistas verbais em detrimento das pistas não verbais, contrariamente ao que se verificou.

Palavras-chave: Mentira; Detecção; Pistas Verbais; Pistas Não Verbais.

ABSTRACT

This Final Scientific Report of the Applied Research, underlying the theme "Lie Detection by the Military of the Guarda Nacional Republicana" aims to identify the verbal and nonverbal cues which, in the perception of the military of the Guarda Nacional Republicana, are associated with the detection of lying. Thus, the problematic issue associated to this research arises: What are the verbal cues and nonverbal cues associated with the detection of lying in the perception of the military of the Guarda Nacional Republicana?

In order to make the research more robust, derived questions were formulated in line with the specific objectives outlined: to identify and characterise the verbal and non-verbal cues that the soldiers of the Guarda Nacional Republicana associate with lie detection, and which correlate with the degree to which soldiers obtained evidence of their perception of lying; to identify the verbal cues that the soldiers of the Guarda Nacional Republicana associate with the non-verbal cues to detect lying; and finally to identify a predictive model of lying.

As regards the methodological path, the research was based on the deductive method, following a quantitative approach. For data collection, documentary analysis, literature search and questionnaire survey were the selected methods, and 102 questionnaires were applied to the military assigned to the Criminal Investigation of the Guarda Nacional Republicana.

It was concluded that, although there are some inconsistencies between the perception of the military of the Guarda Nacional Republicana and what is scientifically proven regarding the detection of lying, the perception of the military is coincident with the result of other research in this area. Through the model developed, it was also concluded that the military, paying attention to plausibility, coherence, unstructured production, absence of joy and the presence of false smiles, manage to detect lies with an accuracy of 47.1%. The research also highlights the need to give greater importance to verbal clues to the detriment of non-verbal clues, contrary to what was observed.

Keywords: Lie; Detection; Verbal Cues; Nonverbal Cues.

ÍNDICE GERAL

EPÍGRAFE.....	i
DEDICATÓRIA	ii
AGRADECIMENTOS	iii
RESUMO.....	v
ABSTRACT	vi
ÍNDICE GERAL.....	vii
ÍNDICE DE FIGURAS	x
ÍNDICE DE QUADROS	xi
ÍNDICE DE TABELAS.....	xii
LISTA DE APÊNDICES E/OU ANEXOS	xiii
LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS	xiv
INTRODUÇÃO	1
PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO-CONCETUAL	5
CAPÍTULO 1 – TEORIAS DA DETEÇÃO DA MENTIRA.....	5
1.1 – Definições	6
1.2 – A Teoria dos Quatro Fatores	8
1.3 – A Abordagem Emocional	9
1.4 – Teoria Interpessoal do Engano	10
1.5 – Perspetiva da Autoapresentação.....	11
1.6 – Teoria da Psicologia Moral	11
CAPÍTULO 2 – COMUNICAÇÃO NO CONTEXTO DA PROVA TESTEMUNHAL	14
2.1 – A Prova Testemunhal	14
2.2 – A Psicologia do Testemunho	16
2.3 – Comunicação Verbal.....	17

2.4 — Comunicação Não Verbal.....	18
2.5 — Pistas Verbais e Não Verbais na Detecção da Mentira	20
2.5.1 — Pistas Verbais	20
2.5.2 — Pistas Não Verbais	21
CAPÍTULO 3 — DETECÇÃO DA MENTIRA PELAS FORÇAS DE SEGURANÇA.	23
3.1 — Análise Comportamental.....	23
3.2 — CBCA	24
3.3 — SVA.....	25
3.4 — RM.....	25
3.5 — SCAN.....	26
3.6 — Micro expressões faciais	27
PARTE II — ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO E TRABALHO DE CAMPO	29
CAPÍTULO 4 — METODOLOGIA, MÉTODOS E MATERIAIS	29
4.1 — Modelo de Análise	29
4.2 — Amostra e procedimentos.....	30
4.3 — Tratamento e análise de dados.....	31
4.4 — Instrumento	32
CAPÍTULO 5 — APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	35
5.1 — Caracterização sociodemográfica e profissional da amostra.....	35
5.2 — Apresentação, análise e discussão dos dados relativos às PV	36
5.3 — Apresentação, análise e discussão dos dados relativos às PNV	39
5.4 — Análise de dados relativos à capacidade em detetar a mentira	42
5.5 — Relação entre as pistas de detecção da mentira	43
5.6 — Relação entre as PV/PNV e a “Prova da percepção quanto à detecção da mentira”.....	46

5.7 – Regressão Linear Múltipla para a variável dependente “Prova da percepção quanto à detecção da mentira”.....	48
CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	50
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	56
APÊNDICES	I
APÊNDICE A – MODELO DE ANÁLISE E DESENHO DA INVESTIGAÇÃO.....	II
APÊNDICE B – POPULAÇÃO ALVO, POPULAÇÃO ACESSÍVEL E AMOSTRA DA INVESTIGAÇÃO	IV
APÊNDICE C – TESTE DE NORMALIDADE DOS DADOS.....	V
APÊNDICE D – INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO	VI
APÊNDICE E – GRÁFICOS E TABELAS REFERENTES À CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA	XVII
APÊNDICE F – TABELAS DE RESPOSTAS À PARTE I DO IQ.....	XIX
APÊNDICE G – TABELAS DE RESPOSTAS À PARTE II DO IQ.....	XXII
APÊNDICE H – GRÁFICOS E TABELA DE RESPOSTAS À PARTE III DO IQ	XXIV
APÊNDICE I – TABELAS DE CORRELAÇÃO LINEAR E DE REGRESSÃO LINEAR MÚLTIPLA	XXVI
APÊNDICE J – FORMAÇÃO NA GNR.....	XXIX
APÊNDICE K – MANUAL DE ENTREVISTA/INTERROGATÓRIO.....	XXXII
ANEXOS.....	XXXVI
ANEXO A – TEORIAS DE COMPORTAMENTO NÃO VERBAL E DE ENGANO	XXXVII
ANEXO B – ALEGADAS DIFERENÇAS PSICOLINGUÍSTICAS ENTRE SUSPEITOS VERDADEIROS E ENGANOSOS.....	XXXVIII

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura n.º 1 — Apresentação do OG, PP e dos respetivos OE e PD	30
Figura n.º 2 — Regressões lineares múltiplas para a variável dependente “Prova quanto à percepção da deteção da mentira”	49
Figura n.º 3 — Sistematização da resposta à PP.....	53
Figura n.º 4 — Modelo de análise da investigação.....	II
Figura n.º 5 — Desenho da investigação	III
Figura n.º 6 — População Alvo, População Acessível e Amostra da investigação	IV
Figura n.º 7 — Gráfico de barras dos postos dos militares.....	XVII
Figura n.º 8 — Histograma dos anos de serviço dos militares	XVII
Figura n.º 9 — Gráfico circular do género dos militares.....	XVIII
Figura n.º 10 — Gráfico circular do estado civil dos militares	XVIII
Figura n.º 11 — Gráfico circular das habilitações literárias dos militares	XVIII
Figura n.º 12 — Gráfico circular da habilitação de curso que capacite para a deteção da mentira.....	XVIII
Figura n.º 13 — Gráfico circular das respostas obtidas à questão 2 da Parte III do IQ .	XXIV
Figura n.º 14 — Gráfico circular das respostas obtidas à questão 2.1 da Parte III do IQ.....	XXIV
Figura n.º 15 — Gráfico de barras das respostas obtidas à questão 3 da Parte III do IQ	XXIV
Figura n.º 16 — Teorias de comportamento não verbal e de engano	XXXVII

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro n.º 1 — Quadro de Análise aos PGD.....	XXXI
Quadro n.º 2 — Alegadas diferenças psicolinguísticas entre suspeitos verdadeiros e enganosos.....	XXXVIII

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela n.º 1 — Teste de normalidade dos dados	V
Tabela n.º 2 — Idades dos militares inquiridos	XVII
Tabela n.º 3 — Respostas à questão aberta da Parte I do IQ	XIX
Tabela n.º 4 — Respostas às questões fechadas da Parte I do IQ	XX
Tabela n.º 5 — Tabela comparativa das respostas obtidas com a investigação de Bogaard e Meijer (2018)	XXI
Tabela n.º 6 — Tabela de respostas à Parte II do IQ	XXII
Tabela n.º 7 — Tabela de respostas à caracterização da mudança do tom de voz	XXIII
Tabela n.º 8 — Tabela de respostas quanto à importância da deteção da mentira	XXV
Tabela n.º 9 — Tabela de relação entre as PV da DM	XXVI
Tabela n.º 10 — Tabela de relação entre as PNV da DM	XXVII
Tabela n.º 11 — Tabela de relação entre as PV/PNV e a “Prova da percepção quanto à deteção da mentira”	XXVIII
Tabela n.º 12 — Resumo do modelo com as variáveis independentes e a variável dependente “Prova da percepção quanto à deteção da mentira”	XXVIII

LISTA DE APÊNDICES E/OU ANEXOS

APÊNDICES

Apêndice A	Modelo de análise e desenho da investigação
Apêndice B	População Alvo, População Acessível e Amostra da investigação
Apêndice C	Teste de normalidade dos dados
Apêndice D	Inquérito por questionário
Apêndice E	Gráficos e Tabelas referentes à caracterização da amostra
Apêndice F	Tabelas de respostas à Parte I do IQ
Apêndice G	Tabelas de respostas à Parte II do IQ
Apêndice H	Gráficos e Tabela de respostas à Parte III do IQ
Apêndice I	Tabelas de correlação linear e de regressão linear múltipla
Apêndice J	Formação na GNR
Apêndice K	Manual de Entrevista/Interrogatório

ANEXOS

Anexo A	Teorias de comportamento não verbal e de engano
Anexo B	Alegadas diferenças psicolinguísticas entre suspeitos verdadeiros e enganosos

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS

a.C.	Antes de Cristo
art.º	artigo
AJ	Autoridade Judiciária
CBCA	<i>Criteria Based Content Analysis</i>
CFG	Curso de Formação de Guardas
Cfr.	Conforme
CFS	Curso de Formação de Sargentos
CNV	Comunicação Não Verbal
CP	Código Penal
CPC	Curso de Promoção a Capitão
CPCb	Curso de Promoção a Cabo
CPP	Código de Processo Penal
CPSA	Curso de Promoção a Sargento-Ajudante
CRP	Constituição da República Portuguesa
CV	Comunicação Verbal
DL	Decreto-Lei
DM	Deteção da Mentira
EUA	Estados Unidos da América
FS	Forças de Segurança
FSS	Forças e Serviços de Segurança
GNR	Guarda Nacional Republicana
IQ	Inquérito por Questionário
LOIC	Lei de Organização da Investigação Criminal
MP	Ministério Público
MPGNR	Mapa de Pessoal da Guarda Nacional Republicana
n.º	número
NEP	Norma de Execução Permanente
OE	Objetivo Específico
OG	Objetivo Geral

p.	Página
PAGNR	Plano de Atividades da Guarda Nacional Republicana
PD	Pergunta Derivada
PGD	Programa Geral Detalhado
PNV	Pistas Não Verbais
PP	Pergunta de Partida
pp.	Páginas
PV	Pistas Verbais
RCFTIA	Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada
SCAN	<i>Scientific Content Analysis</i>
Séc.	Século
SIIOP	Sistema Integrado de Informações Operacionais de Polícia
ss.	e seguintes
SVA	<i>Statement Validity Assessment</i>
TPO	Tirocínio para Oficiais
VD	Variável Dependente
VI	Variável Independente
vs.	versus

INTRODUÇÃO

A Guarda Nacional Republicana (GNR), enquanto Órgão de Polícia Criminal (OPC) de competência genérica¹, constitui-se como uma Força de Segurança (FS) que, no âmbito Processual Penal², coadjuva as Autoridades Judiciárias (AJ), sendo responsável por desenvolver ações de prevenção e investigação da sua competência (artigo (art.º) 3.º alíneas a) e b) da Lei de Organização da Investigação Criminal (LOIC)). Nesse sentido, e de acordo com o art.º 55.º número (n.º) 2 do Código Processual Penal (CPP), deverá “colher a notícia do crime e impedir quanto possível as suas consequências, descobrindo os seus agentes e levando a cabo os atos necessários e urgentes destinados a assegurar os meios de prova”.

Neste contexto, a prova testemunhal surge no art.º 128.º do CPP, sendo considerada “por vários autores como a mais importante das provas, em razão de, durante o depoimento, a testemunha ser chamada a pronunciar-se sobre as suas perceções de factos passados” (Ribas, 2019, p. 1). A testemunha deve assim “ser inquirida sobre os factos que possua conhecimento direto e que constituam objeto da prova” (art.º 128.º n.º 1 do CPP).

Assumindo um caráter bastante falível, uma vez que por motivos diversos, como a mentira, a influência ou a imaturidade da testemunha (Ribas, 2019), é imperativo que os OPC, e especificamente os militares da GNR afetos à tarefa de colher notícias e assegurar meios de prova, consigam identificar corretamente as pistas que evidenciem a presença da mentira no discurso dos indivíduos. É precisamente neste aspeto quanto à verdade e mentira dos testemunhos, que a presente investigação se pretende focar.

A mentira, reporta a um ato que desde há muito tempo é observado e debatido, podendo ser identificada através de manifestações voluntárias e/ou involuntárias. De acordo com Trovillo (1938), em 900 a.C. afirmava-se que os mentirosos tremiam e demonstravam nervosismo. Em 1908 Unterberg despertou a atenção de vários académicos, ao salientar a utilidade em observar a postura, os movimentos dos olhos e dos joelhos para a deteção da mentira (DM) (Trovillo, 1938). Anos mais tarde, acreditava-se que “aquele que tem olhos para ver e ouvidos para ouvir pode convencer-se de que nenhum mortal pode guardar um segredo.” (Freud, 1959, p. 54).

¹ Lei n.º 49/2008, de 27 de agosto: Lei de Organização da Investigação Criminal, art.º 3.º.

² Direito Processual Penal é “o ramo do direito público que disciplina a investigação e esclarecimento do crime concreto e permite a aplicação da consequência jurídica àquele que, com a sua conduta, realizou um tipo de crime” (Andrade, 2010, p. 9).

Conforme as investigações conduzidas por Bond e DePaulo (2006), constatou-se que 54% dos indivíduos conseguem detetar acertadamente a verdade ou mentira em determinadas situações, representando este valor, uma atuação ao nível do acaso ou sorte. Alguns autores como Hartwig, Granhag, Strömwall e Vrij (2004) argumentam que este mau desempenho pode ser explicado pelas crenças que os indivíduos, erradamente têm sobre as pistas que expõem os mentirosos.

Sabendo que a comunicação se assume como um fator preponderante na recolha da prova pessoal, importa também diferenciar os dois sistemas que a constituem: a comunicação verbal (CV) e a comunicação não verbal (CNV). A primeira, assenta na utilização dos sons e da linguagem para transmitir uma determinada mensagem, ao passo que a segunda se traduz na comunicação feita além das palavras, abrangendo as expressões faciais, as posturas ou os gestos (Oliveira, 2019). A comunicação mais precisa e eficiente, ocorre quando ambos os sistemas transmitem significados consistentes (Leathers & Eaves, 2017).

Tendo em conta que o contacto com o cidadão comum se encontra na génese da GNR, a comunicação institucional, enquanto transmissão de informação útil, precisa e eficiente, reveste-se de importância acrescida, sendo a CV e a CNV eficazes em todo o sistema de justiça criminal a partir de situações policiais (Otu, 2015). Assim, o objetivo da investigação passará por identificar os elementos da CV e da CNV, que na perceção dos militares da GNR estão associadas à DM.

Desenvolvido no âmbito do plano curricular do Mestrado Integrado em Ciências Militares na especialidade de Segurança da GNR, o presente Trabalho de Investigação Aplicada (TIA) é subordinado ao tema: “A Detecção da Mentira pelos Militares da Guarda Nacional Republicana”.

Tendo em conta o objetivo definido, e sabendo que a Pergunta de Partida (PP) “orientará, tal e qual um farol, toda a sua investigação” (Rosado, 2015, p. 79) formulou-se a seguinte: “Quais são as pistas não verbais³ e as pistas verbais⁴ associadas à DM, na perspetiva dos militares da GNR?”.

Intimamente relacionada com a PP, encontra-se o Objetivo Geral (OG). Prendendo-se com a razão de ser da investigação, o OG materializa o seu propósito, podendo-se considerar “um enunciado declarativo que precisa a orientação da investigação segundo o nível dos conhecimentos estabelecidos no domínio em questão” (Fortin, 2009, p. 100). Determinou-se o seguinte: “Identificar as PNV e as PV, que na perceção dos militares da

³ Doravante designadas por PNV.

⁴ Doravante designadas por PV.

GNR, estão associadas à DM”. Concomitantemente, traçaram-se os seguintes Objetivos Específicos (OE): (OE1) identificar e caracterizar as PNV que os militares da GNR associam à DM; (OE2) identificar e caracterizar as PV que os militares da GNR associam à DM; (OE3) identificar a relação entre as PV e PNV associadas à DM; (OE4) identificar as PV e PNV que se correlacionam com o grau em que os militares obtiveram prova da sua percepção de mentira; e (OE5) identificar um modelo preditivo da mentira.

A estrutura deste Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada (RCFTIA) segue as orientações da Norma de Execução Permanente (NEP) n.º 520/4ª (Academia Militar, 2015) — Normas para a Redação de Trabalhos de Investigação, e na NEP 522/1ª (Academia Militar, 2016), que versa sobre a formatação da investigação.

No que concerne à estrutura, o RCFTIA encontra-se articulado em 2 (duas) Partes que se coadunam numa sequência lógica: a Parte I dedicada ao Enquadramento Teórico-Concetual; e a Parte II versará acerca do Enquadramento Metodológico e Trabalho de Campo.

A Parte I compreende assim 3 (três) Capítulos dedicados às principais teorias da DM, à comunicação no contexto da prova testemunhal e à DM pelas FS.

O Capítulo 1 (um) especificará conceitos, cuja compreensão se afigura fundamental para o entendimento dos Capítulos seguintes, seguido da caracterização, das principais teorias acerca da DM. Com o intuito de se perceber o processo evolutivo nesta área, a caracterização das teorias, detalha o que cada investigador considerou ser pertinente na DM, bem como as conclusões retiradas, de forma a conduzir a investigação àquelas que são, na atualidade, as teorias mais completas e promissoras que necessitam de ser exploradas.

O Capítulo 2 (dois) aborda o papel que a prova testemunhal assume no contexto do Processo Penal e a tramitação do mesmo — com particular incidência na entrevista/interrogatório. Seguidamente, realiza-se uma breve análise àquilo que é a psicologia por detrás do testemunho, contemplando-se aspetos como a credibilidade e a fiabilidade. Tendo em conta que, os testemunhos devem ser analisados considerando tanto a CV como a CNV, o subcapítulo seguinte, debruça-se sobre estas duas vertentes comunicacionais, especificando o que se pode considerar como PV e PNV.

Seguidamente, o Capítulo 3 (três) aborda a DM no contexto das FS. Inicia-se com uma abordagem à análise comportamental em âmbito policial. Posteriormente, de acordo com outras investigações conduzidas neste contexto, é realizada uma análise das principais técnicas de DM aplicadas no terreno.

No que concerne à Parte II, esta é constituída pelos Capítulos 4 (quatro) e 5 (cinco). O Capítulo 4 (quatro) versa acerca da metodologia, os métodos e os materiais aplicados na presente investigação, especificando-se o modelo de análise, a amostra e procedimentos, o tratamento e análise de dados, e o instrumento utilizado na recolha de dados.

O Capítulo 5 (cinco) é dedicado à apresentação, análise e discussão dos resultados, através das quais será possível chegar à resposta das Perguntas Derivadas (PD) e respetiva PP, dando-se assim cumprimento aos objetivos da investigação. Para além da correspondência entre os dados recolhidos e os conceitos e teorias explanadas na Parte I, o Capítulo 5 (cinco) contará ainda com a análise das correlações feitas entre as diversas variáveis, que servem de base ao desenvolvimento e apresentação do modelo preditivo da mentira.

PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO-CONCETUAL

CAPÍTULO 1 – TEORIAS DA DETECÇÃO DA MENTIRA

Ao longo da história, as sociedades têm tentado detetar a mentira observando mudanças fisiológicas nos suspeitos de crimes, durante os interrogatórios (Leo, 2008).

Em algumas sociedades antigas e na Europa, prevaleceram os julgamentos por provas ou experiências, em que os indivíduos acusados eram sujeitos a traumas físicos a fim de se determinar a sua culpa ou inocência — os antigos hindus (e mais tarde o clero católico romano) exigiam que os suspeitos mastigassem e depois cuspissem uma boca cheia de arroz: os suspeitos que cuspissem com sucesso o arroz eram julgados inocentes; mas se os grãos ficassem colados à boca, eram considerados culpados (Trovillo, 1938). Noutros julgamentos, os indivíduos sobre os quais recaíssem suspeitas de roubo, eram obrigados a pôr uma mão em água fria e em seguida, em água a ferver: se perdessem a pele ou mostrassem uma bolha, seriam considerados culpados (Larson, 1932). Para além destes julgamentos, existiam ainda outro tipo de testes, onde as pessoas acusadas eram também obrigadas a segurar ou andar sobre um ferro quente, ou ser submerso numa piscina (Wilks, 1989). O objetivo destes julgamentos seria apelar aos deuses a revelar a inocência, uma vez que se acreditava que um indivíduo inocente seria mais forte e ajudado pelos deuses para sobreviver ao teste a que era submetido (Leo, 2008).

O julgamento por provas ou experiências, é o precursor histórico dos métodos modernos da DM (Skolnick, 1961). Atualmente, existem muitas teorias que explicam a relação entre PV e PNV, com a mentira. No entanto, um dos aspetos favoráveis apresentados por Vrij, Hartwig e Granhag (2019), é precisamente a reestruturação da discussão teórica, oferecendo uma reclassificação das teorias de engano. A reestruturação assenta numa lógica associada ao significativo crescimento do ramo da DM, principalmente desde que muitas das concetualizações clássicas foram lançadas (Zuckerman, DePaulo & Rosenthal, 1981), e que tanto a psicologia social como a psicologia cognitiva sofreram grandes desenvolvimentos teóricos (Fiske & Taylor, 2013)⁵. Desta forma, e atendendo ao objeto de estudo, abordar-se-ão no presente Capítulo, as teorias que marcaram a evolução da DM. No

⁵ Ver Anexo A — Teorias de comportamento não verbal e de engano.

entanto, e para que se compreenda o verdadeiro significado e valor das teorias, é fundamental a definição de alguns conceitos.

1.1 — Definições

Não existe uma definição universalmente aceita acerca do ato de mentir. De acordo com o Dicionário Filosófico de André Comte-Sponville (2003, p. 381), a mentira é o ato de “dizer, com intenção de enganar (e não por antífrase ou por ironia), o que se sabe ser falso. Toda a mentira supõe um saber e, pelo menos, a ideia de verdade”. A definição que reúne maior concordância retrata a mentira como uma declaração feita por alguém que não acredita nela com a intenção de que alguém seja levado a acreditar na mesma (Isenberg, 1988). Ou seja, consiste em fazer uma declaração falsa a outra pessoa com a intenção de que essa outra pessoa acredite que a declaração em causa é verdadeira.

De acordo com Mahon (2016) existem, pelo menos, quatro condições necessárias para mentir: a condição de declaração, ou seja o ato de mentir requer que uma pessoa faça uma determinada declaração; a condição de inverdade, isto é, requer que a pessoa acredite que a declaração é falsa; a condição de destinatário, significando esta condição que a declaração falsa tem de ser transmitida a outra pessoa; e a intenção de enganar o destinatário, traduzindo-se isto na vontade do emissor para que a declaração falsa seja apreendida pelo destinatário como sendo verdadeira.

A mentira, ao longo da História, tem levantado questões éticas que têm vindo a ser discutidas e aprofundadas por diversos filósofos. Na perspetiva de Immanuel Kant, a mentira é conceituada, no sentido ético da palavra, e em traços gerais, como uma inverdade intencional, representando um ato que não precisa de ser prejudicial a terceiros, para que seja repudiada (do Nascimento & Lopes, 2015). Para Kant (2005), a mentira representa a maior violação que se pode cometer, considerando-a uma auto traição de um indivíduo para consigo mesmo, enquanto ser ético. Por outro lado, filósofos utilitaristas como John Stuart Mill ou Jeremy Bentham, quando as consequências da mentira se demonstram favoráveis, defendem o uso da mentira, condenando-o apenas quando da sua aplicação resultarem consequências negativas (Oliveira, 2019).

Existem variadíssimas perspetivas acerca da mentira. Algumas desatualizadas, outras mais ajustadas à realidade. No entanto, todas as abordagens apresentam argumentos com maior e menor grau de fundamento (do Nascimento & Lopes, 2015). Optar acerrimamente apenas por uma, corresponderia no fundo em apoiar um confronto ideológico que se perpetua

na área da filosofia. Em suma, “cabe a cada indivíduo a escolha dos pontos fortes de cada teoria e conjugá-los em prol da obtenção da melhor filosofia de vida — a que maiores felicidades e menores problemas lhe trará.” (Oliveira, 2019, p. 65).

Durante as últimas décadas, tem-se acentuado a importância atribuída ao fenómeno da decepção interpessoal (Vrij, 2000). O ato de mentir é talvez mais frequente do que se imaginaria *a priori*, podendo-se manifestar de diferentes maneiras. Mentir e ser enganado, é hoje considerado um facto muito mais frequente no quotidiano das interações sociais que se estabelecem, mas também em panoramas mais gravosos como em entrevistas e/ou interrogatórios levados a cabo pelas polícias (Gozna, Vrij & Bull, 2001).

Apesar do ato de mentir ser algo condenável pela sociedade em geral, constatou-se que se trata de uma ação praticada pela globalidade das pessoas (Gozna et al., 2001 *apud* Nyberg, 1993). Frequentemente, a mentira e o engano que se estabelecem ao nível das relações sociais, são muitas vezes empregues para alcançar objetivos pessoais, de forma a gerir a imagem que se passa aos interlocutores (DePaulo, Kashy, Kikendol, Wyer & Epstein, 1996).

Outro aspeto a referir no domínio da mentira, é a motivação (Ribeiro, 2013). Este fator pode assumir uma variedade de razões, principalmente quando a verdade pode causar algum tipo de problema ou constrangimento ao recetor da mensagem (Blair, Levine & Shaw, 2010). O grau de motivação dos indivíduos afeta negativamente o desempenho não verbal durante o engano, uma vez que reduz o controlo dos indivíduos sobre as PNV (rigidez comportamental, movimentos mais mecanizados, etc.), mas favorece o desempenho verbal, sendo o discurso mais trabalhado, favorecendo aspetos como a coerência e a clareza (Hancock, Curry, Goorha & Woodworth, 2007). Desta forma, e de acordo com Hancock et al. (2007), os indivíduos que mentem, com elevado grau de motivação, serão detetados com maior precisão em comparação com aqueles que têm um grau de motivação residual para mentir. Contudo, a mentira poderá também servir para causar uma impressão positiva do emissor ao recetor, evitando assim situações embaraçosas, para obter determinada vantagem ou até para se furtar a uma eventual punição (Vrij, 2000).

Em suma, considera-se a mentira como uma ocorrência comum, com um papel destacado ao nível dos relacionamentos pessoais (Ekman, Friesen & Simons, 1985), e que não dever ser considerada como excecional (Matias, Leime, Bezerra & Torro-Alves, 2015).

1.2 – A Teoria dos Quatro Fatores

Zuckerman et al. (1981) começaram a pesquisa da DM, partindo da premissa de que nunca se encontraria um comportamento ou conjunto de comportamentos que ocorresse sempre que as pessoas estivessem a mentir e que nunca ocorresse em qualquer outro momento. Argumentavam antes, que a pesquisa deveria atentar nos diferentes pensamentos e sentimentos, ou no processo psicológico que é mais frequente acontecer quando as pessoas mentem, comparando-o com o processo que ocorre quando as pessoas estão a dizer a verdade, bem como nos estímulos corporais manifestados que podem denunciar cada um dos processos (DePaulo, Lindsay, Malone, Muhlenbruck, Charlton & Cooper, 2003).

No desenvolvimento dessa pesquisa, os autores delinearam quatro fatores que poderiam ser utilizados na previsão de indicadores de engano: *arousal* (excitação generalizada); emoção; os aspetos cognitivos da mentira; e as tentativas de controlo comportamental para assegurar a mentira, desenvolvendo-se uma discrepância entre o rosto e o corpo, ou o rosto e a voz, podendo transmitir diferentes impressões aos interlocutores (Zuckerman et al., 1981).

Relativamente à excitação generalizada, os investigadores concluíram que os indivíduos que mentem, revelam-se mais agitados indiferenciadamente do que os que dizem a verdade. A excitação é comprovada por alguns indícios anatómicos como a maior dilatação das pupilas, o pestanejar mais frequente, quebras no discurso e a elevada colocação da voz (DePaulo et al., 2003).

Quanto aos efeitos específicos produzidos pela mentira, concluiu-se que, geralmente, quem mente, evidencia a culpa de estar a mentir ou o medo de que se descubra a verdade, sendo estes dois efeitos, culpa e medo, demonstrados com maior frequência por quem mente do que por quem diz a verdade. A par deste aspeto, também a ansiedade e a desagradabilidade no discurso contribuem para a DM, provocando consequentemente uma comunicação mais evasiva e indireta, com uma frequente quebra no contacto visual (Zuckerman et al., 1981).

No que toca aos aspetos cognitivos da mentira, Zuckerman et al. (1981), concluíram que o ato de mentir se traduzia numa tarefa cognitiva mais complexa do que dizer a verdade. Ou seja, afirmavam que as pessoas que mentem, necessitam de formular comunicações consistentes internamente, mas que também coincidam com o que foi dito pelos interlocutores. Os maiores desafios cognitivos envolvidos no processo da mentira, relativamente ao processo de dizer a verdade, foram previstos para se verificarem latências

mais longas, mais hesitações na fala, maior dilatação da pupila, e menos ilustradores, ou seja, movimentos das mãos que acompanham e ilustram a fala (Zuckerman et al., 1981).

De acordo com os autores da Teoria dos Quatro Fatores, as tentativas de controlo comportamental servem de pistas para identificar a mentira. Pois, o comportamento controlado surge de forma planeada, ensaiada e sem espontaneidade, sugerindo uma autêntica artificialidade na postura do indivíduo. Este indicador, que primeiramente, no entender de quem mente parece funcionar como uma proteção à DM, revela-se afinal como uma ferramenta de auxílio ao detetor, uma vez que trai a intenção inicial daquele que mente.

1.3 – A Abordagem Emocional

Ekman e Friesen (1969) distinguiram duas grandes categorias de indicadores quando alguém mente: os de reflexão e os de sentimentos. Verificou-se que as pessoas que mentem, preparam os enganos inadequadamente, não conseguindo manter um encadeamento lógico da história que contam, verificando-se desordem e inconsistências ao longo do discurso. Por outro lado, existem também sujeitos que preparam excessivamente a mentira, produzindo histórias claramente ensaiadas (Ekman, 2001). Se estes sujeitos necessitarem de pensar e articular a mentira à medida que a contam, poderão falar mais lentamente do que o normal, aumentando o tempo de resposta. Todos estes elementos consideram-se indicadores de reflexão (DePaulo et al., 2003).

É, no entanto, na concetualização do papel desempenhado pelas emoções, que a investigação de Ekman (2001) se destaca. Ao compreender as emoções dos sujeitos que mentem, o autor argumentou, ser possível prever comportamentos que diferenciam quem diz a verdade dos que mentem. A culpa poderá ser entendida como a reação da consciência a uma violação dos padrões pessoais, exigindo por isso a existência de remorso ou arrependimento (Tangney, Miller, Flicker & Barlow, 1996). Assim, nas situações em que o culpado não manifeste nenhum destes sentimentos e, portanto, não reconheça essa violação, não será possível identificar as manifestações do sentimento de culpa. Desta forma, e de acordo com as observações realizadas nas investigações de Ekman e Friesen (1969), os indicadores de culpa não podem ser claramente determinados, uma vez que a vontade ou intenção de cada sujeito é única, e como tal não se consegue atribuir o sentimento de culpa de forma genérica. Existem ainda indicadores associados à tristeza que foram observados com maior frequência nos mentirosos, como por exemplo o tom de voz mais baixo, discurso mais lento, e o olhar na direção do solo (Ekman et al., 1985). Contudo, os sentimentos

associados à mentira não são necessariamente negativos. Ekman sugeriu que, por vezes, os mentirosos mentem por puro prazer (DePaulo et al., 2003). Esta satisfação poderia incluir a excitação sobre o desafio de mentir ou o orgulho em ter sucesso na mentira, evidenciando-se pelo tom de voz mais alto, o discurso acelerado, e uma maior utilização das mãos (Ekman et al., 1985).

Ekman, O'Sullivan, Friesen e Scherer (1991) salientaram que as emoções se tornam significativas não só quando os mentirosos se sentem apreensivos, culpados ou excitados com as suas mentiras, mas também quando os mentirosos testemunham emoções que estão a tentar esconder, ou ainda quando estão a fingir emoções que não estão realmente a sentir. Este aspeto constituiu-se como algo fulcral uma vez que os indicadores particulares que indiciam a mentira, dependem das emoções específicas que cada pessoa sente e manifesta.

1.4 — Teoria Interpessoal do Engano

De uma perspetiva comunicacional, Buller e Burgoon (1996) argumentaram que para prever o comportamento dos sujeitos que mentem, é importante considerar não só variáveis psicológicas individuais, tais como motivações e emoções, mas também processos comunicativos interpessoais. Reiterando o aspeto frisado por Ekman e Friesen (1969) acerca da importância de múltiplos papéis, Buller e Burgoon (1996) observaram que quando as pessoas tentam enganar, estão envolvidas em várias tarefas em simultâneo — tentam transmitir a mentira e, ao mesmo tempo, estão continuamente a monitorizar o alvo do seu engano em busca de sinais de suspeita e a adaptar o seu comportamento em conformidade. À semelhança de Jussim (1991), também esta abordagem considera que os comportamentos dos emissores durante a interação, influenciam consequentemente não só os comportamentos, mas também o conhecimento dos recetores. Embora estas múltiplas exigências possam revelar-se desafiantes no início, comprometendo a eficácia na manutenção da credibilidade, “estas dificuldades devem tipicamente dissipar-se ao longo do tempo à medida que os participantes adquirem mais *feedback*, tentam mais reparações e ganham maior controlo sobre o seu desempenho” (Buller & Burgoon, 1996, p. 220). Previam, desta forma, que os enganadores em contextos interativos deveriam demonstrar um crescente envolvimento, agradabilidade, compostura, fluência e suavidade no decorrer da interação (DePaulo et al., 2003). Observaram também que os “padrões comportamentais variam com fatores como as expectativas dos enganadores, objetivos, motivações e relação com os alvos” (Buller & Burgoon, 1996, p. 220).

Buller e Burgoon (1996) apresentam como variável moderadora as motivações dos mentirosos, as quais se dividem em: instrumentais (incluem por exemplo estabelecer, maximizar e manter o poder ou influência sobre o recetor); relacionais (por exemplo evitar problemas de relacionamento); e de identidade (como proteger a imagem de quem mente). Concluíram que os sujeitos que mentem, iriam experienciar uma maior apreensão na deteção quando motivada por interesses próprios do que por objetivos relacionais ou de identidade. Como resultado, os sujeitos instrumentalmente motivados, exibem mais comportamentos não estratégicos e não intencionais, que descreveram como indicadores de excitação (Burgoon, 2015).

Para enganar os outros, as pessoas devem elaborar uma mentira verbal, reforçá-la com mensagens estratégicas acessórias, e suprimir comportamentos de desacreditação (Buller & Burgoon, 1996). Teoricamente, quem mente terá uma maior probabilidade de se envolver em atividades estratégicas e menor probabilidade de se envolver em atividades não estratégicas em contexto interativo (Metts, 1989). Os enganadores reagem a sinais de suspeita, e os alvos reagem a indicações de que as suas suspeitas tenham sido detetadas pelo enganador (DePaulo et al., 2003).

1.5 – Perspetiva da Autoapresentação

No contexto da perspetiva de autoapresentação da mentira, desenvolvida por DePaulo (1992), a mentira é encarada como fazendo parte da vida quotidiana. As pessoas mentem para evitar constrangimentos e causar impressões positivas. Mentem no impulso do momento, tecendo comentários educados com consequências diminutas. Algumas mentiras do quotidiano são escritas e requerem menos esforço cognitivo do que afirmações meticulosamente verdadeiras. Ocasionalmente, as pessoas contam mentiras para esconder as transgressões. A maioria destas mentiras, mais graves, envolvem uma aposta autorrepresentativa: a reputação do mentiroso. Nesta perspetiva, os sinais de engano são subtis, e as normas sociais encorajam as pessoas a aceitarem as representações dos outros (DePaulo et al., 1996).

1.6 – Teoria da Psicologia Moral

Em 2006, Bond e DePaulo, apresentam um novo enquadramento na interpretação deste tema, acreditando os autores que existe um duplo padrão na DM.

A teoria apresentada começa por notar que as pessoas consideram que dizer a verdade não é uma coisa excecional. Aceitam a maioria das declarações, raramente inquirindo sobre a autenticidade do que ouvem. Estas passam a considerar uma asserção como verdade só depois de considerar a possibilidade da mesma tratar-se ou não de uma mentira. Isto é, veem a veracidade como uma virtude, orgulhando-se de dizerem a verdade. Os sujeitos que sabem escutar a verdade, valorizam e elogiam os interlocutores que lhes contam a verdade. Não há dúvidas que existem limites para a moralidade da veracidade, uma vez que, ocasionalmente, determinadas observações (ainda que sejam verdadeiras), acabam por ferir a suscetibilidade de terceiros. No entanto, na maioria dos casos, dizer a verdade não se configura como algo problemático. Os problemas surgem não de dizer a verdade, mas de enganar.

Bond e DePaulo (2006) afirmam assim haver duas perspetivas sobre o engano. Uma é a perspetiva que as pessoas têm quando elas próprias mentem; outra é a perspetiva que têm acerca das mentiras de terceiros (Gordon & Miller, 2000). Como enganadoras, as pessoas são práticas, adaptando-se às necessidades que a mentira cria. Os enganadores raramente consideram as suas próprias falsidades como mentiras, mas como algo mais inócuo. É possível mentir pelo interesse da gestão de impressões para com outros ou para fins mais tangíveis (DePaulo et al., 2003). Exageram, minimizam e omitem, dão respostas enganosas a perguntas, encarando as “meias verdades” como necessidades que a vida social obriga. O engano pode exigir a construção de uma linha convincente assim como a promulgação de uma conduta apropriada, coadunando-se com a maioria das comunicações estratégicas. Para quem mente, não há nada de excecional em mentir.

Se pragmáticas sobre as suas próprias mentiras, as pessoas tornam-se moralista quando consideram as mentiras dos outros (Saxe, 1991). Assim, mentir é considerado errado e reflete negativamente sobre o agente que mente. De facto, as pessoas veem a duplicidade como uma das mais graves falhas morais. A lógica social assume que as pessoas honestas agem sempre com honestidade (Reeder, 1993); e rotular uma declaração como mentira é considerar que a pessoa que fez essa declaração é um mentiroso (O'Sullivan, 2003), sendo esta uma acusação grave. As pessoas têm um estereótipo dos mentirosos com vergonha, que lidam com a ameaça de exposição, agitados, evitam o contacto visual, e dificilmente conseguem falar acerca da sua própria pessoa (Global Deception Research Team, 2006).

Bond e DePaulo (2006) perspetivaram algumas implicações na teoria desenvolvida acerca do duplo padrão. As pessoas têm um estereótipo do mentiroso — atormentado, ansioso, e com a consciência abalada. Quem capta as mentiras, recorre a este estereótipo quando considera a veracidade de um alvo. Alvos que se assemelham aos estereótipos são

muito provavelmente considerados como mentirosos; aqueles que menos se assemelham a esta ideia têm maior probabilidade de serem credíveis junto de terceiros. Estes fatores que influenciam a probabilidade de uma pessoa parecer atormentada, ansiosa, ou com a consciência pesada devem afetar a veracidade da pessoa julgada.

A maioria das mentiras são inconsequentes e consistem em *white lies*⁶, ou seja, as pessoas não têm motivos para parecer atormentadas, pelo que acabam por ser julgadas frequentemente, como verdadeiras (Bond & DePaulo, 2006). E por vezes, quando confrontados com enormes riscos, as pessoas que ponderam sobre a sua credibilidade perante terceiros, poderão coincidir com o estereótipo mentiroso, pelo que seriam julgados e encarados como mentirosos, mesmo que dissessem a verdade.

Mazar, Amir e Ariely (2008) acerca da desonestidade das pessoas em contexto empresarial, concluíram que as pessoas se comportam de forma desonesta o suficiente para lucrar, e honesta o suficiente para se iludirem quanto à sua própria integridade.

⁶ “*white lies*”: trata-se de mentiras que são contadas com o intuito de se ser educado ou para impedir alguém de ficar incomodado com a verdade, in Cambridge Dictionary [em linha], 2008-2020, <https://dictionary.cambridge.org/pt/dicionario/ingles/white-lie?q=white+lies> [consultado em 23-12-2020].

CAPÍTULO 2 – COMUNICAÇÃO NO CONTEXTO DA PROVA TESTEMUNHAL

2.1 – A Prova Testemunhal

A Constituição da República Portuguesa (CRP) dispõe os trâmites penais que justificam e definem as normas penais presentes no Código Penal (CP). Por sua vez, estas são “postas em prática e executadas consoante os trâmites expressos no Código do Processo Penal. Depreende-se, assim, que o processo penal se fundamenta não só no Código Penal, mas também na Constituição da República Portuguesa.” (Oliveira, 2019, p. 49).

Desta forma, o CPP apresenta-se como um elemento fundamental da sociedade, “entre a vertente liberal e a vertente social do Estado de direito democrático, entre a justiça e a eficiência na aplicação da lei penal, entre as exigências de segurança da comunidade e de respeito pelos direitos das pessoas” (CPP, 2018, p. 480). Assim, recai sobre as entidades a quem cabe fazer cumprir as normas atinentes no CPP, a exigente tarefa de controlar a criminalidade.

Quanto à tramitação do processo, este pode assumir duas vertentes: tramitação do processo comum ou a tramitação dos processos especiais⁷. A tramitação do processo comum, aborda três grandes fases: o inquérito (art.º 262.º e ss. do CPP); a instrução (art.º 286.º e ss. do CPP) e o julgamento (art.º 311.º e ss. do CPP), onde o inquérito e o julgamento se configuram como fases obrigatórias do processo comum (Mendes, 2018).

O inquérito é definido no CPP (n.º 1 do art.º 262.º) como “o conjunto de diligências que visam investigar a existência de um crime, determinar os seus agentes e a responsabilidade deles e descobrir e recolher as provas, em ordem à decisão sobre a acusação”. A direção do inquérito assenta na competência do Ministério Público (MP) que, assistido pelos OPC, atuam diretamente sob a sua orientação (art.º 263.º do CPP e art.º 219.º da CRP). É desta forma que os OPC são instruídos pelo MP (ou pela AJ competente) para levar a cabo quaisquer atos que concorram para a descoberta da verdade material, designadamente, no que à presente investigação diz respeito, o colher da notícia do crime e a sua comunicação por meio de auto à AJ e a promoção dos atos necessários e urgentes a assegurar os meios de prova (art.º 55.º do CPP).

⁷ Processos especiais são “o processo sumário, abreviado e sumaríssimo” (Mendes, 2018, p. 13).

Apesar das diferentes aceções que possa assumir, a prova, e neste contexto, enquanto atividade probatória traduz-se no “esforço metódico através da qual são demonstrados os factos relevantes para a existência do crime, a punibilidade do arguido e a determinação da pena ou medida de segurança aplicáveis” (Mendes, 2018, p. 173). No entanto, a lei estabelece um conjunto de meios que não poderão ser utilizados para recolher a prova.

Com base no art.º 126.º do CPP, estabelecem-se desde logo as proibições de recolha de prova, sendo “nulas, não podendo ser utilizadas, as provas obtidas mediante tortura, coação ou, em geral, ofensas da integridade física ou moral das pessoas.”⁸.

O art.º 126.º estabelece assim a proibição de obtenção de prova mediante: perturbação da liberdade de vontade ou de decisão através de maus tratos; ofensas corporais; administração de meios de qualquer natureza; hipnose ou utilização de meios cruéis ou enganosos; perturbação, por qualquer meio, da capacidade de memória ou de avaliação; utilização da força, fora dos casos e dos limites permitidos pela lei; ameaça com medida legalmente inadmissível e, bem assim, com denegação ou condicionamento da obtenção de benefício legalmente previsto; e promessa de vantagem legalmente inadmissível.

À semelhança dos métodos anteriores, serão igualmente consideradas nulas as provas que resultem da intromissão na vida privada, no domicílio, na correspondência ou nas telecomunicações sem o consentimento do respetivo titular⁹.

De acordo com Mendes (2018), o catálogo de meios de prova apresentados na lei inclui as que dizem respeito ao objeto de estudo, como o depoimento da testemunha (art.º 128.º e ss. do CPP), as declarações do arguido, do assistente e das partes civis (art.º 140.º e ss. do CPP) e o confronto entre as pessoas que prestaram declarações contraditórias (art.º 126.º do CPP). Importa também esclarecer, quanto a este assunto, o facto de se diferenciar a inquirição de testemunhas do interrogatório de arguidos.

Na inquirição de testemunhas, visa-se a obtenção de declarações íntegras e concretas, resultado que está também dependente do comportamento e da forma como as questões são colocadas pelo entrevistador (Sousa, 2013).

Quanto ao arguido, enquanto sujeito processual, dever-se-á ter em atenção o princípio *nemo tenetur se ipsum accusare*, ao abrigo do qual “o acusado não está obrigado a contribuir para a sua própria incriminação, não recaindo sobre ele o dever de colaborar na descoberta da verdade material” (Cardoso, 2015, p. 10). Apesar de não possuir poderes para se assumir

⁸ Cfr. art.º 126.º n.º 1 do CPP, Lei n.º 20/2013, de 21 de fevereiro.

⁹ Cfr. art.º 126.º n.º 2 do CPP, Lei n.º 20/2013, de 21 de fevereiro.

como um sujeito processual, o princípio da não autoincriminação é também extensível à figura do suspeito (Mendes, 2018). De acordo com o n.º 1 do art.º 59.º do CPP, a constituição de arguido, deverá ocorrer sempre que, durante qualquer inquirição feita a pessoa que, não sendo ainda arguido, surgir fundada suspeita de crime, por ela cometido.

Desta forma, e de acordo com o n.º 1 do art.º 128.º do CPP, “a testemunha deverá ser inquirida sobre os factos que possua conhecimento direto e que constituam objeto da prova”. De facto, a prova testemunhal deverá ser encarada como uma declaração de ciência de um indivíduo que não se assuma como uma parte na disputa judicial, quanto à narração de um facto passado (ou atual), de que o declarante, direta ou indiretamente, tem conhecimento (Sousa, 2013), estando esse indivíduo, enquanto testemunha e de acordo com a alínea d) n.º 1 do art.º 132.º do CPP, obrigado a responder com verdade às perguntas que lhe forem dirigidas.

Apesar da obrigatoriedade a que as testemunhas se encontram adstritas, são vários os estudos que “põem em causa a credibilidade e fiabilidade da prova testemunhal, alertando para profusos problemas que podem resultar do seu imponderado uso em tribunal” (Oliveira, 2019, p. 28).

2.2 – A Psicologia do Testemunho

Desenvolvida no séc. XIX, configura-se como uma área autónoma e especializada da Psicologia Forense, retratando “a relação existente entre o sujeito, a testemunha e o objeto (o acontecimento), que se define por ser um ato singular e irrepetível” (Ferreira, 2016, p. 19). A Psicologia do Testemunho, visa assim reduzir o erro judiciário, almejando alcançar a verdade, através da credibilidade e fiabilidade patentes nos testemunhos, bem como da destrição entre a verdade e a mentira (Gómez, 2009). Desta forma, existem duas díades basilares neste ramo: a verdade vs. mentira; e a credibilidade vs. fiabilidade (Poiares, 2012).

Quanto à díade verdade vs. mentira, a presente investigação, dedica-se à mentira, no domínio da Psicologia do Testemunho, através da análise de algumas técnicas de DM. Para melhor entendimento do binómio credibilidade vs. fiabilidade, importa frisar, segundo Poiares (2008), que a credibilidade está associada à personalidade do sujeito, e intimamente relacionada com a respetiva posição social, cultural, profissional e económica. Por sua vez, a fiabilidade está associada à forma como se comunica, à postura e à forma de estar geral que o sujeito apresenta em contexto judicial (Poiares, 2008). Um determinado depoente, decorrente do seu estatuto, pode-se apresentar como uma figura credível, mas por razões

como a falta de atenção ou a isenção de imparcialidade, ser pouco fiável. Ao passo que um sujeito pouco credível, devido às atividades que leva associadas à criminalidade, pode-se apresentar como alguém fiável, devido à sua postura, comunicação e forma de estar na globalidade (Oliveira, 2019).

A Psicologia do Testemunho, dedica-se assim à observação direta do discurso e do comportamento do indivíduo depoente (Louro, 2008). Consequentemente, há que ter particular atenção ao que se configura como sendo o veículo da fiabilidade — a discursividade, constituída pela CV e pela CNV (Louro, 2008).

2.3 — Comunicação Verbal

Todos os sistemas de comunicação, independentemente da sua simplicidade ou complexidade, funcionam com base no mesmo princípio: os sinais transmitem mensagens de uma fonte para um destinatário (Krauss, 2002). Este princípio, reveste-se de especial importância no contexto comunicacional polícia-cidadão, traduzindo-se especificamente este sistema de comunicação, num elemento basilar que exponencia o sucesso da missão diária das FS (Rosa, 2018).

A CV, no processo comunicacional, corresponde ao código e traduz-se na linguagem falada ou escrita (Silva, Brasil, Guimarães, Savonitti & Silva, 2000). No caso das testemunhas e dos arguidos, recorre-se ao discurso para fazer chegar a experiência vivida, isto é, a mensagem, à AJ ou ao OPC, constituindo-se estes como os recetores (Oliveira, 2019). No entanto, há que ter em conta que no domínio da CV existe mais do que o discurso, designadamente o intradiscurso que “reflete a lógica do emissor por de trás da conjugação de determinadas frases e proposições. O intradiscurso corresponde, assim, à racionalidade e à razão do discurso por parte do emissor” (Oliveira, 2019, p. 37). É através da análise do discurso e do intradiscurso, que se podem detetar possíveis contradições, conducentes à DM (Ferreira, 2016).

Para além destes dois elementos, existem ainda os ditos; os não ditos; os interditos; os entreditos; os sobreditos e as pausas, que deverão ser tidos em conta, não só para um entendimento mais completo daquilo que é a CV, mas também para o processo de DM (Oliveira, 2019).

Os ditos correspondem ao que é reproduzido oralmente por quem discursa, ao passo que os não ditos correspondem ao que é excluído do discurso, por não se considerar relevante (Ferreira, 2016). Quanto aos interditos, estes respeitam à informação preterida em

determinado momento devido, por exemplo ao sentimento de culpa que o indivíduo vivencia, preferindo não os pronunciar naquela situação (Oliveira, 2019). Os entreditos, materializam-se no corpo discursivo que não é verbalizado diretamente, mas que o emissor faz questão que seja percebido pelo recetor (Poiars, 2005). Os sobreditos configuram-se como um elemento que enfatiza parte do discurso, que na ótica do emissor poderá concorrer para transmitir credibilidade (Poiars, 2012). Finalmente, as pausas assumem-se como um elemento preponderante do discurso, transmitindo frequentemente as hesitações do emissor (Rodrigues, 2005).

2.4 – Comunicação Não Verbal

Conforme refere Otu (2015), a CNV não se trata apenas do processo de comunicação através do envio e receção de sinais visuais sem palavras, abrangendo muito mais, como o tom de voz (paralinguagem), o espaço (proxémia), o tato (háptica), e a aparência. A descodificação da CNV nas FS sugere uma reciprocidade, na medida em que tanto os agentes de segurança como os suspeitos enviam, recebem e descodificam o comportamento não verbal um do outro (Otu, 2015).

As teorias da CNV revelam que um observador pode inferir acerca das características, como a fiabilidade e honestidade, através das ações não verbais do orador (Otu, 2015, *apud* Wayne, 2013). A interpretação da CNV por parte das FS deve considerar as ações individuais de um suspeito, dependendo de vários fatores, antes de se determinar o que está a ser comunicado. A CNV compreende assim todos os elementos que transmitam informação adicional à CV, através de fatores paralinguísticos, cinésicos, proxémicos, entre outros.

De acordo com o Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, a paralinguística¹⁰ pode ser entendida como o conjunto de elementos que, não sendo verbais, acompanham a linguagem verbal oral e incluem todas as características da voz. Isto é, aspetos como alteração da dicção ou da colocação do tom de voz, podem ter um impacto direto na interpretação do interlocutor, passando a existir duas mensagens: a que foi transmitida e a que foi apreendida. Pode-se assim, definir a paralinguística como a disciplina que trata dos fenómenos que são modulados ou incorporados na mensagem verbal, seja na acústica

¹⁰ “paralinguística”, in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2020, <https://dicionario.priberam.org/paralingu%C3%ADstica> [consultado em 22-12-2020].

(fenómenos vocais, não verbais) ou na linguística (conotações de unidades individuais ou coletivas) (Schuller, Steidl, Batliner, Burkhardt, Devillers, Müller & Narayanan, 2013).

A cinésica refere-se principalmente à linguagem corporal, incluindo a postura, expressão facial, gestos, a forma como um indivíduo anda ou se senta, existindo sempre um significado subjacente às ações dos indivíduos (Sundaram & Webster, 2000). As diferentes culturas interpretam os gestos de forma diferente — *e.g.* um “sinal de paz” com dois dedos levantados nos Estados Unidos da América (EUA), poderá significar um gesto obsceno no Reino Unido (Otu, 2015). Além disso, a postura do indivíduo pode ser uma pista para o decodificador. Por exemplo, uma postura alta e reta remete para sentimentos de confiança, felicidade e orgulho, enquanto uma postura mais fechada ou encolhida pode indicar desilusão, doença ou tristeza (Burgoon, Birk & Pfau, 1990).

Mas não só a partir dos gestos e da postura é possível decodificar o interlocutor (Ekman et al., 1991). Também o rosto dos indivíduos se podem revelar uma vantagem acrescida para os agentes de segurança, durante o processo comunicacional (Otu, 2015). Por exemplo, franzir as sobrancelhas, sorrisos parciais ou sorrisos completos, poderão indicar o que uma pessoa está a pensar na altura (Navarro, 2018). Um sujeito que sorria com olhos largos e sobrancelhas perfuradas revela confiança e felicidade, enquanto franzir sobrancelhas e narinas dilatadas transmitem sentimentos de raiva (Navarro, 2018). As pessoas que estão nervosas, ansiosas, ou parecem assustadas vão obviamente evitar o contacto visual com a polícia (Otu, 2015).

A proxémia respeita à distância ou ao espaço entre o comunicador e o recetor. Se um agente da lei se aproxima demasiado de um indivíduo, pode ser interpretado como um gesto autoritário, e se o indivíduo se aproximar demasiado do elemento de segurança, poderia ser interpretado como um insulto, intrusão ou agressão (Otu, 2015 *apud* Papa, 2013).

Os elementos constituintes da CNV não reúnem consenso entre os investigadores que se dedicam ao estudo desta matéria. A CNV pode ser decomposta em vários elementos, designadamente: conjunto das expressões faciais, aparência e vestuário (Magnusson, Burgoon & Casarrubea, 2016); contacto visual, postura e toque (Leathers & Eaves, 2017); gestos e uso do espaço envolvente (Hans & Hans, 2015); sinais paralinguísticos, cheiro, movimento da cabeça, contexto temporal e até mesmo o ambiente envolvente (Eunson, 2016).

A CNV corresponde a uma “ideia que está presente numa relação e transporta o valor de uma mensagem sendo que extravasa a forma das palavras” (Gabriel, 2019, p. 5). Ainda que as pessoas tendam a associar a CNV, isoladamente, a vereditos de mentira, existem

vários estudos científicos que mostram que a mentira não pode ser inferida de forma confiável somente através dos comportamentos (DePaulo et al., 2003; Sporer & Schwandt, 2007).

2.5 — Pistas Verbais e Não Verbais na Detecção da Mentira

Tendo em conta a complexidade associada à mentira, e mais propriamente à sua deteção, levantam-se dúvidas quanto às ferramentas que se materializam como sendo as mais adequadas, para que se saiba se uma pessoa está ou não efetivamente a mentir. Conforme refere Navarro (2008), detetar a mentira é algo extremamente difícil, podendo levar muitas vezes ao erro. No entanto, dado o âmbito policial em que a investigação é desenvolvida, é de salientar a importância que a precisão da DM deve revestir.

De forma a sistematizar o conhecimento quanto à DM e, de acordo com os objetivos traçados bem como com o cariz policial subordinado ao tema, há que atentar nos elementos da CV e da CNV que, em contexto de entrevista/interrogatório, são fornecidos a quem conduz a investigação. Assim, serão designados por PV e PNV, os elementos fornecidos pela testemunha/arguido, que se traduzam em potenciais mentiras.

2.5.1 — Pistas Verbais

Segundo Mann, Vrij e Bull (2004), os indivíduos com maior capacidade de detetar a mentira, apoiam-se mais em PV, ao passo que os indivíduos com menor capacidade de detetar a mentira, baseiam-se mais em PNV. Mais recentemente Bogaard, Meijer, Vrij e Merckelbach (2016), concluíram que as pessoas comuns (entenda-se, pessoas sem formação na área) têm a perceção que as PNV, representam fontes mais credíveis do que as PV quanto à DM, fazendo com que o conteúdo verbal das mensagens seja frequentemente ignorado. Atendendo a estes argumentos, levanta-se a questão acerca da pertinência dos conteúdos das declarações no contexto da DM, e se de facto as PV se apresentam como sendo mais fiáveis comparativamente às PNV. Assim, a apresentação dos métodos que se seguem, será aprofundada no Capítulo 3 (três), servindo apenas esta referência de nota introdutória.

Foram desenvolvidos vários métodos de avaliação da veracidade que se baseiam especificamente no conteúdo de uma declaração, tal como a Análise do Conteúdo Baseado em Critérios (CBCA) que tem por base pistas como a coerência, a clareza ou as contradições (Kapardis, 2010), assentando em dois pressupostos: mentir é cognitivamente mais difícil do que dizer a verdade; e os mentirosos, em comparação com os que dizem a verdade, preocupam-se mais com a impressão que causam nos outros (Vrij, Mann & Fisher, 2006).

Outro método de avaliação da veracidade, cujo conteúdo se materializa como PV, trata-se da Monitorização da Realidade (RM) que deriva originalmente da investigação da memória e foi inicialmente utilizada para avaliar se uma memória teve origem numa experiência real ou num evento imaginário (Johnson & Raye, 1981). À semelhança da CBCA, também esta ferramenta será abordada numa fase posterior da investigação.

2.5.2 — Pistas Não Verbais

No que concerne às PNV, a DM é tão difícil, que mesmo após largos anos de estudos, intensificados principalmente a partir da década de 80 (oitenta) do séc. XX, a maior parte das pessoas não deteta a mentira com precisão (Ekman et al., 1991; Cumming, 2009). Existe, uma confusão generalizada entre comportamentos, que erradamente são associados à mentira e desonestidade, quando na verdade são manifestações de stress (Navarro, 2008).

O estudo desenvolvido por Navarro (2003) — “*A Four-Domain Model of Detecting Deception: An Alternative Paradigm for Interviewing*” —, apresentou um novo modelo para identificar desonestidade baseado no conceito de ativação do sistema límbico e nas nossas demonstrações de conforto e desconforto. Conforme refere Navarro (p. 209, 2008) “quando estamos a dizer a verdade e não temos preocupações, tendemos a estar mais confortáveis do que quando estamos a mentir ou preocupados em ser apanhados porque abrigamos conhecimento de culpa”.

É através do modelo de conforto/desconforto apresentado por Navarro, e sustentado também por outros investigadores (Ekman & Friesen, 2003), que se torna possível identificar comportamentos, que em contextos específicos, se poderão constituir como PNV na DM. No entanto, é de frisar que “estas ações não indicam automaticamente engano; no entanto, indicam que uma pessoa se sente desconfortável na situação atual por uma série de razões” (Navarro, 2008, p. 213).

O modelo diz que os indivíduos que se sentem confortáveis exibem os seus corpos mais abertamente, mostrando mais o seu tronco e o interior dos seus braços e pernas. Anterior a esta investigação, também Vrij (2000) concluiu que os indicadores comportamentais mais fiáveis de engano incluíam um tom de voz mais elevado, fala mais lenta, pausas mais longas, mais erros de fala e hesitações, menor utilização de ilustradores, e menos movimentos de braços, mãos/dedos e pés/pernas. Para além destes, DePaulo et al. (2003), concluíram que comportamentos como lábios pressionados, discrepâncias verbais, levantar o queixo, repetições de palavras/frases, nervosismo, tensão vocal, tom de voz mais

elevado e dilatação das pupilas, representam variáveis positivamente relacionadas com a mentira.

Através destes exemplos, percebe-se que Navarro (2003) não criou uma teoria de base, mas que agrupando o conhecimento existente relativamente ao significado dos comportamentos do quotidiano, conseguiu entender e dar a entender à sua audiência, o que as pessoas estão a dizer, sem falar. Reforça-se o âmbito em que as PNV deverão ser interpretadas: o policial. Neste âmbito, é de referir que Vrij e Mann (2001) examinaram comportamentos não verbais numa entrevista policial com um assassino condenado e descobriram que ele mostrou mais aversão ao olhar, teve pausas mais longas, falou mais devagar, e cometeu mais erros de fala ao mentir do que ao dizer a verdade. Num grupo de suspeitos participantes nas entrevistas policiais, Mann, Vrij e Bull (2002) observaram que os suspeitos pestanejavam menos e faziam mais pausas durante declarações falsas do que durante declarações verdadeiras. Além disso, os suspeitos do sexo masculino mostraram uma diminuição nos movimentos das mãos e dos braços enquanto mentiam (Mann, Vrij & Bull, 2002).

Desta forma, pode-se constatar que existem inúmeros comportamentos que revelam desconforto, dependendo da situação em que nos encontremos. Todos os contributos feitos por vários autores ao longo dos anos, possibilitaram a especificação de comportamentos que de facto se constituem como PNV. Para ter noção do número de comportamentos associados às PNV, DePaulo et al. (2003), analisaram 1.338 (mil trezentos e trinta e oito) elementos, dos quais foi possível extrair 158 (cento e cinquenta e oito) variáveis associadas à mentira.

CAPÍTULO 3 — DETECÇÃO DA MENTIRA PELAS FORÇAS DE SEGURANÇA

Dada a literatura vasta acerca do tema, bem como dos vários indicadores e pistas que os diferentes investigadores foram apurando ao longo das suas pesquisas, torna-se uma tarefa algo complexa delimitar o campo de quais as técnicas e ferramentas que devem ser aplicadas e as que não devem ser seguidas. Desta forma, e para encolher o espectro das possibilidades existentes, torna-se pertinente nesta fase da investigação averiguar que técnicas são mais frequentemente utilizadas em âmbito policial.

3.1 — Análise Comportamental

A análise comportamental tem origem no polígrafo, tanto ao nível histórico como ao nível concetual (Leo, 2008). John Reid, um dos primeiros pioneiros dos testes do polígrafo, desenvolveu primeiramente a ideia da “análise de sintomas comportamentais” como critério suplementar na pontuação dos gráficos do polígrafo na década de 1940, introduzindo-o mais tarde, como um método de entrevista estruturada, embora não tenha sido formalmente escrito como uma técnica de interrogatório de DM até 1986 (Inbau, Reid, Buckley & Jayne, 2001). De acordo com Reid, sujeitos verdadeiros e mentirosos mostraram respostas e atitudes comportamentais diferentes (ao nível da linguagem não verbal) perante determinadas questões antes, durante e depois dos testes do polígrafo (Reid & Inbau, 1977).

De acordo com as investigações conduzidas por Reid e Inbau (1977), constatou-se que os mentirosos apresentavam uma série de comportamentos, que eram transversais entre os diversos indivíduos, designadamente: tentavam adiar a data do exame; apresentavam-se depois da hora marcada para a entrevista, ou nem compareciam; agiam de forma preocupada e nervosa; tinham uma atitude ressentida; eram agressivos e evasivos; tendiam a ter bloqueios mentais; suspiravam ou bocejavam continuamente; recusavam-se a estabelecer contacto visual; ou eram excessivamente amistosos ou educados. Por oposição, os indivíduos que diziam a verdade: pediam ou ficavam contentes por serem submetidos ao polígrafo; tinham confiança na exatidão do polígrafo e do entrevistador; eram sinceros e diretos na mensagem que transmitiam; cooperantes, e não excessivamente educados (Reid & Inbau, 1977). Terá sido a partir destas observações, que nasceu a prática da análise comportamental.

Tal como no caso do polígrafo, a teoria subjacente à análise comportamental, reside no pressuposto de que uma pessoa irá sentir conflitos internos e ansiedade ao mentir,

manifestadas em reações involuntárias (Leo, 2008). O indivíduo enganador, exhibe determinados sinais verbais e não verbais, a fim de reduzir a ansiedade ou conflito associado à mentira, ao passo que o indivíduo verdadeiro não o faz (Leo, 2008). A técnica da análise comportamental implica, na perspectiva de Leo (2008), duas ilações: uma delas será que apenas sujeitos enganadores sentem stress na sala de interrogatório e, conseqüentemente, comportam-se e falam de forma diferente dos sujeitos verdadeiros; a outra respeita ao facto que um agente da polícia formado em análise comportamental pode reconhecer visualmente estas reações ao stress e inferir corretamente se o suspeito está ou não, a mentir.

Tal como qualquer outro método, o verdadeiro objetivo da análise comportamental não deverá ser exclusivamente detetar a mentira ou verificar a verdade, mas ajudar o entrevistador a desenvolver uma estratégia de interrogatório (Leo, 2008). Há também que salientar o facto de a análise comportamental apresentar falhas. Tal como refere Simon (1991) aspetos como o nervosismo, o medo, a confusão, a hostilidade, uma história que muda ou que se contradiz a si mesma, afiguram-se à primeira vista como sinais de que um indivíduo, que está a ser interrogado, está a mentir. No entanto, são também sinais de se estar sujeito a elevados níveis de stress. Neste sentido, não existe uma base empírica sólida, para a proposta de que estes mesmos sinais discriminem de forma fiável entre criminosos, e pessoas inocentes acusadas de crimes que não cometeram (Kassin & Fong, 1999).

3.2 – CBCA

O CBCA consiste numa lista de 19 (dezanove) critérios de conteúdo que se espera que sejam mais presentes em declarações verdadeiras em comparação com as fabricadas (Bogaard & Meijer, 2018). Desta lista, constam elementos como a coerência, a clareza ou as contradições (Kapardis, 2010), cuja presença, potencia a veracidade da declaração, de modo que as declarações verdadeiras, contem com um maior número de componentes abarcados pelo CBCA (Carson, Milne, Pakes, Shalev & Shawyer, 2007).

O CBCA baseia-se na hipótese, originalmente afirmada por Undeutsch, de que uma afirmação derivada da memória de uma experiência real difere em conteúdo e qualidade de uma afirmação baseada numa invenção (Steller, 1989). Os peritos de CBCA acreditam que cada um dos 19 (dezanove) critérios do CBCA, é mais suscetível de ocorrer em declarações verdadeiras do que em declarações enganosas (Vrij, 2008). Todos os critérios do CBCA indicam a verdade, logo, “o CBCA não procura sintomas de mentira, e não é, portanto, um “detetor de mentiras verbais”” (Vrij, 2008, p. 209).

Estudos relataram que o CBCA é capaz de discriminar entre declarações verdadeiras e fabricadas. Uma análise qualitativa por Vrij (2005), e mais recentemente por Amado, Arce e Fariña (2015) mostraram que a taxa média de precisão do CBCA varia em torno de 70%.

3.3 – SVA

A *Statement Validity Assessment* (SVA), trata-se de uma das ferramentas mais utilizadas de avaliação da veracidade de declarações (Vrij, 2008). As avaliações SVA são aceites como prova em alguns tribunais norte-americanos (Ruby & Brigham, 1997) e em tribunais penais em vários países da Europa Ocidental, incluindo Áustria, Alemanha, Suécia, Suíça e Países Baixos (Köhnken, 2002; 2004).

A SVA consiste em quatro fases: (1) uma análise do ficheiro do caso para obter uma visão do caso; (2) uma entrevista semiestruturada para obter uma declaração do entrevistado; (3) análise através do CBCA, que avalia sistematicamente a qualidade de uma declaração; e (4) uma avaliação do resultado do CBCA através de um conjunto de perguntas (Lista de Controlo de Validade) (Vrij, 2008).

A SVA tem-se proporcionado como uma ferramenta de utilidade relevante nos sistemas de justiça de alguns países (Zaparniuk, Yuille & Taylor, 1995), existindo argumentos suficientes que sustentam que a sua validade foi conclusivamente demonstrada (Honts, 1994). No entanto, as opiniões dividem-se, fruto também de a técnica ser mais proeminente em alguns países do que noutros (Vrij, 2008), levando a que alguns investigadores sejam mais céticos quanto à sua utilidade (Davies, 2001).

3.4 – RM

A RM tem atraído a atenção de cientistas de todo o mundo, e até à data investigadores do Canadá, Finlândia, França, Alemanha, Espanha, Suécia, e Reino Unido publicaram a *RM Deception Research* (Masip, Sporer, Garrido & Herrero, 2005). A RM não se trata de uma ferramenta de avaliação da veracidade, mas refere-se aos processos cognitivos que são utilizados para discriminar entre eventos percebidos e imaginados (Johnson & Raye, 1981). A lógica subjacente, é que uma memória de uma experiência real surge da percepção e, consequentemente, conterà mais informação sensorial, contextual e afetiva do que as memórias que têm a sua origem na imaginação (Bogaard et al., 2016). Assume-se também que as memórias de eventos reais vividos são mais claras do que as memórias fabricadas,

que são, normalmente, mais vagas, menos concretas e mais suscetíveis de conter operações cognitivas (Sporer, 2004).

Nas investigações conduzidas acerca da utilidade da RM, concluiu-se que os mentirosos incluem menos informações percetuais (por exemplo, cheiro, sabor, som), espaciais (por exemplo, localização) e temporais (por exemplo, tempo ou duração), e que as suas histórias, são menos plausíveis do que as histórias, de quem conta a verdade (Masip et al., 2005). À semelhança do CBCA, a taxa média de precisão da RM também atinge os 70% (Vrij, 2008).

3.5 – SCAN

Um dos mais conhecidos métodos de análise de declarações em entrevistas/interrogatórios é conhecido como *Scientific Content Analysis* (SCAN) (Leo, 2008). De acordo com Vrij (2008), a SCAN é utilizado não só nos EUA, mas também na Austrália, Canadá, Israel, México, Singapura, África do Sul, Inglaterra, Bélgica, e Países Baixos.

A SCAN baseia-se no pressuposto de que as declarações acerca de observações de eventos reais diferem, significativamente, das declarações que resultam da imaginação, mormente, na sua vivacidade, concretização e nível de detalhe (Vanderhallen, Jaspaert & Vervaeke, 2016). Quer isto dizer que o mentiroso trabalha a partir da imaginação, ao passo que a pessoa verdadeira trabalha através da memória (Lesce, 1990). Referem Vanderhallen et al. (2016), que cada assunto assume um determinado código linguístico e que este determina a forma e o conteúdo do comportamento linguístico do sujeito, pelo que se revela crucial o facto de que a SCAN seja aplicada sobre uma declaração escrita, cujo código linguístico não tenha sido contaminado, designadamente através da entrevista/interrogatório do domínio policial.

É assim possível aos analistas que recorrem à SCAN, averiguar se um indivíduo está ou não a mentir através do conteúdo e da estrutura das suas declarações escritas, nomeadamente através de quatro aspetos dessas declarações: as partes do discurso utilizadas pelo suspeito; se a declaração contém informações estranhas; se lhe falta convicção e o seu equilíbrio (Leo, 2008). Para se ter uma perceção mais concreta desta distinção, veja-se o Anexo B — Alegadas diferenças psicolinguísticas entre suspeitos verdadeiros e enganosos.

3.6 — Micro expressões faciais

A mentira pode ser detetada através de diversos meios, onde os mentirosos são como que traídos não só pelo seu próprio comportamento, associado a fatores cognitivos, tais como o esforço mental (Frank & Svetieva, 2015), mas também por fatores emocionais, tais como sinais de medo, culpa, amor ou mesmo prazer (Zuckerman et al., 1981). Estes sinais emocionais apresentam-se quando o mentiroso sente medo de ser apanhado na sua mentira, ou aflição ou culpa por contar a mentira, ou desprezo ou repugnância para com o alvo da mentira (Frank & Svetieva, 2013).

Ekman et al. (1985) há muito que defende que a informação emocional enganosa é vazada por micro expressões. Estudos que utilizam *Facial Action Coding System* (FACS)¹¹ (Porter & Ten Brinke, 2008) demonstraram que as expressões faciais de emoção, podem revelar o engano e que uma parte significativa dessas expressões poderá ser classificada como micro expressões.

Expressando as emoções que se vive num determinado momento e ambiente, Kasia e Patryk Wezowski (2018), definem as micro expressões faciais como movimentos subtis involuntários dos músculos do rosto que duram cerca de meio segundo, manifestadas universalmente da mesma forma em cada cultura, não sendo ensinadas nem aprendidas, mas ocorrendo de forma natural e inconsciente (Silva, 2018), indicando na sua generalidade, o que a pessoa está a sentir (Monteiro, 2017). No que concerne à mentira, DePaulo et al. (2003), concluíram que, os mentirosos mostravam significativamente menos agradabilidade facial, apresentavam-se com o queixo mais erguido que o normal, maior pressão dos lábios, e em geral pareciam mais nervosos.

Conforme testado por Hurley e Frank (2011), quando os participantes mentirosos foram, especificamente, instruídos a esconder as suas expressões de medo ou felicidade ao serem interrogados, os resultados mostraram que embora os participantes fossem capazes de diminuir com sucesso a intensidade e a duração das suas expressões faciais, quase todos eles ainda mostraram sinais destas emoções. Perante a experiência realizada, sugere-se que os mentirosos têm mais dificuldade em esconder as micro expressões (Frank & Svetieva, 2015).

Em conjunto, as investigações demonstram que os estados emocionais internos podem trair o engano quando contradizem a linha verbal — por exemplo, sinais de angústia ao descrever agradáveis ondas do oceano (Ekman 1985; 2001), ou sinais de medo ao dizer

¹¹ *Facial Action Coding System* (FACS) — sistema abrangente para medir todos os movimentos musculares faciais visíveis (Ekman & Friesen, 1978).

que nunca se roubaria um cheque (Frank & Svetieva, 2015), ou ainda sinais de repugnância ao dizer que não se deve proibir fumar (Frank & Ekman, 2004). No fundo, a não correspondência entre as expressões faciais e as emoções que se estão a sentir num determinado momento, dificultará a dissimulação da mentira, como é o caso dos sorrisos falsos ou fingidos (Gray, Mendes & Denny-Brown, 2008). Algumas pesquisas mostraram que as pessoas usam o sorriso como um movimento de proteção para ocultar emoções negativas (Ekman, Friesen, O'Sullivan, Chan, Diacoyanni-Tarlatzis, Heider, Krause, LeCompte, Pitcairn, Ricci-Bitti, Scherer, Tomita & Tzavaras, 1987). Se mentir provoca emoções negativas nas pessoas, então é possível que sorriam com maior frequência, de modo a não evidenciar tal facto (Gaudet, 2017). Ekman (2009) sugere que os sorrisos são úteis enquanto pista na DM, apenas quando, se consegue diferenciar entre sorrisos genuínos e sorrisos falsos. Dado que os indivíduos são motivados a esconder as suas emoções quando enganam (Frank & Svetieva, 2015), estas expressões emocionais aparecerão frequentemente como uma micro expressão. Conforme referem Frank e Svetieva (2015), aqueles que são especificamente treinados para detetar micro expressões também mostram uma melhoria nas suas capacidades de detetar mentiras.

PARTE II – ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO E TRABALHO DE CAMPO

CAPÍTULO 4 – METODOLOGIA, MÉTODOS E MATERIAIS

O presente Capítulo será dedicado à explanação da metodologia adotada para a condução da investigação. Assim, e tendo em conta a lógica subjacente a um TIA, será apresentada a metodologia usada, o modelo de análise, a amostra e os procedimentos adotados, o instrumento, e ainda o tratamento e análise de dados.

A investigação assentou nas linhas de orientação do método científico de Raymond Quivy e Luc Van Campenhoudt. Utilizado como linha diretiva de investigação, este divide o procedimento científico em três atos: a rutura, a construção e a verificação. O procedimento científico pode dividir-se em 7 (sete) etapas, sendo elas a Pergunta de Partida, a Exploração, a Problemática, a Construção do Modelo de Análise, a Observação, a Análise de Informações e as Conclusões.

O método dedutivo, afigurou-se o raciocínio mais adequado para a investigação, uma vez que “parte do geral, e a seguir desce ao particular” (Prodanov & Freitas, 2013, p. 27), iniciando-se em premissas gerais e tendo em vista a descoberta de uma verdade específica (Freixo, 2012). Dados os objetivos delineados na investigação, e tendo em conta o universo bem como o objeto de estudo em causa, optou-se por uma abordagem quantitativa.

4.1 – Modelo de Análise

O modelo de análise, que serve de base à investigação científica materializa-se na “charneira entre a problemática fixada pelo investigador, por um lado, e o seu trabalho de elucidação sobre um campo de análise forçosamente restrito e preciso, por outro” (Quivy & Campenhoudt, 2008, p. 109).

Levando em linha de conta, a clareza e a exequibilidade que a PP exige, deverá ser através desta premissa que “o investigador tenta exprimir o mais exatamente possível aquilo que procura saber.” (Quivy & Campenhoudt, 1998, p. 44). Tendo em consideração a natureza causal da PP elaborada, é sabido que a função desta, passa por “avaliar o impacto do efeito de uma variável (variável independente) numa outra (variável dependente)” (Haro, Serafim, Cobra, Faria, Roque, Ramos, Carvalho & Costa, 2016, p. 15).

Sabendo que a resposta à PP, passa necessariamente pelo encorpamento da problemática, e estabelece uma relação direta com as PD, elaboraram-se as que se encontram ilustradas na Figura n.º 1, explicando o encadeamento entre o OG e a correspondente PP, assim como os OE e as respetivas PD.

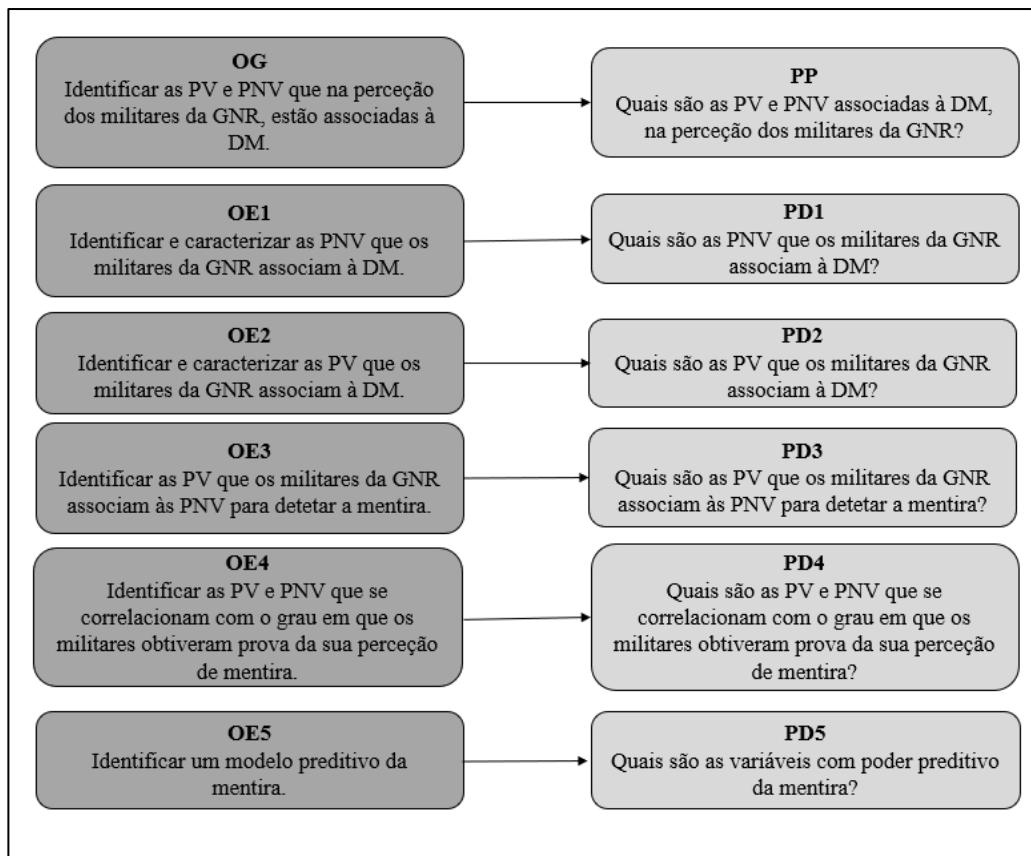


Figura n.º 1 — Apresentação do OG, PP e dos respetivos OE e PD

Fonte: Elaboração própria.

Desta forma, e para se facilitar compreensão do processo metodológico, formulou-se o Desenho da Investigação. Finaliza-se assim a apresentação do Modelo de Análise, encontrando-se o mesmo, bem como o Desenho da Investigação, esquematizados no Apêndice A, a fim de se facilitar a sua compreensão.

4.2 — Amostra e procedimentos

A presente investigação, baseou-se nos dados recolhidos através do inquérito por questionário (IQ) desenvolvido e aplicado nos meses de janeiro e fevereiro de 2021. Antes da aplicação do IQ, realizou-se um pré teste a uma pequena amostra ($n = 6$) a cada classe (Guarda, Sargento e Oficial) para identificar eventuais problemas e obter comentários sobre

as questões. Após o pré-teste, foram alteradas algumas das questões, a fim de se tornarem mais perceptíveis para os inquiridos.

Sabendo que o Universo ou População Alvo, se caracteriza por ser um conjunto de sujeitos, casos, ou observações que apresentam pelo menos uma característica comum (Prodanov & Freitas, 2013), na presente investigação, este corresponde a todos os militares que integram a GNR que, de acordo com o Plano de Atividades da GNR (PAGNR), tendo por referência o Mapa de Pessoal (MPGNR) para o ano de 2021, equivale a 21.768 (vinte e um mil setecentos e sessenta e oito) militares, distribuídos pelo território nacional, nas diversas valências com que a instituição conta ($N = 21.768$). Tendo noção da impossibilidade da inquirição da totalidade dos elementos do universo, a necessidade de se trabalhar com um número mais reduzido de participantes afigurou-se imperativa (Saunders, Lewis & Thornhill, 2009).

Desta forma, e tendo em consideração a natureza e o objeto de estudo da investigação, a População Acessível, que representa a porção da população que é acessível ao investigador (Freixo, 2010), integrou os militares pertencentes à estrutura da Investigação Criminal (IC), correspondendo a um total de 1.371 (mil trezentos e setenta e um) militares ($N = 1.371$) de acordo com o MPGNR para o ano de 2021. O critério de seleção assentou no facto de se tratar de militares mais familiarizados com os atos processuais, e possuírem assim uma experiência mais alargada quanto ao assunto, seguindo deste modo uma amostragem não probabilística — por julgamento.

Na impossibilidade de inquirir a totalidade dos militares da IC, a amostra da investigação cingiu-se aos militares da GNR que integram a estrutura da IC, que responderam ao IQ ($n = 102$)¹².

4.3 — Tratamento e análise de dados

A Parte I do TIA, assentou fundamentalmente na análise documental, de forma a apurarem-se os conhecimentos relativos à problemática, sendo assim possível construir-se um primeiro quadro teórico-concetual que pudesse guiar o raciocínio lógico para as etapas que se seguiram. A análise documental efetuou-se através da requisição de obras em bibliotecas das cidades de Lisboa e Évora, com acervo propositado nas áreas de Segurança e Defesa e da Psicologia. Para além desta, a pesquisa informática possibilitou a consulta de

¹² Vide Apêndice B — População Alvo, População Acessível e Amostra da investigação.

variados artigos científicos, livros, relatórios, revistas, dissertações de mestrado e de doutoramento, e legislação fundamentais para a condução da investigação.

Neste seguimento, a Parte II do TIA baseou-se no IQ, dado que se trata de “um instrumento de medida que traduz os objetivos de um estudo com variáveis mensuráveis (...) de tal forma que as informações procuradas possam ser colhidas de uma maneira rigorosa” (Freixo, 2010, p. 197).

Sabendo que “os métodos de recolha e os métodos de análise dos dados são normalmente complementares e devem, portanto, ser escolhidos em conjunto, em função dos objetivos” (Quivy & Campenhoudt, 2008, p. 185), e que o recurso a *softwares* se afigura uma mais valia na organização, codificação e comparação dos dados recolhidos, o tratamento dos mesmos, extraídos diretamente do *Google Forms*, assentou primeiramente em técnicas de estatística descritiva através do MS® Excel, tendo-se recorrido posteriormente ao *IBM SPSS¹³ Statistics 25*, para uma análise mais detalhada quanto à perceção dos militares acerca da DM. No âmbito desta ferramenta, foi aplicado o teste Kolmogorov-Smirnov a fim de se averiguar a normalidade dos dados recolhidos. Não tendo admitido esta hipótese (Apêndice C), e tratando-se os dados em causa de variáveis ordinais, aplicou-se o teste não paramétrico de Spearman.

4.4 — Instrumento

O IQ (Apêndice D) foi desenvolvido *on-line*, através da ferramenta *Google Forms*. Quanto à forma, o IQ contou tanto com perguntas abertas como com perguntas fechadas. Considerando-se o público-alvo da investigação, e tendo em conta que todos os militares da GNR têm acesso à plataforma do Sistema Integrado de Informações Operacionais de Polícia (SIIOP), recorreu-se à mesma como meio de difusão do IQ, sendo assim possível potenciar a sua acessibilidade. A conjugação da ferramenta *Google Forms* com a plataforma SIIOP, permitiu garantir a confidencialidade dos participantes.

No que concerne ao IQ propriamente dito, antes das questões, é feito um enquadramento acerca do mesmo, a fim de: os participantes saberem o âmbito em que o instrumento é desenvolvido; o tema em questão; o objetivo da investigação e o propósito do instrumento; a confidencialidade dos participantes; a duração estimada da realização; e a definição de conceitos frequentes que surgem nas perguntas. O IQ, dividiu-se em 3 (três)

¹³ *Statistical Package for the Social Sciences*.

partes, correspondentes às variáveis da investigação: PV; PNV; e percepção da capacidade de DM.

A Parte I, composta por 18 (dezoito) questões, concerne ao questionário desenvolvido por Bogaard e Meijer (2018), acerca das crenças auto relatadas sobre PV e a sua correlação com a DM. Em primeiro lugar, questionou-se: “O que pensa serem boas pistas para detetar mentiras?”, tendo-se atribuído um espaço ilimitado de resposta. Seguidamente, foi pedido para indicar a opinião sobre 17 (dezassete) sugestões de conteúdo que derivavam de dois instrumentos de avaliação de credibilidade verbal existentes, nomeadamente, Análise de Conteúdo Baseada em Critérios (CBCA) (Steller & Köhnken, 1989) e Monitorização da Realidade (RM) (Johnson & Raye, 1981). Para cada questão, foi dada uma breve descrição e um exemplo — para os detalhes temporais, atribuiu-se a seguinte descrição: “Esta pista refere-se a informações sobre quando o evento aconteceu (“uma hora depois de eu sair”) ou descreve explicitamente uma sequência de eventos (“Quando o visitante ouviu todo aquele barulho, ele ficou nervoso e saiu”)”. Em seguida, os participantes responderam através de uma escala de medida ordinal, onde poderiam escolher duas opções direcionadas — *e.g.* “Menos detalhes temporais para mentirosos” ou “Mais detalhes temporais para mentirosos” —, uma opção neutra — *e.g.* “Sem diferenças nos detalhes temporais” —, e uma alternativa “Não sei”.

Após contacto com a Sr.^a Prof.^a Glynnis Bogaard, constatou-se que não era do conhecimento da mesma, a existência de uma versão portuguesa do questionário. Estando o documento original em língua inglesa, foi necessário proceder à tradução do mesmo para português. O processo de tradução incluiu as seguintes etapas: tradução e retradução do português para o inglês por duas pessoas bilingues; comparação das duas versões para detetar discrepâncias e corrigir a tradução; e um pré-teste (difundido por dois militares de cada classe: Guarda; Sargento; e Oficial) para identificar eventuais problemas e obter comentários sobre as questões. A Parte I do IQ teve como intuito, identificar os conhecimentos quanto às PV na DM.

A Parte II, composta por 26 (vinte e seis) questões, respeita às PNV, sendo identificadas 26 (vinte e seis) pistas que poderiam ou não, estar relacionadas com a DM. A formulação desta Parte do IQ, baseou-se na pesquisa conduzida por Bond e DePaulo (2006), cuja meta-análise incluiu a investigação de 206 (duzentas e seis) declarações e 25.000 (vinte e cinco mil) análises de participantes, resultando numa tabela numérica de correlação da presença das PNV identificadas no comportamento dos indivíduos (*e.g.* “Movimentos específicos das mãos e braços projetados para modificar ou complementar o que está a ser

dito verbalmente (os chamados ilustradores)”), com os indivíduos que de facto mentiam. Para além desta investigação, as questões da Parte II apoiaram-se também na obra de Navarro (2003; 2008; 2018), apresentando esta, o significado por detrás de determinados comportamentos (*e.g.* “Franzir/enrugar a testa”; “Sorriso com desprezo”). A escolha das variáveis a incluir no IQ, recaiu, quanto à primeira investigação, nas pistas que evidenciaram um valor de correlação mais elevado e, quanto ao segundo autor, nas pistas que o mesmo constatou verificarem-se com alguma regularidade nas pessoas que mentiam. As últimas 7 (sete) questões disseram respeito ao modelo desenvolvido por Ekman e Friesen (2003), acerca do reconhecimento de emoções, (designadamente: medo; tristeza; raiva; desprezo; surpresa; nojo; e alegria) pretendendo-se saber de que forma se considera que estas, estão (ou não) presentes nos indivíduos, durante o ato processual.

No cabeçalho da Parte II, foi indicado aos participantes para considerarem se, as pistas enunciadas (*e.g.* tom de voz, contacto visual, movimentos das pernas, etc.), seriam ou não, relevantes na distinção entre quem mente e quem diz a verdade. À semelhança da Parte I, também aqui, os participantes responderam através de uma escala de medida ordinal, classificando as pistas identificadas como “Pista muito relevante”; “Pista relevante”; “Pista pouco relevante”; ou a alternativa “Não sei”.

Finalmente, na Parte III, composta por 4 (quatro) questões, pretende-se ter uma perspetiva pessoal dos participantes, acerca da sua capacidade em detetar a mentira durante o ato processual. A primeira questão, consistiu numa pergunta aberta — “Considera que a capacidade para detetar a mentira é uma vantagem para o sucesso de uma inquirição? Por favor, justifique.”, tendo-se atribuído espaço de resposta ilimitado. A segunda questão — “Durante uma entrevista já obteve prova da sua perceção em relação à existência ou não de mentira por parte do entrevistado?” — consistiu numa pergunta fechada, com as opções de resposta “Sim”; “Não” ou “Não sei”. Relacionada com esta pergunta, a questão que se segue, aplicou-se apenas a quem tivesse respondido afirmativamente, a fim de se averiguar a frequência com que se detetou a mentira. Para tal, foi utilizada a escala de frequência de *Likert*, onde os participantes escolheram entre as opções “Raramente”; “Algumas vezes”; “Frequentemente”; ou “Sempre”. A última pergunta da Parte III — “Como se autoavalia em relação às suas capacidades para detetar eficazmente a mentira?” — visou ter uma perspetiva da autoavaliação dos militares relativamente à DM, através de uma escala avaliativa de *Likert*, de 0 (zero) a 10 (dez), correspondendo os valores a “Nada Satisfeito” e “Totalmente Satisfeito”, respetivamente.

CAPÍTULO 5 — APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O Capítulo que se segue terá como objetivo, tal como o próprio nome indica, analisar e discutir os dados recolhidos através do IQ.

Numa primeira fase proceder-se-á à caracterização da amostra, seguida da análise dos dados, averiguando as respostas dos inquiridos, recorrendo-se principalmente à estatística descritiva através do MS® Excel, de forma a organizar e resumir a perspetiva dos militares quanto ao objeto de estudo. Posteriormente, numa segunda fase, realizar-se-á a discussão dos resultados, recorrendo-se ao *IBM SPSS Statistics 25*.

5.1 — Caracterização sociodemográfica e profissional da amostra

As primeiras 7 (sete) questões do IQ, visaram a recolha de dados sociodemográficos e profissionais dos militares, designadamente quanto à sua idade, posto, anos de serviço, género, estado civil, habilitações literárias e há frequência ou não de algum curso de DM. Para facilitar a análise dos referidos dados, as respostas foram organizadas e agrupadas nos gráficos do Apêndice E.

Desta forma, e passando à descrição de cada uma das variáveis, relativamente à variável “Idade”, elaborou-se a Tabela n.º 2 — Idade dos militares inquiridos, onde o valor mais baixo foi 28 (vinte e oito) e o mais elevado 55 (cinquenta e cinco). Para simplificar a caracterização desta variável, recorreu-se à descrição paramétrica, sendo a mediana (*Me*) representada por 42 anos.

O gráfico da Figura n.º 7, identifica que o posto com maior representatividade na amostra é o de Cabo (22,5%), seguido pelo posto de Primeiro-Sargento (12,7%) e de Guarda Principal (11,8%). Quanto às categorias profissionais, registaram-se os seguintes valores: Guardas, 48%; Sargentos, 37,3%; e Oficiais, 14,7%.

À semelhança da variável “Idade”, também na variável “Anos de serviço” (Figura n.º 8), recorreu-se à descrição paramétrica, registando-se uma média (\bar{x}) de 20,8 anos e uma mediana (*Me*) de 21 anos.

A Figura n.º 9 indica que a amostra, é maioritariamente constituída por militares de género masculino (82,4%), correspondendo a 84 sujeitos, e 18 sujeitos correspondendo ao género feminino (17,6%).

Relativamente ao estado civil, e de acordo com a Figura n.º 10, 74,5% dos inquiridos encontra-se na situação de casado, 13,7% na situação de solteiro, 8,8% divorciado, e 2,9% em união de facto.

Quanto às habilitações literárias, a Figura n.º 11 demonstra que a maioria da amostra possui o 12.º ano de escolaridade (61,8%), correspondendo a 63 militares. Apenas 1 militar da amostra regista o grau de doutoramento (1%). Registou-se também que 11,7% dos sujeitos possui uma escolaridade menor ou igual ao 11.º ano de escolaridade, 11,8% são licenciados, e 13,7% possuem mestrado.

Finalmente, quanto à frequência ou habilitação de curso para a DM, ilustra a Figura n.º 12 que apenas 2 (dois) militares responderam afirmativamente, correspondendo a 2%.

5.2 — Apresentação, análise e discussão dos dados relativos às PV

De modo a sistematizar a análise das perguntas, elaboram-se as Tabelas n.º 3 — Respostas à questão aberta da Parte I do IQ, e n.º 4 — Respostas às questões fechadas da Parte I do IQ, presente no Apêndice F.

Na Parte I do IQ, questionou-se aos inquiridos o que consideravam ser boas pistas para detetar a mentira. De forma a simplificar a análise das respostas, as mesmas foram organizadas por categorias. Cada categoria foca um determinado aspeto relacionado com a resposta dada, podendo cada resposta abarcar mais do que uma categoria.

Recolheram-se 97 (noventa e sete) respostas válidas, tendo-se elaborado primeiramente 22 (vinte e duas) categorias, e posteriormente 9 (nove) categorias, mais abrangentes, de forma a facilitar o tratamento dos dados — (1) Elementos verbais; (2) Consistência do discurso; (3) Obstáculos à compreensão; (4) Descrição de emoções; (5) Postura; (6) Rosto; (7) Inquietação/Nervosismo (8) Oscilação dos níveis de confiança; e (9) Outros.

Perante as respostas obtidas, constatou-se uma predominância das categorias do grupo (5) Postura (35%), significando isto que grande parte dos inquiridos dá primazia a variáveis como a mudança de comportamento, à postura, e principalmente à linguagem não verbal/corporal (26%). Quanto às restantes categorias, destacaram-se as categorias (7) Inquietação/Nervosismo (19%), e (1) Elementos Verbais (14%). Através da análise da Tabela n.º 3, é possível constatar que as respostas foram predominantes no âmbito das PNV. Apesar das categorias pertencentes às PV — (1) Elementos verbais, (2) Consistência do discurso, (3) Obstáculos à compreensão, e (4) Descrição de emoções — terem registado

conjuntamente 30% das respostas, as restantes categorias (à exceção da categoria (9) Outros), todas respeitantes às PNV, registaram 63% das respostas obtidas. Estes resultados estão alinhados com o apresentado na revisão bibliográfica: as pessoas consideram as PNV mais credíveis do que as PV quanto à DM (Bogaard et al., 2016). Estes valores, poderão representar uma fragilidade na perceção dos militares quanto à DM, uma vez que os indivíduos com maior capacidade em detetar a mentira, apoiam-se mais em PV, ao passo que os indivíduos com menor capacidade de detetar a mentira, baseiam-se mais em PNV (Mann, Vrij & Bull, 2004).

A análise da Tabela n.º 4, evidencia 3 (três) categorias de variáveis nas respostas obtidas: (1) variáveis que para a maioria dos inquiridos, verificam-se com menor frequência no caso dos mentirosos; (2) variáveis que para a maioria dos inquiridos, verificam-se com maior frequência no caso dos mentirosos; e (3) variáveis que não geram consenso entre os inquiridos.

É na primeira categoria que se encontram maior parte das 17 (dezassete) variáveis. De acordo com os inquiridos, os mentirosos apresentam menos: coerência (92,2%); clareza (81,4%); grau de informação percetual¹⁴ (59,8%); descrição de emoções (52,9%); quantidade de detalhes (62,7%); detalhes espaciais¹⁵ (68,6%); número de interações descritas (70,6%); detalhes temporais¹⁶ (75,5%); reprodução de conversas (60,8%); e plausibilidade (72,5%). Por sua vez, na segunda categoria, de acordo com os inquiridos, os mentirosos apresentam mais: contradições (91,2%); produção não estruturada (66,7%); e detalhes supérfluos (50%), no seu discurso. Quanto à terceira categoria, a perceção dos inquiridos divide-se relativamente à maior ou menor frequência das variáveis no caso dos mentirosos. Cabem nesta categoria, as variáveis relativas ao número de correções espontâneas (49% considera verificar-se menos no caso dos mentirosos, e 43,1%, pelo contrário, considera verificar-se mais espontaneamente no caso dos mentirosos); à capacidade de reconstrução da história (48% considera que os mentirosos possuem uma capacidade inferior a quem diz a verdade, e 46% considera o contrário); aos detalhes incomuns (39,2% considera que os mentirosos fornecem menos detalhes incomuns; 32,4%

¹⁴ Refere-se à presença de informações sensoriais numa declaração. A afirmação inclui experiências sensoriais como sons (“Ele gritou comigo”), cheiros (“Tinha cheiro de peixe podre”), sabores (“As batatas fritas estavam muito salgadas”), sensações físicas (“Doeu muito”) e detalhes visuais (“Eu vi-o a entrar na casa”).

¹⁵ Refere-se a informações sobre locais (“Aconteceu num parque”) ou a disposição espacial de pessoas e/ou objetos (“O homem estava sentado à esquerda da sua esposa”).

¹⁶ Refere-se a informações sobre quando o evento aconteceu (“Era de manhã cedo”; “uma hora depois de eu sair”) ou descreve explicitamente uma sequência de eventos (“Quando o visitante ouviu todo aquele barulho, ele ficou nervoso e saiu”).

considera que os mentirosos, pelo contrário, fornecem mais detalhes incomuns, e 24,5% considera não haver diferenças entre quem mente e quem diz a verdade); e às operações cognitivas (41,2% considera que os mentirosos efetuam menos operações cognitivas, tendo precisamente a mesma percentagem dos inquiridos respondido o oposto, isto é, que os mentirosos efetuam mais operações cognitivas).

Com base nos pressupostos do CBCA e da RM, espera-se que quase todas as variáveis estejam mais presentes em declarações verdadeiras do que fabricadas, à exceção das variáveis “Contradições” e “Operações cognitivas”. Contudo, e conforme referem Bogaard e Meijer (2018), as provas empíricas demonstram que estas suposições nem sempre são corretas. Como tal, Bogaard e Meijer (2018), tendo por base as investigações conduzidas por Bogaard et al. (2016), DePaulo et al. (2003), Masip, Sporer, Garido e Herrero (2005), quanto às variáveis respeitantes à RM, e de Amado, Arce e Fariña (2015), DePaulo et al. (2003), e Vrij (2005; 2008), quanto às variáveis respeitantes à CBCA, desenvolveram uma tabela que resume quais as PV que são pistas válidas para o engano.

Através da análise da Tabela n.º 5 no Apêndice F, é possível constatar algumas incongruências entre a perceção dos militares e a literatura empírica existente. Atentando na primeira categoria de respostas — variáveis que para a maioria dos inquiridos, verificam-se com menor frequência no caso dos mentirosos —, verifica-se que as variáveis “Clareza” e “Emoções descritas”, de acordo com a Tabela n.º 5, não se devem assumir como pistas pertinentes, dado que não existe uma relação verificada entre estas e a mentira. Também a variável “N.º de interações descritas”, contrariamente à perceção dos militares, verifica-se com maior frequência nos discursos fabricados.

Relativamente à segunda categoria de respostas — variáveis que para a maioria dos inquiridos, verificam-se com maior frequência no caso dos mentirosos —, a variável “Detalhes supérfluos”, apesar de ter sido considerada pelos militares como uma pista desta categoria, diz a literatura que não existe ligação direta à mentira.

Na terceira categoria — variáveis que não geram consenso entre os inquiridos — a PV “Número de correções espontâneas”, é indicada pela literatura, como uma variável que se verifica com menor frequência na mentira. As variáveis “Reconstrução da história”, “Detalhes incomuns”, e “Operações cognitivas”, por sua vez não revelam uma relação com a mentira, o que poderá justificar uma maior dispersão das respostas, pelas possibilidades dadas.

Apesar das diferenças identificadas, os resultados obtidos, na sua globalidade, revelam-se compatíveis com a Tabela desenvolvida por Bogaard e Meijer (2018) — em 17 (dezassete) variáveis, apenas 5 (cinco), diferiram da investigação referida. Pode-se afirmar que, relativamente às PV, a percepção dos militares quanto à DM está alinhada com outras investigações, uma vez que as variáveis foram, na sua maioria (70%), corretamente associadas às alternativas do IQ.

5.3 — Apresentação, análise e discussão dos dados relativos às PNV

Na Parte II do IQ, recolheram-se dados respeitantes a PNV, mais propriamente, ao grau de importância que os inquiridos dão às variáveis elencadas. Na Tabela n.º 6 (Apêndice G), constata-se que a maioria dos inquiridos, considera 23 (vinte e três) variáveis enquanto “Pista relevante” e “Pista muito relevante”, em 26 (vinte e seis) existentes. Assim, pode-se categorizar as respostas obtidas entre 2 (dois) grupos: (1) pistas com relevância ou relevância acrescida; e (2) pistas com pouca relevância.

Na primeira categoria de respostas, estão presentes quase todas as variáveis, à exceção daquelas que registaram uma percentagem superior na alternativa “pista pouco relevante”, sendo estas: “Mãos juntas com os dedos entrelaçados” (54,9%); “Mãos afastadas” (43,1%); e “Alegria” (66,7%).

Dentro da primeira categoria, destacam-se as variáveis que reuniram pelo menos 50% das respostas na alternativa “pista relevante”: “Movimento dos pés” (54,9%); “Movimentos das pernas” (56,9%); “Sorriso falso” (55,9%); “Frequência em pestanejar” (51%); “Sorriso de desprezo” (56,9%); “Medo”, “Desprezo” e “Surpresa” (55,9%, 52,9%, e 52%, respetivamente). Nenhuma variável registou 50% ou mais na alternativa “Pista muito relevante”. No entanto, as variáveis “Contacto visual (olhar por aceitação)” (48%), e “Inquietação generalizada” (49%), foram as únicas que registaram uma percentagem superior às restantes alternativas.

As variáveis elencadas como PNV, assumem uma maior complexidade no contexto da DM, pois não existe um único comportamento que denuncie indiscutivelmente a presença da mentira num discurso (Ekman et al., 1991; Navarro, 2008). No entanto, num determinado contexto, estas PNV podem-se traduzir na manifestação do desconforto que se sente, por se possuir um “conhecimento de culpa” (Navarro, 2008).

Atentando agora na questão “Caso tenha assinalado como pista relevante ou muito relevante, diga como caracteriza a mudança no tom de voz do mentiroso.”, (Apêndice G,

Tabela n.º 7) registaram-se 71 (setenta e uma) respostas válidas, tendo-se elaborado 4 (quatro) categorias — (1) Tom de voz fica mais grave ou mais agudo; (2) Tom de voz indicia nervosismo; (3) Coloca ênfase no discurso; (4) Tom de voz tende a acalmar.

As categorias mais mencionadas foram (1) Tom de voz fica mais grave ou mais agudo, e (2) Tom de voz indicia nervosismo, tendo ambas as categorias registado 39,4% das respostas. Relativamente à variável (3) Coloca ênfase no discurso, registaram-se 18,3% das respostas, e finalmente a categoria (4) Tom de voz tende a acalmar, com apenas 2,82% das respostas.

De facto, como explicam Moore, Hickson e Stacks (2010), a voz de uma pessoa pode falhar ou parecer incoerente durante a mentira, uma vez que devido à tensão das cordas vocais, causada pelo stress, nervosismo ou insegurança que se sente, as vozes quebram (*voice cracks*), influenciando de forma determinante a forma como se é visto e interpretado. A interpretação dos resultados obtidos, permite reconhecer que para os inquiridos, há alterações no tom de voz quando se mente. A caracterização dessas oscilações assume contornos mais complexos, tanto que, tal como frisa Navarro (2008), a descrição mencionada indicia inquietação, e não necessariamente a mentira. No entanto, para grande parte dos inquiridos, o tom de voz do mentiroso, caracteriza-se por uma mudança para mais grave ou mais agudo (consoante as pessoas em causa), indiciando nervosismo.

Relativamente às variáveis “Mãos afastadas” e “Mãos juntas com os dedos entrelaçados”, existe muita informação que a posição ou os movimentos das mãos podem transmitir (Mandal, 2014). Quando as pessoas mentem, tendem a usar menos as suas mãos e braços, podendo ser um poderoso indicador comportamental, embora possa simplesmente indicar timidez ou desconforto (Vrij, 2008). Ambas as PNV, representam um comportamento a notar, mas não necessariamente a equacionar com a mentira (Navarro, 2008).

Quanto às variáveis referentes às emoções, a PNV “Alegria”, representou a única emoção deste conjunto, classificada como “Pista pouco relevante” pela maioria dos inquiridos (66,7%). Dada a questão colocada no IQ, a interpretação assenta no seguinte raciocínio: quanto menos alegria os indivíduos demonstrarem, mais estes se aproximam do perfil de um mentiroso. Sendo a mentira geralmente associada a emoções negativas (Ekman, 2001), e estando a variável “Alegria” fortemente associada a emoções positivas (ao contrário das restantes emoções), é perceptível que esta expressão facial, tenha assim sido classificada.

A variável considerada como pista muito relevante, — “Contacto Visual: olhar por aceitação” — manifesta-se quando os indivíduos não têm confiança ou mentem, tendendo a escrutinar a sua audiência, examinando a expressão do interlocutor de forma a saber se o que dizem está ou não a ser validado (Wright & Wheatcroft, 2017). Este comportamento não é necessariamente demonstrativo de engano, apenas de procura de aceitação pelo que é dito. No entanto como refere Navarro (2018, p. 32) “quem conta a verdade apenas transmite, enquanto o mentiroso tenta frequentemente convencer”. A PNV “Inquietação generalizada”, pode ser indicativa de desconforto, ou até mesmo de mentira, especialmente se se verificar após o período em que o nervosismo já deveria ter passado (Navarro, 2008).

Baseadas no modelo de conforto/desconforto, apresentado por Navarro (2003), as PNV contempladas no IQ, dependendo do contexto e da situação em causa, podem estar associadas à mentira. No entanto, é importante não esquecer que estas variáveis podem não ser mais do que manifestações de stress (Navarro, 2008). Não obstante tal facto, algumas das PNV, configuram-se como comportamentos mais associados à mentira, comparativamente com outras, apesar de não terem sido consideradas como pistas muito relevantes, como a variável “Sorriso de desprezo” ou “Acenar com a cabeça”.

A variável “Sorriso de desprezo”, ou como é vulgarmente conhecida *Duping Delight*, refere-se ao sorriso deslocado (temporal e anatomicamente), ou “meio sorriso” que uma pessoa dá quando se escapa com algo, caracterizando-se essencialmente por ser um sorriso pretensioso numa altura e num lugar onde a humildade e a seriedade seriam mais apropriadas (Zloteanu, 2020).

A PNV “Acenar com a cabeça”, assume particular importância quando representa um movimento contraditório ao que se está a dizer (DePaulo et al., 2003). Como refere Navarro (2018), é frequente assistir a este comportamento em crianças: quando fazem algo de errado, e são confrontadas pelos pais, respondem negativamente à autoria dos factos, acenando positivamente com a cabeça.

Os resultados obtidos revelam que os inquiridos consideram a globalidade das variáveis como pistas relevantes na DM. Não é assim possível demarcar um critério seguido pelos militares nas suas escolhas, dado o carácter genérico dos dados: na sua generalidade, consideraram quase todas as variáveis como relevantes ou muito relevantes.

5.4 — Análise de dados relativos à capacidade em detetar a mentira

A Parte III do IQ, conforme referido anteriormente, teve como objetivo averiguar a perceção dos inquiridos quanto à sua capacidade da DM. Para se ter uma perspetiva mais visual das respostas obtidas, elaboraram-se os gráficos presentes no Apêndice H, que resumem os dados recolhidos.

De acordo com a Figura n.º 13, cerca de 89% dos inquiridos respondeu afirmativamente à questão “Durante uma entrevista já obteve prova da sua perceção em relação à existência ou não de mentira por parte do entrevistado?”. Apenas 9% responderam negativamente à questão colocada. Relacionada com esta questão, a pergunta seguinte — “Se sim, por favor diga em que medida tal aconteceu.” — revelou, conforme demonstra a Figura n.º 14, que a maioria dos inquiridos (59%), afirma que obteve prova da sua perceção “algumas vezes”, 28% afirma que obteve “frequentemente”, 2% afirmou “sempre”, e 11% “raramente”. A análise conjunta destas questões, permite afirmar que a grande maioria dos militares, comprovaram que, pelo menos “algumas vezes”, detetaram a mentira, tendo a mesma sido comprovada numa fase posterior da investigação. Consequentemente, as respostas ao IQ, terão por base uma experiência real e verificada, acrescentando valor aos resultados obtidos

Relativamente à questão “Considera que a capacidade para detetar a mentira é uma vantagem para o sucesso do ato processual? Por favor, justifique.”, obtiveram-se 99 (noventa e nove) respostas válidas, desenvolvendo-se 2 (duas) categorias distintas — (1) Sim, considerando, portanto, a DM como uma vantagem para o sucesso do ato processual; e (2) Não, onde a DM não é encarada como uma vantagem para o sucesso do ato processual. No âmbito da primeira categoria, registaram-se 94 (noventa e quatro) respostas, e no contexto da segunda categoria, registaram-se 5 (cinco) respostas (Tabela n.º 8).

Na categoria (1) Sim, as justificações da importância da DM, assentaram principalmente nos argumentos em que a DM permite chegar à verdade, sendo mais um meio para a entrevista/interrogatório e/ou a investigação, e esclarecer os factos para se punir justamente. De salientar também, que nesta categoria houve uma considerável percentagem que não justificou a sua posição (24%). Na perspetiva negativa, as respostas que mais vezes se referiram, e que justificam a posição dos inquiridos, basearam-se no argumento que o objetivo do ato processual é outro, não devendo passar pela DM.

Através da análise da Tabela n.º 8, percebe-se que a maioria dos inquiridos reconhece a DM como um passo importante no ato processual. Tal como referido nas respostas, e

sabendo que o objetivo último da IC passa por apurar os factos, ao detetar a mentira, e comprovando-a com as provas recolhidas, a investigação aproxima-se desse desiderato. Para além desse aspeto, a DM, na perspetiva dos inquiridos, pode também representar um importante meio para investigação, funcionando como uma forma de orientar ou nortear a mesma, na direção correta. Por todos estes motivos, torna-se possível afirmar que os militares da GNR, consideram a DM como uma vantagem no ato processual.

Quanto à autoavaliação dos militares, e atentando na Figura n.º 15, 25,5% dos inquiridos autoavaliaram-se com o valor 5 (cinco) ou inferior, 63,7% classificaram-se entre os valores 6 (seis) a 8 (oito), e cerca de 10% com os valores 9 (nove) a 10 (dez). A média (\bar{x}) dos valores registados foi 6,42, e a moda (Mo) foi o valor 6 (seis). A autoavaliação dos militares, situa-se pouco acima do valor central (5 (cinco)), significando que, na globalidade, os militares não se posicionam num patamar muito elevado no que toca a detetar a mentira, mas acima do nível central. Este facto merece ser frisado, uma vez que parece existir uma convergência entre a resposta a esta questão, e as respostas das 2 (duas) questões anteriores: ainda que 92% dos inquiridos considere importante a DM, dos 89% que obtiveram prova quanto à mentira, apenas 30% considera-se capaz de identificar a mentira, de forma frequente ou sempre. Em acréscimo, cerca de 65% coloca-se apenas num nível médio (entre 5 a 7) de capacidade para detetar a mentira. Pode-se afirmar, que na perspetiva dos militares, de facto, conseguem detetar a mentira com sucesso. No entanto, talvez não se verifique com a frequência que desejariam, ou que seria esperada.

5.5 — Relação entre as pistas de deteção da mentira

O presente subcapítulo, tendo em conta os objetivos traçados inicialmente, focar-se-á na correlação entre as PV e as PNV. Para tal, procedeu-se à análise das correlações de Spearman (r) entre os dois grupos, através da qual foi possível concluir que algumas das pistas apresentam uma correlação com pertinência estatística, validada pelo respetivo nível de significância (p).

Totalizando 43 (quarenta e três) variáveis, entre PV e PNV, a presente análise atentarà nas Tabelas n.º 9 e n.º 10 (respetivamente) do Apêndice I, que contemplam as 10 (dez) pistas — 5 (cinco) de cada grupo —, que registaram o maior número de correlações significativas no conjunto total das variáveis.

No conjunto das PV, as variáveis: “Plausibilidade”; “Clareza”; “N.º de interações descritas”; “Quantidade de detalhe”; e “Detalhes temporais”; representaram as pistas que se correlacionaram significativamente com um número mais elevado das restantes variáveis.

A variável “Plausibilidade” registou 18 (dezoito) correlações positivas significativas, em particular com as variáveis “N.º de interações descritas” ($r = 0,513$; $p = \leq 0,01$), “Tom de voz” ($r = 0,439$; $p = \leq 0,01$), e “Clareza” ($r = 0,407$; $p = \leq 0,01$). Ou seja, para os militares da GNR, a quantidade de interações descritas, o tom de voz dos indivíduos, a clareza, nitidez e vividez das declarações concorrem para que o discurso seja plausível e realista, fazendo sentido. Esta correlação comprova que de facto, o tom de voz que se utiliza, influencia decididamente a forma como se é interpretado pelo interlocutor (Moore et al., 2010), tanto que, pelo menos nesta análise, ser-se-á mais ou menos plausível, em função destas variáveis.

A PV “Clareza”, correlacionou-se significativamente com 16 (dezasseis) variáveis, destacando-se as variáveis “Coerência” ($r = 0,521$; $p = \leq 0,01$), e “N.º de interações descritas” ($r = 0,428$; $p = \leq 0,01$), significando isto que, para os militares da GNR, consideram que o inquirido é claro quando o seu discurso é coerente e nítido, fazendo sentido, em função também da forma como a ação e a reação dos diferentes atores apresentados na declaração estão interligadas.

Quanto à variável “N.º de interações descritas”, registaram-se 14 (catorze) correlações significativas, com ênfase para as pistas “Detalhes temporais” ($r = 0,573$; $p = \leq 0,01$), “Detalhes espaciais” ($r = 0,529$; $p = \leq 0,01$), e “Quantidade de detalhe” ($r = 0,520$; $p = \leq 0,01$). Assim, é possível afirmar que, para os militares da GNR a descrição das interações está diretamente relacionada com os detalhes temporais e espaciais fornecidos, bem como pela quantidade de pormenores que os indivíduos mencionam ao longo do seu discurso.

Relativamente à variável “Quantidade de detalhes”, observaram-se 14 (catorze) correlações significativas, assumindo as variáveis “Detalhes espaciais” ($r = 0,628$; $p = \leq 0,01$), “N.º de interações descritas” ($r = 0,520$; $p = \leq 0,01$), e “Detalhes temporais” ($r = 0,509$; $p = \leq 0,01$), as correlações mais fortes. A variável “Quantidade de detalhes”, respeita à declaração que é rica em detalhes e inclui descrições específicas de lugar, tempo, pessoas, objetos e eventos. Desta forma, as correlações estabelecidas não se assumem como algo inesperado: quanto mais detalhadas forem as declarações, mais descritivas quanto ao espaço, tempo, e interações estabelecidas serão as declarações. A mesma lógica se pode aplicar aos “Detalhes temporais”, contabilizando-se 12 (doze) correlações significativas, dado que se destacou a variável “N.º de interações descritas” ($r = 0,573$; $p = \leq 0,01$).

Por sua vez, as PNV que contabilizaram o maior número de correlações significativas foram: “Tristeza”; “Estreitar as sobrancelhas”; “Tapar o tronco/barriga”; “Nojo”; e “Medo” (Tabela n.º 10).

A variável “Tristeza”, registou 24 (vinte e quatro) correlações significativas, em particular com as variáveis “Raiva” ($r = 0,487$; $p = \leq 0,01$), “Nojo” ($r = 0,482$; $p = \leq 0,01$), e “Sorriso falso” ($r = 0,464$; $p = \leq 0,01$). As correlações identificadas corroboram a tese de Ekman e Friesen (2003), a qual refere que a manifestação destas emoções é frequente acontecer em simultâneo. Ou seja, no contexto da DM, quando o indivíduo expressa uma destas emoções, regra geral, outra deste conjunto estará igualmente associada. O sorriso falso é utilizado para transparecer a ideia que está tudo bem com a pessoa em questão, quando na realidade isso não se verifica (Navarro, 2018). Poder-se-á traduzir assim este registo, no facto de que os militares da GNR quando detetam a falsidade de um sorriso, este surge associado a sentimentos de tristeza, de modo a ocultar o que se sente de verdade, por um determinado motivo. E quando isto se verifica, de acordo com os dados recolhidos, as probabilidades do indivíduo que está a ser ouvido, estar a mentir, aumentam.

A variável “Estreitar as sobrancelhas”, registou 23 (vinte e três) correlações significativas, das quais se notabilizaram “Franzir/enrugar a testa” ($r = 0,498$; $p = \leq 0,01$); “Tapar o tronco/barriga” ($r = 0,446$; $p = \leq 0,01$); e “Acenar com a cabeça” ($r = 0,416$; $p = \leq 0,01$). Estas correlações denotam que, para os militares da GNR, quando se encontram em entrevista/interrogatório, o indivíduo quando estreita as sobrancelhas, tenderá também a franzir/enrugar a testa (o que faz sentido, uma vez que estas variáveis estão relacionadas a nível de integração muscular facial), mas também a cobrir o tronco com os braços ou objetos que tenha ao seu alcance, e a acenar a cabeça. Verificando-se em conjunto, estas variáveis, apontam para que o indivíduo esteja sobre elevados níveis de stress, e portanto, desconfortável com a situação. De frisar que de acordo com a literatura, não implica necessariamente estar a mentir, apesar dessa hipótese poder ser considerada como tal.

No que respeita à variável “Tapar o tronco/barriga”, também se registaram 23 (vinte e três) correlações significativas, onde o “Medo” ($r = 0,486$; $p = \leq 0,01$), o “Desprezo” ($r = 0,470$; $p = \leq 0,01$), e a “Raiva” ($r = 0,462$; $p = \leq 0,01$) representaram as correlações mais fortes. Através dos valores registados, torna-se perceptível que, quando os militares detetam que os indivíduos tapam a zona do tronco, denotam um sentimento de desconforto associado ao medo, ao desprezo e/ou à raiva. Todas estas correlações são coincidentes com o que foi descrito anteriormente a respeito do modelo de conforto/desconforto por Navarro (2003; 2008).

À semelhança da variável anterior, também a variável “Nojo”, registou 23 (vinte e três) correlações significativas, das quais se destacam “Movimento dos pés” ($r = 0,426$; $p = \leq 0,01$), e os “Ilustradores” ” ($r = 0,391$; $p = \leq 0,01$). Quando um indivíduo movimenta os pés de forma excessiva, significa que se encontra desconfortável com a situação em que se encontra (Navarro, 2018). A correlação desta atitude com o sentimento de nojo revela-se um aspeto relevante uma vez que este é identificado sobretudo através da expressão facial (Ekman & Friesen, 2003), fazendo-se assim uma ligação ao nível das PNV entre a cara e os pés. Para além disto, também os movimentos das mãos que acompanham o discurso, os ilustradores, revelam uma correlação que merece ser referida. Dependendo do movimento específico que se efetua com as mãos, para os militares da GNR, quando os indivíduos manifestam nojo por algo, é acompanhado pelos ilustradores.

No que concerne à variável “Medo”, observaram-se 22 (vinte e duas) correlações significativas, destacando-se as correlações com as variáveis “Raiva” ($r = 0,535$; $p = \leq 0,01$), “Tapar o tronco/barriga” ($r = 0,486$; $p = \leq 0,01$), e “Frequência em pestanejar” ($r = 0,458$; $p = \leq 0,01$). O medo manifesta-se quando nos encontramos perante uma ameaça, e nessa situação de confronto, iremos sentir raiva por nos encontrarmos numa posição indesejada (Ekman & Friesen, 2003). Espelhando uma situação de claro desconforto, os indivíduos tendem a demonstrar essa situação através de movimentos corporais, como é o caso de tapar a zona de tronco, conforme já descrito anteriormente. Atentando no ambiente de entrevista/interrogatório, se o indivíduo estiver efetivamente com medo, fará tudo ao seu alcance para sair dessa situação, de modo a não se sentir inferiorizado perante o militar que conduz o ato processual. Este processo exigirá um aumento da capacidade de raciocínio (aumento das operações cognitivas) por parte do entrevistado/interrogado, que se encontra diretamente associado à crescente frequência em pestanejar (Vrij, 2008). Assim, quando identificadas estas ações, os militares sabem que, regra geral, poderão estar na presença de um mentiroso.

5.6 — Relação entre as PV/PNV e a “Prova da perceção quanto à deteção da mentira”

A análise da variável “Prova da perceção quanto à deteção da mentira”, revestiu-se de uma importância acrescida, uma vez que se trata do critério de eficácia, através do qual os militares deram resposta à questão “Durante uma entrevista já obteve prova da sua perceção em relação à existência ou não de mentira por parte do entrevistado?”.

A variável em causa, correlacionou-se positiva e significativamente com outras 8 (oito) variáveis (Apêndice I — Tabela n.º 11).

No âmbito das PV, salientaram-se as variáveis “Coerência” ($r = 0,374$; $p = \leq 0,001$), “Clareza” ($r = 0,334$; $p = \leq 0,01$), “Plausabilidade” ($r = 0,274$; $p = \leq 0,001$), “Detalhes supérfluos” ($r = 0,222$; $p = \leq 0,03$), e “N.º de interações descritas” ($r = 0,196$; $p = \leq 0,05$). Significa isto que, de acordo com as correlações identificadas, à medida que os militares percecionam estas pistas, mais estes consideram estar perante um mentiroso. A prova da mentira é assim garantida pela lógica entre todos os elementos do discurso, constituindo um todo unificado, transmitido de forma clara, nítida e vívida, e pelo realismo e próprio sentido da história. Ainda que, de acordo com Bogaard e Meijer (2018), aspetos como a clareza e os detalhes supérfluos, não apresentem uma ligação clara com a mentira, o valor das correlações obtidas, corrobora a investigação de DePaulo et al. (2003), não existindo uma oscilação significativa dos valores. Em traços gerais, é possível afirmar que os militares da GNR, comprovam a sua perceção quanto à DM com base em PV que se alinham com as principais investigações realizadas no contexto da DM.

Já no domínio das PNV, as variáveis que apresentaram uma relação com a variável “Prova da perceção quanto à deteção da mentira” foram: “Alegria” ($r = 0,270$; $p = \leq 0,01$), “Inquietação generalizada” ($r = 0,225$; $p = \leq 0,03$), e “Estreitar as sobrancelhas” ($r = 0,213$; $p = \leq 0,04$), tendo sido das PNV que registaram valores mais elevados. Relativamente à variável “Alegria”, deverá ser interpretada da seguinte forma: quanto menos alegria os indivíduos demonstrarem, mais estes se aproximam do perfil de um mentiroso. Este entendimento, corrobora os resultados discutidos no subcapítulo anterior, relativamente à variável “Tristeza”. Tendo sido a PNV com o maior n.º de correlações, e significando que quanto mais triste, ou menos sinais de alegria evidenciar, mais este se aproxima do perfil expectável de um mentiroso. Há também que ressaltar outro aspeto: a tentativa de demonstrações de alegria ou felicidade, (onde se poderão incluir os sorrisos falsos), em âmbito de entrevista/interrogatório, que se caracteriza por ser um momento sério, onde os testemunhos se assumem como fulcrais na investigação, levam a uma interpretação de que algo está a fugir do padrão esperado e por isso, essa incongruência é interpretada pelos militares da GNR como se tratando de um possível mentiroso. Quando estas tentativas de ocultação do que se está verdadeiramente a sentir (ocultar sentimentos de tristeza com o oposto — sorrisos falsos), são identificadas, a postura a adotar pelos militares perante os entrevistados/interrogados deverá ser no sentido de desvendar o que está a ser omitido e o porquê, caso se revele pertinente para a investigação. Também a “Inquietação generalizada”,

traduz-se num indício através do qual os militares comprovam a presença da mentira. É importante salientar que o nervosismo estará sempre presente nestes indivíduos independentemente de se estar ou não a mentir. No que concerne à variável “Estreitar as sobrancelhas”, há que ter presente que geralmente traduz-se na existência de um problema, preocupação ou aversão (Navarro, 2018). De acordo com os militares inquiridos, também esta PNV se materializa como algo que, normalmente, atesta o discurso falacioso em âmbito processual.

Estas correlações permitem assim afirmar que, no contexto das PNV, os militares da GNR, valorizam principalmente estes comportamentos, de modo a comprovar a efetiva DM. Torna-se também pertinente, referir o facto de as variáveis descritas serem as mesmas mencionadas por DePaulo et al. (2006), Navarro (2018) e Vrij et al. (2019) nas respetivas investigações, tendo-se registado uma significância semelhante à de estes autores abordados ao longo da investigação.

5.7 — Regressão Linear Múltipla para a variável dependente “Prova da perceção quanto à deteção da mentira”

A regressão múltipla é utilizada quando queremos prever o valor de uma variável com base no valor de duas ou mais outras variáveis (Pestana & Gageiro, 2014). A variável que se pretende prever é a “prova da perceção quanto à deteção da mentira” (variável dependente). As variáveis utilizadas para prever o valor da variável dependente são as PV e as PNV (variáveis independentes).

Para se proceder em conformidade, verificaram-se um conjunto de pré-requisitos a fim de se chegar a um modelo de predição, designadamente: registarem-se um mínimo de 20 (vinte) sujeitos ($N \geq 20$) por variável independente; análise da independência entre valores residuais independentes; ausência de multicolineariedade; ausência de *outliers*; resíduos normalmente distribuídos¹⁷; homocedasticidade¹⁸; e relação linear entre a variável dependente e as variáveis independentes (Pestana & Gageiro, 2014). Assumindo a não normalidade dos dados (Apêndice C), em virtude do Teorema do Limite Central, e sabendo que o Teorema assenta no pressuposto que a soma de variáveis aleatórias independentes convergem para uma variável aleatória distribuída normalmente, optou-se por desenvolver

¹⁷ De acordo com Pestana e Gageiro (2014, p. 789), “os testes de aderência à distribuição normal, permitem com um erro $p \leq 0,001$, não rejeitar a hipótese de os resíduos seguirem uma distribuição normal”.

¹⁸ Quando este critério é violado, os parâmetros estimados revelam-se ineficientes (Pestana & Gageiro, 2014).

o modelo preditivo da mentira através da regressão linear múltipla (Kawano & de Paiva, 2020).

A análise demonstrou um modelo estatisticamente significativo [$Z(5,93) = 16,585$; $p < 0,0005$; $R^2 = 0,471$]. Significa isto que, as variáveis “Coerência”, “Plausabilidade”, “Alegria”, “Produção não estruturada”, e “Sorriso falso” em conjunto, revelam um poder preditivo em cerca de 47,1%. Atendendo ao facto, de existirem vários elementos que os militares poderão considerar na DM, pode-se considerar 47,1% como um resultado relevante, que merece particular destaque. As variáveis acrescentaram significância estatística ao modelo, $p < 0,05$. A Figura n.º 2 ilustra o modelo estudado.

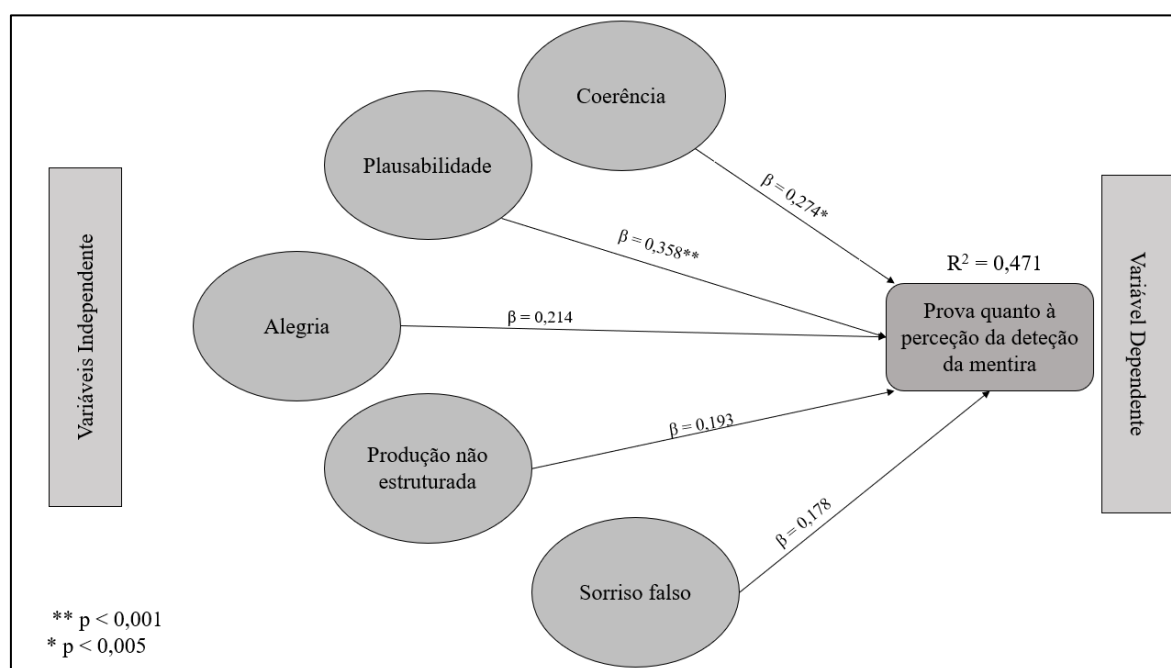


Figura n.º 2 — Regressões lineares múltiplas para a variável dependente “Prova da percepção quanto à detecção da mentira”

Fonte: Elaboração própria.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Chegando a esta fase da investigação, após os enquadramentos teórico-concetual e metodológico, assim como o trabalho de campo, e a respetiva análise dos resultados obtidos, a sistematização e consolidação das conclusões extraídas é algo de premente, tendo em vista a concretização dos objetivos delineados. Desta forma, o presente Capítulo consistirá numa análise crítica entre o objeto de estudo e os resultados obtidos, procurando dar resposta à PP e consequentemente, cumprindo o OG. Para isso, dar-se-á também resposta às PD, e portanto, os OE serão também cumpridos.

Atentando na PD1 “Quais são as PNV que os militares da GNR associam à DM?”, e de modo a responder da forma mais completa possível, há que ter em conta a questão aberta “O que considera serem boas pistas para detetar a mentira?”, bem como as questões de escolha múltipla da Parte II do IQ. Quanto à questão aberta, os militares salientaram a expressão corporal (ou postura), e a inquietação ou nervosismo que os sujeitos evidenciam durante a entrevista/interrogatório. Na Parte II do IQ, as únicas PNV que se consideraram “Pista muito relevante” foram: “Contacto visual: olhar por aceitação” (48%); e “Inquietação generalizada” (49%). No entanto, há também a considerar as variáveis “Sorriso de desprezo” (56,9%) e “Movimento das pernas” (56,9%), uma vez que estas foram as que reuniram uma percentagem mais elevada na categoria de “Pista relevante”. Desta forma pode-se responder à PD1 da seguinte forma: os militares da GNR valorizam principalmente a postura (forma como o indivíduo se apresenta e está durante o ato processual); o contacto visual e mais propriamente, o olhar em busca de aceitação na expressão facial dos interlocutores; a inquietação generalizada ou o grau de nervosismo dos suspeitos; o sorriso de desprezo ou *Duping Delight*; e o movimento das pernas, no âmbito das PNV para detetarem a mentira.

Relativamente à PD2 “Quais são as PV que os militares da GNR associam à deteção da mentira?”, e à semelhança da PD1, a resposta passa pela análise da mesma questão aberta referida no parágrafo anterior, e nos resultados obtidos na Parte I do IQ. Na questão aberta, os militares da GNR referiram com maior frequência, que os elementos verbais (conteúdo das declarações), e as contradições, são as PV mais relevantes para detetar a mentira. No IQ por sua vez, as variáveis “Contradições”, “Produção não estruturada” e “Detalhes supérfluos”, configuraram-se como as PV que, na perceção dos militares da GNR ocorrem com maior frequência nos mentirosos. A resposta à PD2, poderá assim ser formulada da seguinte forma: os militares da GNR, valorizam principalmente os elementos verbais

(conteúdo das declarações); as contradições (quando o conteúdo das declarações é contraditório); a produção não estruturada (ordem cronológica das declarações não faz sentido); e os detalhes supérfluos (detalhes relacionados com o evento, mas desnecessários para o entender), no âmbito das PV para detetarem a mentira.

No que concerne à PD3 “Quais são as PV que os militares da GNR associam às PNV para detetar a mentira?”, ter-se-á em consideração o cálculo do coeficiente da correlação de Spearman entre as PV e as PNV para se dar resposta a esta pergunta. Assim, e através da análise da referida correlação, constata-se que as únicas variáveis, sendo uma do âmbito das PV e outra das PNV, que se correlacionaram significativamente de forma positiva, foram precisamente a “Plausabilidade” com o “Tom de voz” ($r = 0,439$; $p = \leq 0,0005$). Sabendo que a “Plausabilidade” respeita ao realismo e ao sentido das declarações, e que o “Tom de voz” afeta a forma como se é entendido pelo interlocutor, a resposta à PD3 passa pela seguinte interpretação: para os militares da GNR, a plausabilidade das declarações (PV) está diretamente relacionada com o tom de voz (PNV) no âmbito da DM, sendo possível afirmar que o tom de voz que se utiliza, influencia decididamente a forma como se é interpretado pelo interlocutor, sendo-se mais ou menos plausível, em função do tom de voz.

Para se responder à PD4 “Quais as PV e PNV que se correlacionam com o grau em que os militares obtiveram prova da sua perceção de mentira?”, o cálculo do coeficiente de correlação de Spearman entre a variável “Prova da perceção quanto à deteção da mentira” e as PV e PNV, materializa-se como o alvo da análise a esta questão. No domínio das PV, as variáveis que registaram a correlação mais elevada foram a “Coerência”, a “Clareza” e a “Plausabilidade”. Por sua vez, no campo das PNV, a “Alegria”, a “Inquietação generalizada”, e “Estreitar as sobranceiras” configuraram-se como sendo as variáveis mais relevantes na correlação. Explicando o significado destas correlações e, dando resposta à PD4: os militares da GNR comprovam com maior frequência que um indivíduo está a mentir, em função da lógica entre todos os elementos do discurso, constituindo um todo unificado (coerência), transmitido de forma clara, nítida e vívida (clareza), e pelo realismo e próprio sentido da história (plausabilidade), no domínio das PV, e em função da ausência de alegria, e consequentemente através da tentativa de manifestações de felicidade ou alegria (como são os sorrisos falsos), e da inquietação generalizada ou do grau de nervosismo do suspeito, no âmbito das PNV.

O subcapítulo 5.7 contempla a resposta à PD5 “Quais são as variáveis com poder preditivo da mentira?”. Através da regressão linear múltipla (Figura n.º 2) entre as variáveis independentes “Coerência”, “Plausabilidade”, “Produção não estruturada”, “Sorriso falso” e

“Alegria” com a variável dependente “Prova da percepção quanto à deteção da mentira”, concluiu-se que estas variáveis independentes, em conjunto, conseguem prever a DM em 47,1%. Desta forma, a PD5 é respondida pelas variáveis independentes que conjuntamente, registam o referido poder preditivo.

Respondidas as PD, e tendo em conta todos os dados vertidos na investigação, considera-se haver condições para dar resposta à PP: “Quais são as PNV e as PV associadas à DM, na perspetiva dos militares da GNR?”

Primeiramente, é possível afirmar que os militares da GNR consideram as PNV como boas pistas para detetar a mentira (63%), em detrimento das PV (30%), especificamente: a postura; o contacto visual; a inquietação generalizada; o sorriso de desprezo; e o movimento das pernas (caracterizados e interpretados nos parágrafos anteriores), são as PNV mais relevantes, na perspetiva dos militares, para se detetar a mentira. Em segundo lugar e relativamente às PV, as contradições, a produção não estruturada, e os detalhes supérfluos, por sua vez, são as PV mais valorizadas na DM. Em terceiro lugar, para os militares da GNR, a única PV afetada por uma PNV, é a plausibilidade das declarações, concorrendo o tom de voz diretamente para a forma como os militares da GNR interpretam o realismo e plausibilidade das declarações. As pistas através das quais os militares da GNR comprovam mais vezes que um suspeito está a mentir são a coerência, a clareza, a plausibilidade, a ausência de alegria, e a inquietação generalizada. Consequentemente, o modelo desenvolvido com um poder preditivo de 47,1% da DM, recorre precisamente às PV e PNV, através das quais os militares da GNR obtêm prova da sua percepção quanto à DM. É assim possível sistematizar a PP, na Figura n.º 3.

Respondida a PP, levanta-se uma questão: a percepção que os militares da GNR têm quanto à DM está correta? Para se esclarecer este ponto, será necessário decompor a resposta da PP, e comparar as suas partes constituintes com a literatura.

Conforme já foi referido anteriormente, os indivíduos que se apoiam mais em PV do que em PNV, demonstram maior precisão em detetar a mentira (Mann, Vrij & Bull, 2004). O facto de se dar mais atenção a PNV, revela também que o conteúdo verbal das declarações seja desvalorizado, quando deveria de ocorrer o contrário (Bogaard & Meijer, 2018). Assim, e quanto a este ponto, pode-se afirmar que a preferência pelas PNV em detrimento das PV (a qual comprova a perspetiva de que, as pessoas sem formação na área têm a percepção que as PNV, representam fontes mais credíveis do que as PV quanto à DM (Bogaard et al., 2016)), espelha a falta de formação neste domínio, devendo os militares, focar mais a sua atenção naquilo que é dito pelos indivíduos.

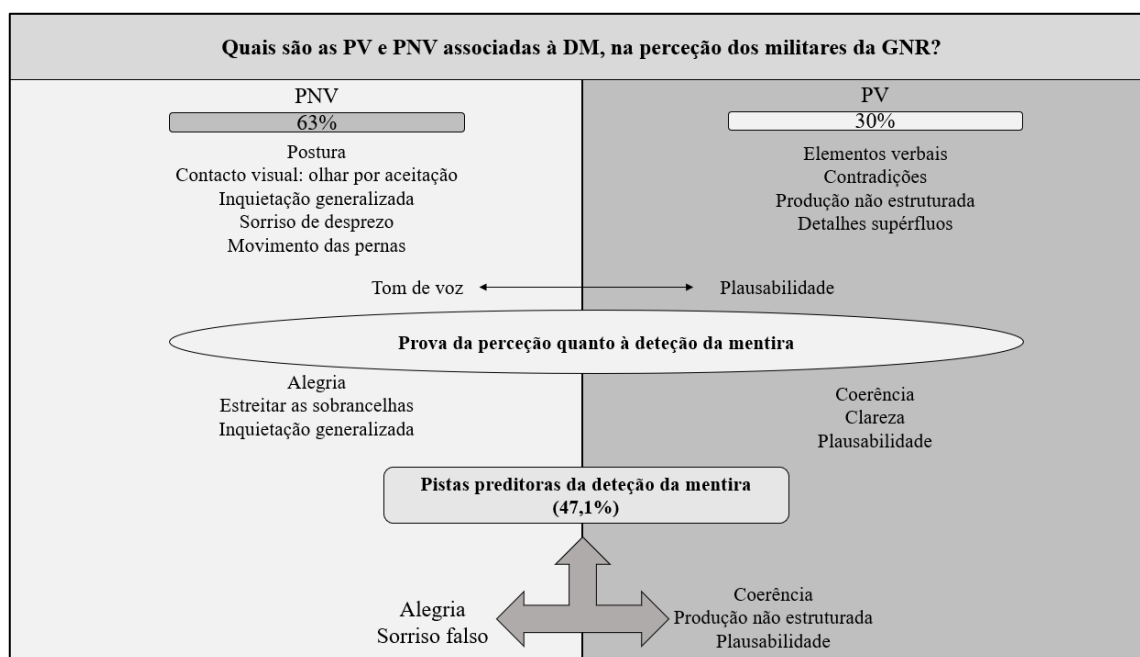


Figura n.º 3 — Sistematização da resposta à PP

Fonte: Elaboração própria

As PNV mais valorizadas pelos militares da GNR, revelam concordância com a descrição feita no subcapítulo 5.3, pelo que se pode afirmar que as variáveis em causa, são corretamente equacionadas na DM. No entanto, a generalidade das PNV elencadas no IQ foram consideradas como pistas relevantes ou muito relevantes, levantando algumas questões quanto ao critério dos militares na área não verbal. Apesar de todas estas variáveis poderem estar associadas à mentira, o carácter genérico do grau de importância atribuído a estas pistas, impede que se determine um leque mais reduzido e mais preciso, para se avaliar o comportamento dos indivíduos. Quanto às PV mais valorizadas pelos militares da GNR, por comparação com a Tabela n.º 5 (Apêndice F), e aludindo ao subcapítulo 5.2, em 17 (dezassete) variáveis, apenas 5 (cinco), diferiram da investigação conduzida por Bogaard e Meijer (2018), traduzindo-se numa precisão de 70% quanto à valorização das PV elencadas, tendo em vista a DM.

Relativamente à relação existente entre a plausabilidade e o tom de voz, e de acordo com o que foi dito no subcapítulo 5.5, é também possível afirmar que, apesar de se tratar da única correlação com significância entre uma PNV e uma PV, esta associação é admissível e tem fundamento na medida em que a plausabilidade, depende em larga medida da forma como as palavras são proferidas, e mais propriamente, do tom de voz que se utiliza (Moore et al., 2010).

Quanto às PV através das quais os militares obtêm prova da sua percepção relativamente à mentira, existe uma concordância com as PV mais valorizadas, uma vez que a coerência, a clareza e a plausibilidade respeitam a elementos verbais. No entanto, apesar dos militares equacionarem a clareza na DM, esta variável não estabelece nenhuma relação comprovada com a mentira (Bogaard & Meijer, 2018). Relativamente às PNV, a única variável que estabelece uma correspondência com as pistas mais valorizadas trata-se da “Inquietação generalizada”. Os militares obtêm prova da sua percepção quanto à DM, ao denotarem a ausência de alegria nos indivíduos, e portanto aproximam o perfil do mentiroso de alguém mais constrangido, menos alegre (e por isso, inevitavelmente mais triste)¹⁹. A respeito da variável “Estreitar as sobrancelhas”, ressalva-se o facto de este comportamento não implicar necessariamente a mentira, mas indicar que o indivíduo em causa está sobre elevados níveis de stress, e portanto, desconfortável com a situação.

Conclui-se assim, através desta comparação e tendo por base todos os elementos descritos anteriormente, que os militares da GNR, em traços gerais, têm uma percepção alinhada com outras investigações conduzidas noutras amostras quanto à DM. O facto de se ter desenvolvido um modelo preditor da mentira em 47,1%, assente na “Coerência”, na “Produção não estruturada”, na “Plausibilidade”, na “Alegria”, e no “Sorriso falso”, configura-se como uma justificação sólida para a percepção que os militares têm. Pois, num total de 43 (quarenta e três) variáveis (PV e PNV), recorrendo-se apenas a 5 (cinco) dessas variáveis, conseguiu-se desenvolver um modelo que explica uma percentagem significativa da DM. Em conjunto, o modelo deverá ser entendido da seguinte forma: no ato processual, os militares da GNR ao atentarem (1) na plausibilidade e realismo do discurso, analisando se o mesmo faz sentido; (2) na ordem cronológica em que os factos são descritos; (3) na lógica subjacente ao discurso, de modo a construir um todo unificado; (4) na ausência de alegria, testemunhando desconforto e constrangimento perante a situação; e (5) nas tentativas de ocultação do que se está verdadeiramente a sentir (sorrisos falsos), conseguem detetar a mentira com uma precisão de 47,1%.

Os aspetos identificados como desadequados ou errados, poderão ser explicados em parte pela formação nesta área (analisada no Apêndice J e no Apêndice K), que, apesar de respeitar os princípios basilares da entrevista/interrogatório, revela algumas lacunas, podendo sofrer incrementos em matérias específicas que concorram para a eficiência que se pretende na entrevista/interrogatório. Ainda no campo das PNV, segundo uma perspectiva

¹⁹ Cfr. Subcapítulo 5.6 — Relação entre as PV/PNV e a “Prova da percepção quanto à deteção da mentira”.

abrangente da pesquisa da DM, deparamo-nos com uma paisagem teórica fragmentada. Existem muitas teorias, mas nenhuma delas parece captar totalmente a relação entre o comportamento não verbal e a mentira. Desta forma, a nota de conclusão que se pretende frisar é que deverá haver uma maior valorização das PV relativamente às PNV, uma vez que, uma das maiores limitações sobre o desempenho na DM, é a falta de indicadores comportamentais cientificamente válidos, que possam admitir valor probatório.

Encerradas as conclusões da investigação, seguem-se algumas recomendações que poderão potenciar o desenvolvimento nesta área do conhecimento. O incremento científico nesta área, conforme demonstrou a investigação, revela potencialidades, principalmente no domínio policial. Desta forma, recomenda-se o incentivo ao aprofundar do conhecimento nesta área, principalmente no seio das FSS. Em segundo lugar, recomenda-se às pessoas que se interessem por estes temas, e que eventualmente queiram aprofundar conhecimento, que consultem várias perspetivas de diferentes autores. Pois, a DM suscita ainda algumas questões no seio da comunidade científica, que se encontram por esclarecer.

Relativamente às limitações da investigação, destaca-se a situação pandémica durante a qual a presente investigação foi desenvolvida. O dever de isolamento social a par das medidas legalmente impostas, revelaram-se um obstáculo à investigação, impedindo o contacto direto (que seria o pretendido) com os militares da GNR, acompanhando alguns atos processuais, a fim de se observar presencialmente a forma como as testemunhas/arguidos são efetivamente interpretados ao nível das PV e das PNV.

Para futuras investigações, sugere-se uma pesquisa mais aprofundada acerca das PV e a sua relação com a DM no contexto do ato processual, assistindo-se aos mesmos e analisando o conteúdo das afirmações a fim de se melhorar o modelo preditivo apresentado na presente investigação.

Para finalizar, espera-se que a presente investigação, se manifeste uma mais-valia para a GNR e os seus militares, almejando sempre a evolução técnica e científica nas suas áreas de atuação, potenciando a humanidade, proximidade e confiança depositada nesta FS.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Obras literárias, artigos científicos e relatórios

- Amado, B. G., Arce, R. & Fariña, F. (2015). Undeutsch hypothesis and Criteria Based Content Analysis: A meta-analytic review. *The European Journal of Psychology Applied to Legal Context*, 7(1), 3-12. doi:10.1016/j.ejpal.2014.11.002.
- Andrade, M. (2010). *Prática de Direito Processual Penal*. Lisboa: Quid Juris? — Sociedade Editora.
- Blair, J. P., Levine, T. R. & Shaw, A. S. (2010). Content in context improves deception detection accuracy. *Human Communication Research*, 36(3), 423-442. doi: 10.1111/j.1468-2958.2010.01382.x.
- Bogaard, G. & Meijer, E. H. (2018). Self-reported beliefs about verbal cues correlate with deception-detection performance. *Applied Cognitive Psychology*, 32 (1), 129-137. doi: 10.1002/acp.3378.
- Bogaard, G., Meijer, E. H., Vrij, A. & Merckelbach, H. (2016). Strong, but wrong: Lay people's and police officers' beliefs about verbal and nonverbal cues to deception. *PloS one*, 11(6), e0156615. doi:10.1371/journal.pone.0156615.
- Bond Jr, C. F. & DePaulo, B. M. (2006). Accuracy of deception judgments. *Personality and social psychology Review*. 10(3), 214-234. doi: 10.1207/s15327957pspr1003_2.
- Buller, D. B. & Burgoon, J. K. (1996). Interpersonal deception theory. *Communication theory*, 6(3), 203-242. doi: 10.1111/j.1468-2885.1996.tb00127.x.
- Burgoon, J. K. (2015). Rejoinder to Levine, Clare et al.'s comparison of the Park-Levine probability model versus interpersonal deception theory: Application to deception detection. *Human Communication Research*, 41(3), 327-349. doi:10.1111/hcre.12065.
- Burgoon, J. K., Birk, T. & Pfau, M. (1990). Nonverbal behaviours, persuasion, and credibility. *Human communication research*, 17(1), 140-169. doi: 10.1111/j.1468-2958.1990.tb00229.x.
- Cardoso, S. (2015). *O princípio nemo tenetur se ipsum accusare: a recusa do arguido em prestar autógrafos*. Dissertação de Mestrado, na Área de especialização em Ciências Jurídico-Forenses. Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Coimbra. Acedido a 14 de dezembro de 2020 em <http://hdl.handle.net/10316/28698>.
- Carson, D., Milne, R., Pakes, F., Shalev, K. & Shawyer, A. (2007). *Applying Psychology to Criminal Justice* (1st Edition). England: Wiley. Acedido a 23 de janeiro de 2021 em https://books.google.pt/books?hl=pt&lr=&id=yp739qX3XCkC&oi=fnd&pg=PR5&dq=Applying+Psychology+to+Criminal+Justice+&ots=FokELM3Amh&sig=Do20Y4x7gkcviqwJHsdn0Ssm8sk&redir_esc=y#v=onepage&q=Applying%20Psychology%20to%20Criminal%20Justice&f=false.
- Comte-Sponville, A. (2003). *Dicionário filosófico*. São Paulo: Martins Fontes.

- Cumming, A. (2009). Polygraph use by the department of energy: Issues for Congress. In *Congressional Research Service Report for Congress. Library of Congress*. Washington, DC: Congressional Research Service. Acedido a 2 de fevereiro de 2021 em <https://apps.dtic.mil/sti/pdfs/ADA480718.pdf>.
- Davies, G. M. (2001). Is it possible to discriminate true from false memories? In G. M. Davies & T. Dalgleish (Eds.), *Recovered memories: Seeking the middle ground* (pp. 153–176). Chichester, England: John Wiley & Sons, Ltd. doi: 10.1002/0470013486.
- DePaulo, B. M. (1992). Nonverbal behaviour and self-presentation. *Psychological bulletin*, 111(2), 203-243. doi: 10.1037/0033-2909.111.2.203.
- DePaulo, B. M., Ansfield, M. E. & Bell, K. L. (1996). Interpersonal Deception Theory: Theories About Deception and Paradigms for Studying It: A Critical Appraisal of Buller and Burgoon's Interpersonal Deception Theory and Research. *Communication theory*, 6(3), 297-310. doi: 10.1111/j.1468-2885.1996.tb00131.x.
- DePaulo, B. M., Kashy, D. A., Kirkendol, S. E., Wyer, M. M. & Epstein, J. A. (1996). Lying in everyday life. *Journal of personality and social psychology*, 70(5), 979-995. doi: 10.1037/0022-3514.70.5.979.
- DePaulo, B. M., Lindsay, J. J., Malone, B. E., Muhlenbruck, L., Charlton, K. & Cooper, H. (2003). Cues to Deception. *Psychological Bulletin*, 129(1), 74-118. doi: 10.1037/0033-2909.129.1.74.
- do Nascimento, F. & Lopes, J. (2015). Kant e a mentira. *Griot: Revista de Filosofia*, 11(1), 1-21. doi: 10.31977/grirfi.v11i1.646.
- Ekman, P. & Friesen, W. (2003). *Unmasking the face. A guide to recognizing emoticons from facial clues*. Califórnia: Malor Books.
- Ekman, P. & Friesen, W. V. (1969). Nonverbal leakage and clues to deception. *Psychiatry*, 32(1), 88-106. doi: 10.1080/00332747.1969.11023575.
- Ekman, P. (2001). *Telling Lies: Clues to Deceit in the Marketplace, Politics, and Marriage*. New York: Norton.
- Ekman, P. (2009). *Lie catching and microexpressions: The Philosophy of Deception*. Oxford: Oxford University Press.
- Ekman, P., Friesen, W. V. & Simons, R. C. (1985). Is the startle reaction an emotion? *Journal of personality and social psychology*, 49(5), 14-16. doi: 10.1037/0022-3514.49.5.1416.
- Ekman, P., Friesen, W. V., O'Sullivan, M., Chan, A., Diacoyanni-Tarlatzis, I., Heider, K., Krause, R., LeCompte, W. A., Pitcairn, T., Ricci-Bitti, P. E., Scherer, K., Tomita, M. & Tzavaras, A. (1987). Universals and cultural differences in the judgments of facial expressions of emotion. *Journal of Personality and Social Psychology*, 53(4), 712–717. doi: 10.1037/022-3514.53.4.712.

- Ekman, P., O'Sullivan, M., Friesen, W. V. & Scherer, K. R. (1991). Invited article: Face, voice, and body in detecting deceit. *Journal of nonverbal behaviour*, 15(2), 125-135. doi: 10.1007/BF00998267.
- Eunson, B. (2016). *Communicating in the 21st century*. Singapore: John Wiley Press.
- Ferreira, B. (2016). *Psicologia do Testemunho: Nos trilhos da mentira em busca da verdade*. Dissertação de Mestrado em Psicologia Forense e da Exclusão Social. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa. Acedido a 23 de fevereiro de 2021 em <https://recil.grupolusofona.pt/bitstream/10437/7577/1/Tese%20Final.pdf>.
- Fiske, S. T. & Taylor, S. E. (2013). *Social cognition: From brains to culture*. Califórnia: Sage.
- Fortin, M. (2009). *O Processo de Investigação: Da concepção à realização* (5ª Edição). Lisboa: Lusociência.
- Frank, M. G. & Ekman, P. (2004). Appearing truthful generalizes across different deception situations. *Journal of Personality and Social Psychology*, 86(3), 486–495. doi: 10.1037/0022-3514.86.3.486.
- Frank, M. G. & Svetieva, E. (2015). Microexpressions and deception. In *Understanding facial expressions in communication* (pp. 227-242). Springer, New Dehli. doi:10.1007/978-81-322-1934-7_11.
- Freixo, M. (2010). *Metodologia científica: fundamentos, métodos e técnicas* (2ª Edição). Lisboa: Instituto Piaget.
- Freixo, M. (2012). *Metodologia científica: fundamentos, métodos e técnicas* (4ª Edição). Lisboa: Instituto Piaget.
- Freud S. (1959). *Collected Papers*. New York: Basic Books.
- Gabriel, J. (2019). *Comunicação não verbal uma ferramenta na missão diária da Guarda Nacional Republicana*. Trabalho de investigação aplicada, Mestrado em Ciências Militares na Especialidade de Segurança. Academia Militar, Lisboa.
- Gaudet, D. (2017). *Detecting deceit from idiosyncratic deception clues*. Dissertação de Mestrado no Curso de Psicologia. University of New Brunswick, Canadá. Acedido a 14 de abril de 2021 em <https://unbscholar.lib.unb.ca/islandora/object/unbscholar%3A8147/datastream/PDF/view>.
- Global Deception Research Team (2006). A world of lies. *Journal of cross-cultural psychology*, 37(1), 60-74. doi: 10.1177/0022022105282295.
- Gómez, F. (2009). *Evaluación Psicológica Forense*. Salamanca: Solo Soluciones.
- Gordon, A. K. & Miller, A. G. (2000). Perspective differences in the construal of lies: Is deception in the eye of the beholder?. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 26(1), 46-55. doi: 10.1177/0146167200261005.

- Gozna, L. F., Vrij, A. & Bull, R. (2001). The impact of individual differences on perceptions of lying in everyday life and in a high stake situation. *Personality and individual differences*, 31(7), 1203-1216. doi: 10.1016/S0191-8869(00)00219-1.
- Gray, H. M., Mendes, W. B. & Denny-Brown, C. (2008). An in-group advantage in detecting intergroup anxiety. *Psychological Science*, 19(12), 1233-1237. doi:10.1111/j.1467-9280.2008.02230.x.
- Hancock, J. T., Curry, L. E., Goorha, S. & Woodworth, M. (2007). On lying and being lied to: A linguistic analysis of deception in computer-mediated communication. *Discourse Processes*, 45(1), 1-23. doi:10.1080/01638530701739181.
- Hans, A. & Hans, E. (2015). Kinesics, Haptics and Proxemics: Aspects of Non-Verbal. *Journal Of Humanities And Social Science*, 47-52. doi: 10.9790/0837-20244752.
- Haro, F., Serafim, J., Cobra, J., Faria, L., Roque, M., Ramos, M., Carvalho, P. & Costa, R. (2016). *Investigação em ciências sociais: Guia prático do estudante*. Lisboa: Pactor.
- Hartwig, M., Granhag, P. A., Strömwall, L. A. & Vrij, A. (2004). Police officers' lie detection accuracy: Interrogating freely versus observing video. *Police Quarterly*, 7(4), 429-456. doi: 10.1177/1098611104264748.
- Honts, C. R. (1994). Assessing children's credibility: Scientific and legal issues in 1994. *North Dakota Law Review*, 70, 879. Acedido a 5 de fevereiro de 2021 em <https://commons.und.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1848&context=ndlr>.
- Hurley, C. M. & Frank, M. G. (2011). Executing facial control during deception situations. *Journal of Nonverbal Behaviour*, 35(2), 119–131. doi: 10.1007/s10919-010-0102-1.
- Inbau, F. E., Reid, J. E., Buckley, J. P. & Jayne, B. C. (2001). Criminal Interrogation and Confessions. *Blundering Justice: The Schiedam Park Murder*, 227. Acedido a 8 de março de 2021 em <https://scholarlycommons.law.case.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=4585>.
- Isenberg, A. (1988). *Aesthetics and the Theory of Criticism* (1.st Edition). Chicago: University of Chicago Press. doi: 10.1145/1518701.1519063.
- Johnson, M. K. & Raye, C. L. (1981). Reality monitoring. *Psychological review*, 88(1), 67–85. doi: 10.1037/0033-295X.88.1.67.
- Jussim, L. (1991). Social perception and social reality: A reflection-construction model. *Psychological review*, 98(1), 54-73. doi: 10.1052/r0-295X.66.7.43.
- Kant, I. (2005). *A Metafísica dos Costumes*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Kapardis, A. (2010). *Psychology and Law: A Critical Introduction* (3rd Edition). England: Updated Edition. Acedido a 14 de fevereiro de 2021 em [https://books.google.pt/books?hl=ptPT&lr=&id=jjChyQ_KnC&oi=fnd&pg=PR5&dq=Kapardis,+A.+\(2010\).+Psychology+and+Law:+A+Critical+Introduction+&ots=TB7qTuWAH9&sig=C3KTRsx4M2Ka5B4tZr68rE=false](https://books.google.pt/books?hl=ptPT&lr=&id=jjChyQ_KnC&oi=fnd&pg=PR5&dq=Kapardis,+A.+(2010).+Psychology+and+Law:+A+Critical+Introduction+&ots=TB7qTuWAH9&sig=C3KTRsx4M2Ka5B4tZr68rE=false).

- Kassin, S. M. & Fong, C. T. (1999). "I'm innocent!": Effects of training on judgments of truth and deception in the interrogation room. *Law and Human Behaviour*, 23(5), 499-516. doi: 10.1023/A:1022330011811.
- Kawano, A. & de Paiva, J. L. (2020). *Teorema do Limite Central*. Trabalho acadêmico, Curso de Probabilidades, Universidade de São Paulo, Brasil. Acedido a 5 de maio de 2021 em https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5857292/mod_resource/content/1/TeoremaLimiteCentral.pdf.
- Köhnken, G. (2002). A German perspective on children's testimony. H. L. Westcott, G. M. Davies & R. H. C. Bull (Eds.), *Children's testimony: A handbook of psychological research and forensic practice*, 233-244. doi:10.1002/9780470713679.
- Köhnken, G. (2004). Statement validity analysis and the 'detection of the truth'. *The detection of deception in forensic contexts*, 41, 63. doi: 10.1017/cbo9780511490071.003.
- Krauss, R. M. (2002). Verbal Communication, Psychology of. *International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences*, 16161-16165. doi: 10.1016/b0-08-043076-7/01815-5.
- Larson, J. A. (1932). Lying and its Detection; A Study of Deception and Deception Tests. *The International Journal of Ethics*. 43(4), 454-472. doi: 10.1001/jama.1933.02740050060047.
- Leathers, D. G. & Eaves, M. H. (2017). *Successful Nonverbal Communication: Principles and Applications*. New York: Routledge. doi: 10.4324/9781315542317.
- Leo, R. A. (2008). *Police interrogation and American justice*. Harvard University Press.
- Lesce, T. (1990). Scan: Deception detection by scientific content analysis. *Law and Order*, 38(8), 3-6. doi: 10.1043/A:10289933606792.
- Louro, M. (2008). *Psicologia das Motivações Ajurídicas do Sentenciar: A emergência do Saber em detrimento do Poder*. Dissertação de Mestrado em Psicologia Criminal e do Comportamento Desviante. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa. Acedido a 16 de março de 2021 em <http://hdl.handle.net/10437/1125>.
- Magnusson, M. S., Burgoon, J. K. & Casarrubea, M. (2016). *Discovering Hidden Temporal Patterns in Behaviour and Interaction*. Totowa: Humana Press. doi: 110.1007/978-1-4939-3249-8.
- Mahon, J. E. (2016). The definition of lying and deception. *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Acedido a 24 de dezembro de 2020 em <https://plato.stanford.edu/archives/win2016/entries/lying-definition/>.
- Mandal, F. B. (2014). Nonverbal communication in humans. *Journal of human behaviour in the social environment*, 24(4), 417-421. doi: 10.1080/10911359.2013.831288.

- Mann, S., Vrij, A. & Bull, R. (2002). Suspects, lies, and videotape: An analysis of authentic high-stake liars. *Law and human behaviour*, 26(3), 365-376. doi: 10.1023/A:1015332606792.
- Mann, S., Vrij, A. & Bull, R. (2004). Detecting true lies: police officers' ability to detect suspects' lies. *Journal of applied psychology*, 89(1), 137. doi: 10.1037/0021-9010.89.1.137.
- Masip, J., Sporer, S., Garrido, E. & Herrero, C. (2005). The detection of deception with the reality monitoring approach: A review of the empirical evidence. *Psychology, Crime, & Law*, 11, 99–122. doi: 10.1080/10683160410001726356.
- Matias, D., Leime, J., Bezerra, C. & Torro-Alves, N. (2015). Mentira: aspectos sociais e neurobiológicos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 31(3), 397-401. doi: 10.1590/0102-37722015032213397401.
- Mazar, N., Amir, O. & Ariely, D. (2008). The dishonesty of honest people: A theory of self-concept maintenance. *Journal of marketing research*, 45(6), 633-644. doi: 10.1509/jmkr.45.6.633.
- Mendes, P. (2018). *Lições de Direito Processual Penal* (5ª Edição). Coimbra: Almedina.
- Metts, S. (1989). An exploratory investigation of deception in close relationships. *Journal of Social and Personal relationships*, 6(2), 159-179. doi: 10.1177/026540758900600202.
- Monteiro, A. (2017). *Os segredos que o nosso corpo revela* (12.^a Edição). Lisboa: Manuscrito.
- Moore, N. J., Hickson, M. & Stacks, D. W. (2010). *Nonverbal communication*. New York: Oxford University Press. Acedido a 5 de dezembro de 2020 em http://cognella-titles-sneakpreviews.s3.amazonaws.com/82988-1A-URT/82988-1A_SP.pdf.
- Navarro, J. (2003). A Four-Domain model of detecting deception. *FBI Law Enforcement Bulletin* (June), 72(1), 19–24. Acedido a 8 de janeiro de 2021 em <https://leb.fbi.gov/file-repository/archives/june03leb.pdf>.
- Navarro, J. (2008). *What Every Body is Saying*. New York: Harper Collins.
- Navarro, J. (2018). *The Dictionary of Body Language*. New York: Harper Collins Publishers.
- Oliveira, N. (2019). *Avaliação da capacidade dos órgãos polícia criminal em detetar a mentira*. Dissertação de Mestrado em Ciências Policiais. Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Lisboa. Acedido a 13 de dezembro de 2020 em <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/29545/1/Disserta%C3%A7%C3%A3oNunoOliveira.pdf>.
- O'Sullivan, M. (2003). The fundamental attribution error in detecting deception: The boy-who-cried-wolf effect. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 29(10), 1316-1327. doi:10.1177/0146167203254610.

- Otu, N. (2015). Decoding nonverbal communication in law enforcement. *Salus Journal*, 3(2), 1-16.
- Paulo, R. M., Albuquerque, P. B. & Bull, R. (2014). A Entrevista Cognitiva Melhorada: Pressupostos teóricos, investigação e aplicação. *Psicologia*, 28(2), 21-30. Acedido a 25 de novembro de 2020 em <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/37649/1/PAULO%2C%20ALBUQUERQUE%20%26BULL%20%282014%29%20PSICOLOGIA%20%28APP%29.pdf>.
- Pestana, M. H. & Gageiro, J. N. (2014). *Análise de Dados para Ciências Sociais — A Complementariedade do SPSS* (6.^a Edição). Lisboa: Edições Sílabo.
- Poiares, C. (2005). Psicologia do Testemunho: Contribuição para a aproximação da verdade judicial à verdade. *Comissão dos Direitos Humanos da Ordem dos Advogados — Direitos do Homem. Dignidade e Justiça*, 11(21), 143-160.
- Poiares, C. (2008). Justiça, exclusão social e psicologia ou estranhas formas de vida. *ARS IV DINCANDI, Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor António Castanheira Neves*, 1, 967-981.
- Poiares, C. (2012). Manual de Psicologia Forense e da Exclusão Social. *Rotas de investigação e de intervenção*, 1, 105- 121.
- Porter, S. & Ten Brinke, L. (2008). Reading between the lies: Identifying concealed and falsified emotions in universal facial expressions. *Psychological science*, 19(5), 508-514. doi: 10.1111/j.1467-9280.2008.02116.x.
- Prodanov, C. & Freitas, E. C. (2013). *Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico*. Novo Hamburgo: Universidade FEEVALE.
- Quivy, R. & Campenhoudt, L. (2008). *Manual de Investigação em Ciências Sociais* (5^a Edição). Lisboa: Gradiva.
- Quivy, R. & Campenhoudt, L. V. (1998). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Reeder, G. D. (1993). Trait-behaviour relations and dispositional inference. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 19(5), 586-593. doi: 10.1177/0146167293195010.
- Reid, J. E. & Inbau, F. E. (1977). *Truth and deception: The polygraph (lie-detector) technique*. Williams & Wilkins.
- Ribas, A. (2019). *A prova testemunhal no âmbito do direito probatório-valorização do depoimento da criança vítima de abuso sexual*. Dissertação de Mestrado em Direito na especialização de Ciências Jurídico-Criminais. Faculdade de Direito da Universidade do Porto, Porto.
- Ribeiro, A. (2013). *A influência da personalidade na deteção da mentira*. Dissertação de Mestrado em Psicologia Forense e Criminal. Instituto Superior de Ciências da Saúde

- Egas Moniz, Almada. Acedido a 14 de fevereiro de 2021 em <http://hdl.handle.net/10400.26/5556>.
- Rodrigues, I. G. (2005). Fala e movimentos do corpo na interação face a face: uma proposta de análise de meios de contextualização e estruturação de sequências narrativas. *Revista da Faculdade de Letras - Línguas e Literaturas*, 22, 483-526. Acedido a 10 de fevereiro de 2021 em <http://hdl.handle.net/10216/8172>.
- Rosa, C. (2018). *O processo de comunicação de crise da Guarda Nacional Republicana*. Trabalho de investigação aplicada, Mestrado em Ciências Militares na Especialidade de Segurança. Academia Militar, Lisboa.
- Rosado, D. P. (2015). *Sociologia da Gestão e das Organizações*. Lisboa: Gradiva.
- Ruby, C. L. & Brigham, J. C. (1997). The usefulness of the criteria-based content analysis technique in distinguishing between truthful and fabricated allegations. *Psychology, Public Policy, and Law*, 3, 705–737. doi: 10.1037/1076-8971.3.4.705.
- Saunders, M., Lewis, P. & Thornhill, A. (2009). *Research Methods for Business Students* (5th Edition). Essex: Pearson Education Limited.
- Saxe, L. (1991). Lying: Thoughts of an applied social psychologist. *American Psychologist*, 46(4), 409. doi: 10.1037/0003-066X.46.4.409.
- Schuller, B., Steidl, S., Batliner, A., Burkhardt, F., Devillers, L., Müller, C. & Narayanan, S. (2013). Paralinguistics in speech and language — State-of-the-art and the challenge. *Computer Speech & Language*, 27(1), 4-39. doi: 10.1016/j.csl.2012.02.005.
- Silva, L., Brasil, V., Guimarães, H., Savonitti, B. & Silva, M. (2000). Comunicação não-verbal: reflexões acerca da linguagem corporal. *Revista latino-americana de enfermagem*, 8(4), 52-58. doi: 10.1590/S0104-11692000000400008.
- Silva, T. (2018). *A necessidade formativa de Programação Neurolinguística nas forças de segurança*. Lisboa: CINAMIL, Academia Militar.
- Simon, D. (1991). *Homicide, a year on the killing streets*. Scotland: Canongate Books.
- Skolnick, J. H. (1961). Scientific theory and scientific evidence: An analysis of lie-detection. *The Yale Law Journal*, 70(5), 694-728. doi: 10.2307/794340.
- Sousa, L. (2013). *Prova Testemunhal*. Coimbra: Almedina.
- Sporer, S. L. & Schwandt, B. (2007). Moderators of nonverbal indicators of deception: A meta-analytic synthesis. *Psychology, Public Policy, and Law*, 13(1), 1–34. doi: 10.1037/1076-8971.13.1.1.
- Sporer, S. L. (2004). Reality monitoring and detection of deception. In P. A. Granhag & L. A. Strömwall (Eds.), *Deception detection in forensic contexts* (pp. 64–102). Cambridge, England: Cambridge University Press. Acedido a 26 de janeiro de 2021 em <https://books.google.pt/books?hl=ptT&lr=&id=5GjTLtibtMXYC&oi=fnd&pg=PP1&dq=Deception+detection+in+forensic+contexts+&ots=jV9uNnOyPB&sig=BGUv84Ir3>

LarSXlg8bHD7Up7aYY&redir_esc=y#v=onepage&q=Deception%20detection%20in%20forensic%20contexts&f=false.

- Steller, M. & Köhnken, G. (1989). Criteria based statement analysis. In D. C. Raskin (Ed.), *Psychological methods in criminal investigation and evidence*, (pp. 217 – 245). New York: Springer. doi: 10.1037/1076-8971.11.1.3.
- Steller, M. (1989). Recent developments in statement analysis. In J. C. Yuille (1989). *Credibility Assessment* (pp. 135–154). Deventer, The Netherlands: Kluwer. doi:10.1007/978-94-015-7856-1_8.
- Sundaram, D. S. & Webster, C. (2000). The role of nonverbal communication in service encounters. *Journal of Services Marketing*, 14(5), 378-391. doi: 10.1108/08876040010341008.
- Tangney, J. P., Miller, R. S., Flicker, L. & Barlow, D. H. (1996). Are shame, guilt, and embarrassment distinct emotions?. *Journal of personality and social psychology*, 70(6), 1256-1269. doi: 10.1037/0022-3514.70.6.1256.
- Trovillo, P. V. (1938). History of lie detection. *American Institute of Criminal Law & Criminology*, 30(10), 104-118.
- Vanderhallen, M., Jaspaert, E. & Vervaeke, G. (2016). SCAN as an investigative tool. *Police Practice and Research*, 17(3), 279-293. doi: 10.1080/15614263.2015.1008479.
- Vrij, A. & Mann, S. (2001). Telling and detecting lies in a high-stake situation: The case of a convicted murderer. *Applied Cognitive Psychology*, 15, 187–203. doi:10.1002/1099-0720(200103/04)15:2<187::aid-acp696>3.0.co;2-a.
- Vrij, A. (2000). *Detecting lies and deceit: the psychology of lying and its implications for professional practice*. Chichester: Wiley & Sons.
- Vrij, A. (2005). Criteria-Based Content Analysis: A qualitative review of the first 37 studies. *Psychology, Public Policy, and Law*, 11, 3–41. doi:10.1037/1076-8971.11.1.3.
- Vrij, A. (2008). *Detecting lies and deceit: Pitfalls and opportunities* (2.nd Edition). England: Wiley.
- Vrij, A., Hartwig, M. & Granhag, P. A. (2019). Reading lies: Nonverbal communication and deception. *Annual review of psychology*, 70, 295-317. doi: 10.1146/annurev-psych-010418-103135.
- Vrij, A., Mann, S. & Fisher, R. P. (2006). An empirical test of the behaviour analysis interview. *Law and human behaviour*, 30(3), 329-345. doi: 10.1007/s10979-006-9014-3.
- Wezowski, K. & Wezowski P. (2018). *Without Saying a Word*. New York: Harper Collins Leadership.
- Wilks, M. (1989). *The English Historical Review*, 104(410), 118-120. Acedido a 8 de janeiro de 2021 em <http://www.jstor.org/stable/571020>.

- Wright, C. & Wheatcroft, J. M. (2017). Police officers' beliefs about, and use of, cues to deception. *Journal of Investigative Psychology and Offender Profiling*, 14(3), 307-319. doi: 10.1002/jip.1478.
- Zaparniuk, J., Yuille, J. C. & Taylor, S. (1995). Assessing the credibility of true and false statements. *International Journal of Law and Psychiatry*, 18(3), 343–352. doi: 10.1016/0160-2527(95)00016-B.
- Zloteanu, M. (2020). Reconsidering facial expressions and deception detection. *Handbook of facial expression of emotion*, 3, 238-284. Acedido a 17 de março de 2021 em https://www.researchgate.net/profile/MirceaZloteanu/publication/340600547_Reconsidering_Facial_Expressions_and_Deception_Detection/links/5f350be0299bf13404be8819/Reconsidering-Facial-Expressions-and-Deception-Detection.pdf.
- Zuckerman, M., DePaulo, B. M., & Rosenthal, R. (1981). Verbal and nonverbal communication of deception. *Advances in experimental social psychology*, 14, 1-59. doi: 10.1016/S0065-2601(08)60369-x.

Legislação e outros documentos oficiais

- Academia Militar [AM] — Direção de Ensino (2016). *Normas de Execução Permanente n.º 522/1ª*, de 20 de janeiro. Normas para a Redação de Trabalhos de Investigação.
- Academia Militar [AM] — Direção de Ensino. (2015). *Norma de Execução Permanente n.º 520/4ª*, de 11 de maio. Trabalho de Investigação Aplicada.
- Assembleia da República [AR] (1976). Decreto de 10 de abril de 1976: Constituição da República Portuguesa. *Diário da República*, 1ª série, n.º 86.
- Assembleia da República [AR]. (2008). Lei n.º 49/2008, de 27 de agosto: Lei de Organização da Investigação Criminal. Lisboa: *Diário da República*, 1.ª Série, n.º 165.
- Conselho de Ministros. (1995). Decreto-Lei n.º 48/95, de 15 de março: Código Penal. *Diário da República*, 1ª série, n.º 63/1995.
- Guarda Nacional Republicana [GNR] (2008). *Manual de Entrevista/ Interrogatório*. Lisboa: GNR.
- Guarda Nacional Republicana [GNR] (2019). *Plano de Atividades 2021*. Lisboa: Divisão de Planeamento Estratégico e Relações Internacionais.
- Ministério da Administração Interna [MAI] (2017). Decreto-Lei n.º 30/2017 de 22 de março: Aprova o Estatuto dos Militares da Guarda Nacional Republicana. Lisboa: *Diário da República*, Serie I, n.º 58/2017.
- Ministério da Justiça [MJ] (2019). Decreto-Lei n.º 78/87, de 17 de fevereiro: Código de Processo Penal com as alterações constantes da Lei n.º 102/2019, de 6 de setembro. *Diário da República*, 1ª série, n.º 171, 20-24.

APÊNDICES

APÊNDICE A – MODELO DE ANÁLISE E DESENHO DA INVESTIGAÇÃO

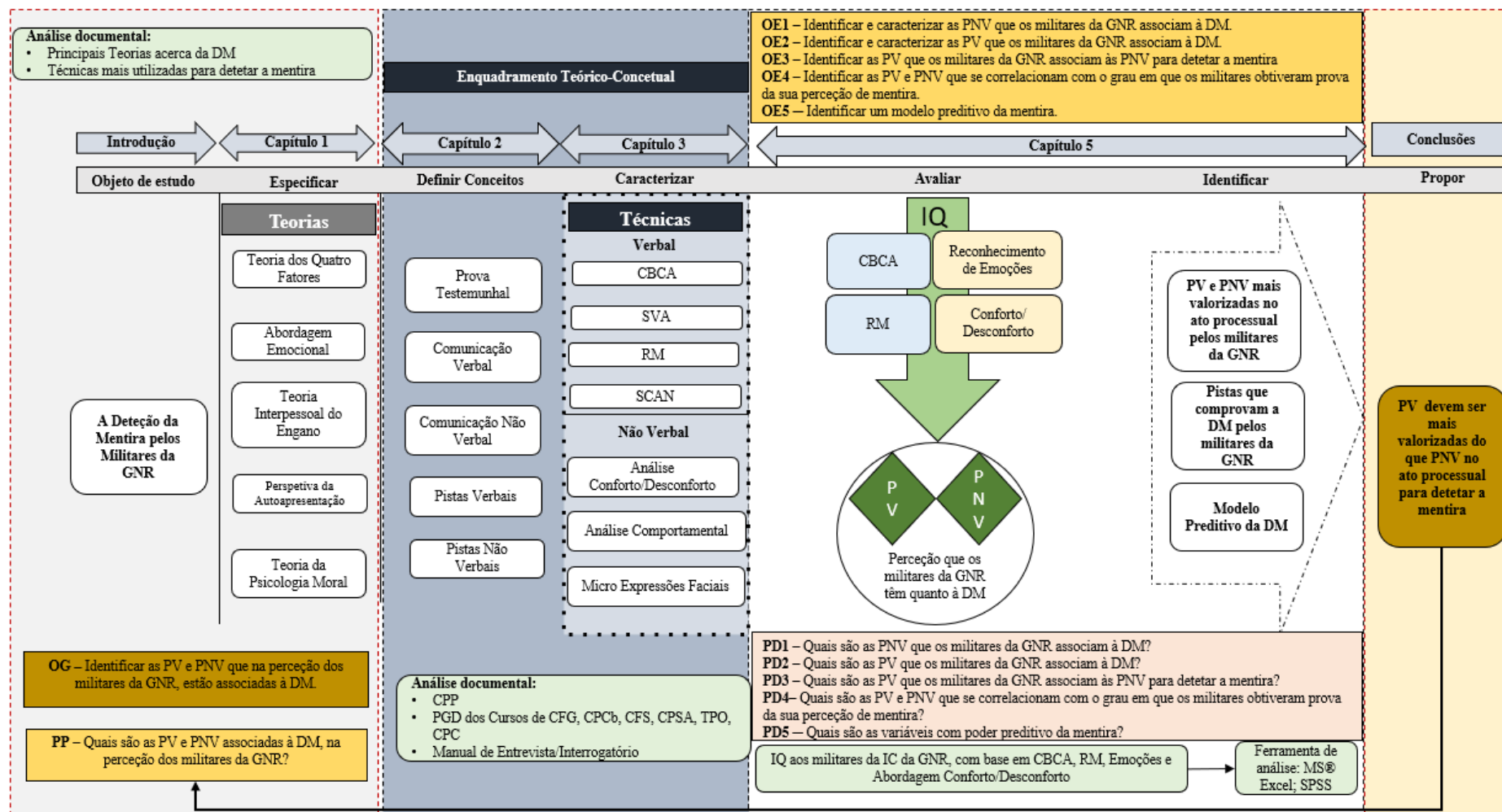


Figura n.º 4 – Modelo de análise da investigação

Fonte: Elaboração própria

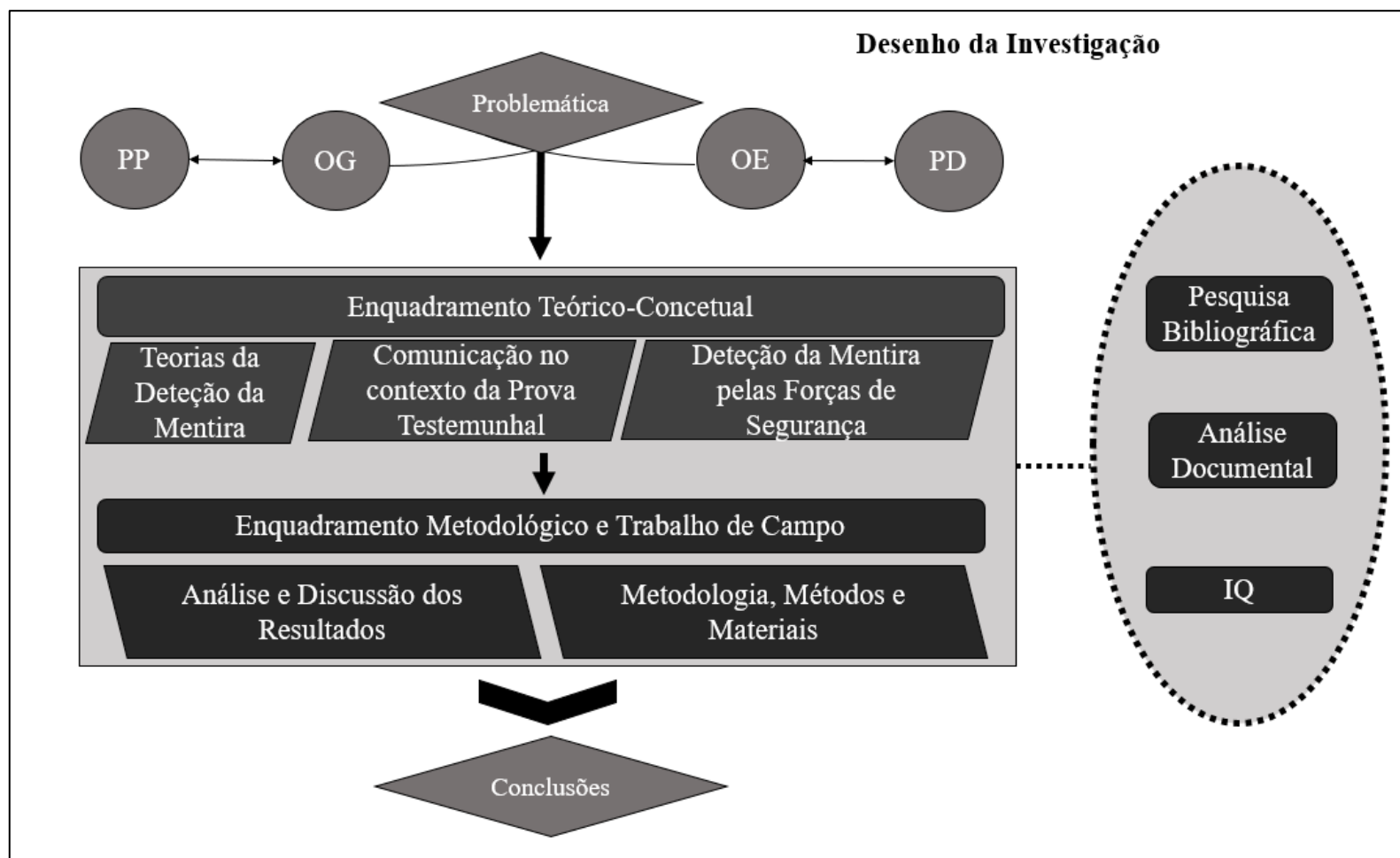


Figura n.º 5 — Desenho da investigação

Fonte: Elaboração própria

APÊNDICE B — POPULAÇÃO ALVO, POPULAÇÃO ACESSÍVEL E AMOSTRA DA INVESTIGAÇÃO

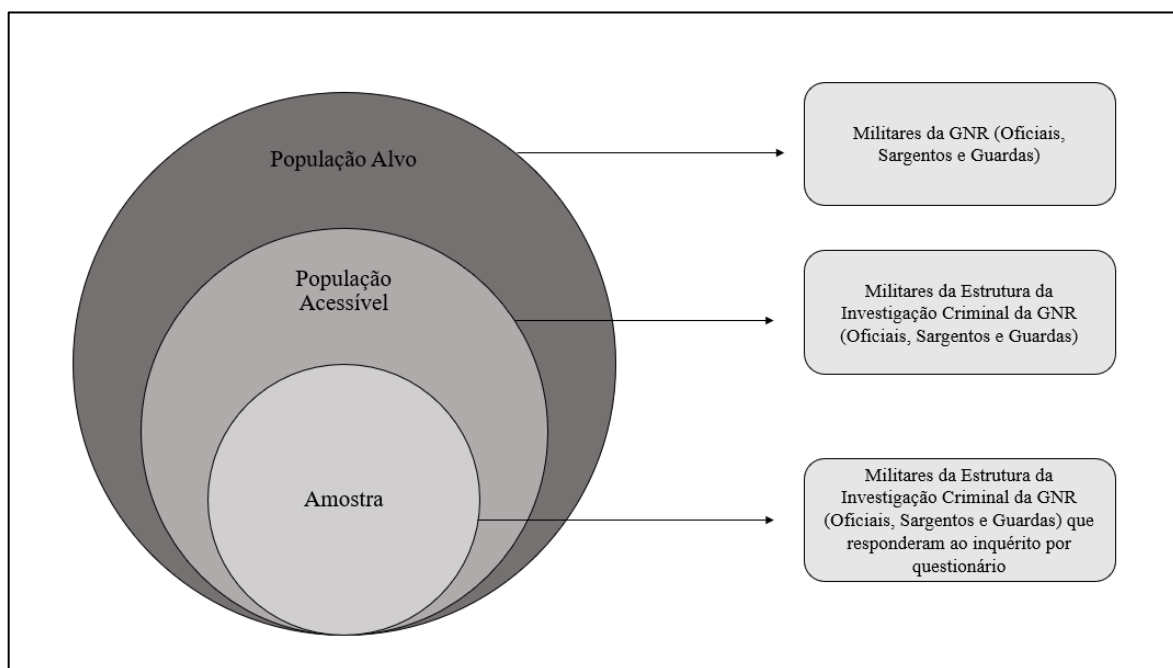


Figura n.º 6 — População Alvo, População Acessível e Amostra da investigação

Fonte: Elaboração própria

APÊNDICE C – TESTE DE NORMALIDADE DOS DADOS

Tabela n.º 1 – Teste de normalidade dos dados

	Kolmogorov-Smirnov ^a		
	Estatística	gl	Sig.
Prova da percepção quanto à DM	.506	102	.000

a. Correlação de Significância de Lilliefors

Fonte: Elaboração própria com recurso ao *IBM SPSS Statistics 25*.

APÊNDICE D – INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO

Questionário sobre a deteção da mentira pelos militares da GNR

Exmo. Senhor(a) Militar da estrutura de Investigação Criminal da Guarda Nacional Republicana,

No âmbito do Trabalho de Investigação Aplicada, para obtenção do grau académico de Mestre em Ciências Militares, na especialidade de Segurança, subordinado ao tema “A Deteção da Mentira pelos Militares da GNR”, com o intuito de identificar a perceção dos militares da GNR acerca de pistas verbais e não verbais na deteção da mentira. Para que tal objetivo seja atingido, solicita-se aos militares afetos à estrutura da Investigação Criminal, a realização do questionário que se segue, respondendo da forma mais clara possível.

Face ao exposto, venho por este meio solicitar a Vossa Excelência que responda a um inquérito por questionário, constituído por 3 Partes e 48 questões, com a duração aproximada de cerca de 20 minutos, sendo que:

A **PARTE I** é composta por 18 questões, e visa identificar os conhecimentos e/ou crenças quanto às pistas verbais na deteção da mentira;

A **PARTE II** é composta por 26 questões e respeita às pistas não verbais;

Na **PARTE III**, composta por 4 questões, pretende-se ter uma perspetiva acerca da capacidade dos Militares em detetar a mentira durante o ato processual.

Acerca do questionário, deve-se ter em conta os seguintes aspetos:

- Os termos "**PISTA**" e "**DICA**" consideram-se como um indício da existência de uma determinada característica no discurso, no comportamento, atitude ou postura potenciadores da presença da mentira no ato processual;
- O termo "**ENGANO**" considera-se como o ato do entrevistado iludir, lograr ou tentar induzir em erro o entrevistador;
- O termo "**MENTIROSO**" considera-se como aquele que leva (ou tenta levar) a cabo o engano, e que, portanto, mente ou engana;
- O inquérito por questionário tem fins exclusivamente académicos;
- Os dados sociodemográficos requeridos servem única e exclusivamente para a caracterização da amostra;
- Durante a realização do questionário, se o inquirido não conseguir passar para a página seguinte, significa que não respondeu a uma ou mais perguntas obrigatórias, identificadas

com asterisco (*). Se tal suceder, deve rever a secção e procurar as questões que têm a seguinte mensagem: “Esta questão tem que ser respondida”. Depois de responder clique "Seguinte." para continuar o inquérito.

Os resultados do presente estudo serão facultados ao Comando da Guarda Nacional Republicana, através da Academia Militar.

Antecipadamente grato pela atenção despendida.

Com os melhores cumprimentos,

Aspirante GNR Cavalaria

Pedro Costa

Informações Pessoais

Idade:
Posto:
Anos de Serviço:
Género:
Estado Civil:
Habilitações Literárias:
Possui algum curso que o capacite para a deteção da mentira? Se sim, por favor diga qual.

Parte I – Pistas Verbais

1. O que pensa serem boas pistas para detetar mentiras?

2. Uma possível pista para o engano é a coerência. Esta pista refere-se à extensão em que todos os elementos da declaração são lógicos e constituem um todo unificado. Como acredita que as declarações dos mentirosos se relacionam com as declarações dos que dizem a verdade?

- ☐ Menos coerência para mentirosos
- ☐ Sem diferenças de coerência
- ☐ Mais coerência para mentirosos
- ☐ Não sei

3. Uma possível pista para o engano é a clareza. Essa dica refere-se à extensão em que uma declaração é clara, nítida e vívida (em vez de turva e vaga). Como acredita que as declarações dos mentirosos se relacionam com as declarações dos que dizem a verdade?

- ☐ Menos clareza para mentirosos
- ☐ Sem diferenças na clareza
- ☐ Mais clareza para mentirosos
- ☐ Não sei

4. Uma possível pista para o engano é o número de correções espontâneas. Para declarações escritas, esta pista refere-se às informações que foram riscadas. Para declarações orais, esta pista refere-se a correções que são feitas ou informações que são adicionadas ao material fornecido anteriormente na declaração sem ter sido solicitado pelo entrevistador. Por exemplo: “Já eram 10 horas. Oh não, espere 11 horas”. Como acredita que as declarações dos mentirosos se relacionam com as declarações dos que dizem a verdade?

- ☐ Correções menos espontâneas para mentirosos
- ☐ Sem diferenças nas correções espontâneas
- ☐ Correções mais espontâneas para mentirosos
- ☐ Não sei

5. Uma possível pista para o engano são as contradições. Esta pista refere-se à extensão em que uma declaração contém elementos que se contradizem. Por exemplo, no início de uma declaração, alguém relatou que o perpetrador entrou na casa por volta da meia-noite, dizendo mais tarde que o perpetrador a invadiu às 2h00. Como acredita que as declarações dos mentirosos se relacionam com as declarações dos que dizem a verdade?

- ☐ Menos contradições para mentirosos
- ☐ Sem diferenças nas contradições
- ☐ Mais contradições para mentirosos
- ☐ Não sei

<p>6. Uma possível pista para o engano é o grau de informação perceptual. Esta pista refere-se à presença de informações sensoriais numa declaração. A afirmação inclui experiências sensoriais como sons (“Ele gritou comigo”), cheiros (“Tinha cheiro de peixe podre”), sabores (“As batatas fritas estavam muito salgadas”), sensações físicas (“Doeu muito”) e detalhes visuais (“Eu vi-o a entrar na casa”). Como acredita que as declarações dos mentirosos se relacionam com as declarações dos que dizem a verdade?</p> <p> <input type="radio"/> Informações menos precativas para mentirosos <input type="radio"/> Sem diferenças nas informações precativas <input type="radio"/> Mais informações precativas para mentirosos <input type="radio"/> Não sei </p>
<p>7. Uma possível pista para o engano é o número de emoções descritas. Esta pista refere-se a informações que descrevem como o participante se sentiu durante um evento e como esses sentimentos se desenvolvem e mudam ao longo de um evento (“Eu estava com muito medo, mas aliviado quando tudo acabou”). Como acredita que as declarações dos mentirosos se relacionam com as dos declarações que dizem a verdade?</p> <p> <input type="radio"/> Menos emoções para mentirosos <input type="radio"/> Sem diferenças nas emoções <input type="radio"/> Mais emoções para mentirosos <input type="radio"/> Não sei </p>
<p>8. Uma possível pista para o engano é a quantidade de detalhes. Esta pista refere-se a uma declaração que é rica em detalhes e inclui descrições específicas de lugar, tempo, pessoas, objetos e eventos. Como acredita que as declarações dos mentirosos se relacionam com as declarações dos que dizem a verdade?</p> <p> <input type="radio"/> Menos detalhes para mentirosos <input type="radio"/> Sem diferenças nos detalhes <input type="radio"/> Mais detalhes para mentirosos <input type="radio"/> Não sei </p>
<p>9. Uma possível pista para o engano são os detalhes espaciais. Esta pista refere-se a informações sobre locais (“Aconteceu num parque”) ou a disposição espacial de pessoas e / ou objetos (“O homem estava sentado à esquerda da sua esposa”). Como acredita que as declarações dos mentirosos se relacionam com as declarações dos que dizem a verdade?</p> <p> <input type="radio"/> Menos detalhes espaciais para mentirosos <input type="radio"/> Sem diferenças nos detalhes espaciais <input type="radio"/> Mais detalhes espaciais para mentirosos <input type="radio"/> Não sei </p>
<p>10. Uma possível pista para o engano é a produção não estruturada. Esta pista refere-se à ordem cronológica em que as declarações são contadas. São contadas na mesma ordem em que ocorreram (cronológica) ou não (não estruturada)? Como acredita que as declarações dos mentirosos se relacionam com as dos que dizem a verdade?</p> <p> <input type="radio"/> Produção menos desestruturada para mentirosos <input type="radio"/> Sem diferenças na produção desestruturada <input type="radio"/> Mais produção desestruturada para mentirosos <input type="radio"/> Não sei </p>

<p>11. Uma possível pista para o engano é o número de interações descritas. Esta pista refere-se a como a ação e a reação dos diferentes atores apresentados na declaração estão vinculadas. Por exemplo, “Eu disse para ir embora, mas ele não, ele apenas sorriu e comecei a chorar”. Como acredita que as declarações dos mentirosos se relacionam com as declarações dos que dizem a verdade?</p> <p> <input type="radio"/> Menos descrição de interações para mentirosos <input type="radio"/> Sem diferenças na descrição das interações <input type="radio"/> Mais descrição das interações para mentirosos <input type="radio"/> Não sei </p>
<p>12. Uma possível pista para o engano são os detalhes temporais. Esta pista refere-se a informações sobre quando o evento aconteceu (“Era de manhã cedo”; “uma hora depois de eu sair”) ou descreve explicitamente uma sequência de eventos (“Quando o visitante ouviu todo aquele barulho, ele ficou nervoso e saiu”). Como acredita que as declarações dos mentirosos se relacionam com as declarações dos que dizem a verdade?</p> <p> <input type="radio"/> Menos detalhes temporais para mentirosos <input type="radio"/> Sem diferenças nos detalhes temporais <input type="radio"/> Mais detalhes temporais para mentirosos <input type="radio"/> Não sei </p>
<p>13. Uma possível pista para o engano são os detalhes supérfluos. Esta pista refere-se a detalhes irrelevantes relacionados com o evento, mas desnecessários para o entender. Por exemplo, uma testemunha que diz que o agressor tentou livrar-se do gato que entrou no quarto porque o agressor é alérgico a gatos. Como acredita que as declarações dos mentirosos se relacionam com as declarações dos que dizem a verdade?</p> <p> <input type="radio"/> Detalhes menos supérfluos para mentirosos <input type="radio"/> Sem diferenças em detalhes supérfluos <input type="radio"/> Mais detalhes supérfluos para mentirosos <input type="radio"/> Não sei </p>
<p>14. Uma possível pista para o engano é a reprodução da conversa. Esta pista refere-se a se partes da conversa são relatadas na forma original ou se os diferentes falantes são reconhecíveis nos diálogos reproduzidos. Por exemplo, ele perguntou: “Você está bem?” Como acredita que as declarações dos mentirosos se relacionam com as declarações dos que dizem a verdade?</p> <p> <input type="radio"/> Menos reprodução de conversas para mentirosos <input type="radio"/> Sem diferenças na reprodução da conversa <input type="radio"/> Mais reprodução de conversas para mentirosos <input type="radio"/> Não sei </p>
<p>15. Uma possível pista para o engano é a reconstrução da história. Esta pista refere-se à possibilidade de reconstruir o evento com base nas informações fornecidas. Como acredita que as declarações dos mentirosos se relacionam com as declarações dos que dizem a verdade?</p> <p> <input type="radio"/> Menor capacidade de reconstrução para mentirosos <input type="radio"/> Sem diferenças na reconstrução <input type="radio"/> Maior capacidade de reconstrução para mentirosos <input type="radio"/> Não sei </p>

16. Uma possível pista para o engano são os detalhes incomuns. Esta pista refere-se a detalhes de pessoas, objetos ou eventos que são únicos, inesperados ou surpreendentes, mas significativos no contexto. Os exemplos são uma testemunha que descreve uma tatuagem no braço do perpetrador ou uma testemunha que diz que o perpetrador gaguejou. Como acredita que as declarações dos mentirosos se relacionam com as declarações dos que dizem a verdade?

- ☐ Detalhes menos incomuns para mentirosos
- ☐ Sem diferenças em detalhes incomuns
- ☐ Mais detalhes incomuns para mentirosos
- ☐ Não sei

17. Uma possível pista para o engano é a plausibilidade. Esta pista refere se a história é plausível, realista e se faz sentido. Como acredita que as declarações dos mentirosos se relacionam com as declarações dos que dizem a verdade?

- ☐ Menos plausível para mentirosos
- ☐ Sem diferenças quanto à plausibilidade
- ☐ Mais plausível para mentirosos
- ☐ Não sei

18. Uma possível pista para o engano são as operações cognitivas. Estas descrições de sugestões de inferências são feitas pelo participante com base no conhecimento existente. Por exemplo, “Deve ter estado frio porque eu estava com meu casaco de inverno” ou “Pareceu-me que ele não reconheceu esta construção” é uma conclusão baseada no comportamento observado. Como acredita que as declarações dos mentirosos se relacionam com as declarações dos que dizem a verdade?

- ☐ Menos operações cognitivas para mentirosos
- ☐ Sem diferenças quanto às operações cognitivas
- ☐ Mais operações cognitivas para mentirosos
- ☐ Não sei

Parte II — Pistas Não Verbais

Nas 26 questões que se seguem, serão indicadas e definidas algumas pistas não verbais (ex: tom de voz, contacto visual, movimentos das pernas, etc.). Indique, se considera as pistas em causa, relevantes na distinção entre quem mente e quem diz a verdade.

1. Mudança no tom da voz: frequência das mudanças no tom da voz.

- ☐ Pista muito relevante
- ☐ Pista relevante
- ☐ Pista pouco relevante
- ☐ Não sei

<p>1.1. Caso tenha assinalado como pista relevante ou muito relevante, diga como caracteriza a mudança no tom de voz do mentiroso.</p>
<p>2. Contacto visual – olhar por aceitação: o orador procura através do olhar, a aceitação por parte do interlocutor, daquilo que está a ser dito.</p> <p> <input type="radio"/> Pista muito relevante <input type="radio"/> Pista relevante <input type="radio"/> Pista pouco relevante <input type="radio"/> Não sei </p>
<p>3. Orientação da cabeça: o rosto do orador parece frontal e intenso.</p> <p> <input type="radio"/> Pista muito relevante <input type="radio"/> Pista relevante <input type="radio"/> Pista pouco relevante <input type="radio"/> Não sei </p>
<p>4. Movimentos específicos das mãos e braços projetados para modificar ou complementar o que está a ser dito verbalmente (os chamados ilustradores).</p> <p> <input type="radio"/> Pista muito relevante <input type="radio"/> Pista relevante <input type="radio"/> Pista pouco relevante <input type="radio"/> Não sei </p>
<p>5. Mãos juntas com os dedos entrelaçados.</p> <p> <input type="radio"/> Pista muito relevante <input type="radio"/> Pista relevante <input type="radio"/> Pista pouco relevante <input type="radio"/> Não sei </p>
<p>6. Mãos afastadas: cada mão repousa separadamente sobre uma parte diferente do corpo.</p> <p> <input type="radio"/> Pista muito relevante <input type="radio"/> Pista relevante <input type="radio"/> Pista pouco relevante <input type="radio"/> Não sei </p>
<p>7. Movimentações dos pés: alterações no número de movimentos de pés ao longo do tempo.</p> <p> <input type="radio"/> Pista muito relevante <input type="radio"/> Pista relevante <input type="radio"/> Pista pouco relevante <input type="radio"/> Não sei </p>

<p>8. Movimentações das pernas: alterações no número de movimentos das pernas ao longo do tempo.</p> <p><input type="radio"/> Pista muito relevante</p> <p><input type="radio"/> Pista relevante</p> <p><input type="radio"/> Pista pouco relevante</p> <p><input type="radio"/> Não sei</p>
<p>9. Mudanças pupilares: alterações no tamanho das pupilas.</p> <p><input type="radio"/> Pista muito relevante</p> <p><input type="radio"/> Pista relevante</p> <p><input type="radio"/> Pista pouco relevante</p> <p><input type="radio"/> Não sei</p>
<p>10. Acenar com a cabeça: movimentos da cabeça de um lado para o outro.</p> <p><input type="radio"/> Pista muito relevante</p> <p><input type="radio"/> Pista relevante</p> <p><input type="radio"/> Pista pouco relevante</p> <p><input type="radio"/> Não sei</p>
<p>11. Sorriso falso: sorrisos mascarados envolvendo a ação do zigomático maior e movimentos musculares associados a emoções que não são positivas; sorrisos incompletos que aparecem mascarados ou não naturais.</p> <p><input type="radio"/> Pista muito relevante</p> <p><input type="radio"/> Pista relevante</p> <p><input type="radio"/> Pista pouco relevante</p> <p><input type="radio"/> Não sei</p>
<p>12. Frequência em pestanejar.</p> <p><input type="radio"/> Pista muito relevante</p> <p><input type="radio"/> Pista relevante</p> <p><input type="radio"/> Pista pouco relevante</p> <p><input type="radio"/> Não sei</p>
<p>13. franzir/enrugar a testa.</p> <p><input type="radio"/> Pista muito relevante</p> <p><input type="radio"/> Pista relevante</p> <p><input type="radio"/> Pista pouco relevante</p> <p><input type="radio"/> Não sei</p>
<p>14. Rápida inspiração de ar pelo nariz.</p> <p><input type="radio"/> Pista muito relevante</p> <p><input type="radio"/> Pista relevante</p> <p><input type="radio"/> Pista pouco relevante</p> <p><input type="radio"/> Não sei</p>

<p>15. Estreitar as sobrancelhas.</p> <p> <input type="radio"/> Pista muito relevante <input type="radio"/> Pista relevante <input type="radio"/> Pista pouco relevante <input type="radio"/> Não sei </p>
<p>16. Tapar o tronco/barriga com os braços ou objetos (mochilas, carteiras, etc.).</p> <p> <input type="radio"/> Pista muito relevante <input type="radio"/> Pista relevante <input type="radio"/> Pista pouco relevante <input type="radio"/> Não sei </p>
<p>17. Sorriso com desprezo.</p> <p> <input type="radio"/> Pista muito relevante <input type="radio"/> Pista relevante <input type="radio"/> Pista pouco relevante <input type="radio"/> Não sei </p>
<p>18. Colocar a língua entre os dentes repentinamente.</p> <p> <input type="radio"/> Pista muito relevante <input type="radio"/> Pista relevante <input type="radio"/> Pista pouco relevante <input type="radio"/> Não sei </p>
<p>19. Inquietação generalizada: manifestada através de movimentos corporais, ou em objetos.</p> <p> <input type="radio"/> Pista muito relevante <input type="radio"/> Pista relevante <input type="radio"/> Pista pouco relevante <input type="radio"/> Não sei </p>
<p>20. a) Medo Considera que um mentiroso expressa as seguintes emoções, mais vezes que o não mentiroso?</p> <p> <input type="radio"/> Pista muito relevante <input type="radio"/> Pista relevante <input type="radio"/> Pista pouco relevante <input type="radio"/> Não sei </p>
<p>20. b) Tristeza Considera que um mentiroso expressa as seguintes emoções, mais vezes que o não mentiroso?</p> <p> <input type="radio"/> Pista muito relevante <input type="radio"/> Pista relevante <input type="radio"/> Pista pouco relevante <input type="radio"/> Não sei </p>

<p>20. c) Raiva</p> <p>Considera que um mentiroso expressa as seguintes emoções, mais vezes que o não mentiroso?</p> <p> <input type="radio"/> Pista muito relevante <input type="radio"/> Pista relevante <input type="radio"/> Pista pouco relevante <input type="radio"/> Não sei </p>
<p>20. d) Desprezo</p> <p>Considera que um mentiroso expressa as seguintes emoções, mais vezes que o não mentiroso?</p> <p> <input type="radio"/> Pista muito relevante <input type="radio"/> Pista relevante <input type="radio"/> Pista pouco relevante <input type="radio"/> Não sei </p>
<p>20. e) Surpresa</p> <p>Considera que um mentiroso expressa as seguintes emoções, mais vezes que o não mentiroso?</p> <p> <input type="radio"/> Pista muito relevante <input type="radio"/> Pista relevante <input type="radio"/> Pista pouco relevante <input type="radio"/> Não sei </p>
<p>20. f) Nojo</p> <p>Considera que um mentiroso expressa as seguintes emoções, mais vezes que o não mentiroso?</p> <p> <input type="radio"/> Pista muito relevante <input type="radio"/> Pista relevante <input type="radio"/> Pista pouco relevante <input type="radio"/> Não sei </p>
<p>20. g) Alegria</p> <p>Considera que um mentiroso expressa as seguintes emoções, mais vezes que o não mentiroso?</p> <p> <input type="radio"/> Pista muito relevante <input type="radio"/> Pista relevante <input type="radio"/> Pista pouco relevante <input type="radio"/> Não sei </p>

<p align="center">Parte III – Capacidade em Detetar a Mentira</p>
<p>1. Considera que a capacidade para detetar a mentira é uma vantagem para o sucesso do ato processual? Por favor, justifique.</p>
<p>2. Durante uma entrevista/interrogatório já obteve prova da sua perceção em relação à existência ou não de mentira por parte do entrevistado?</p> <p> <input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não <input type="radio"/> Não Sei </p>

2.1 Se sim, por favor diga em que medida tal aconteceu											
<input type="radio"/> Raramente											
<input type="radio"/> Algumas vezes											
<input type="radio"/> Frequentemente											
<input type="radio"/> Sempre											
3. Como se autoavalia em relação às suas capacidades para detetar eficazmente a mentira?											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
Nada satisfeito	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Totalmente satisfeito

A sua resposta foi submetida.

Muito obrigado pela sua colaboração!

APÊNDICE E – GRÁFICOS E TABELAS REFERENTES À CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA

Tabela n.º 2 – Idades dos militares inquiridos

Idade	N.º de respostas	Percentagem
≤ 35	15	14,71%
36- 45	53	51,96%
46-55	34	33,33%

Fonte: Elaboração Própria. com recurso ao MS® Excel.

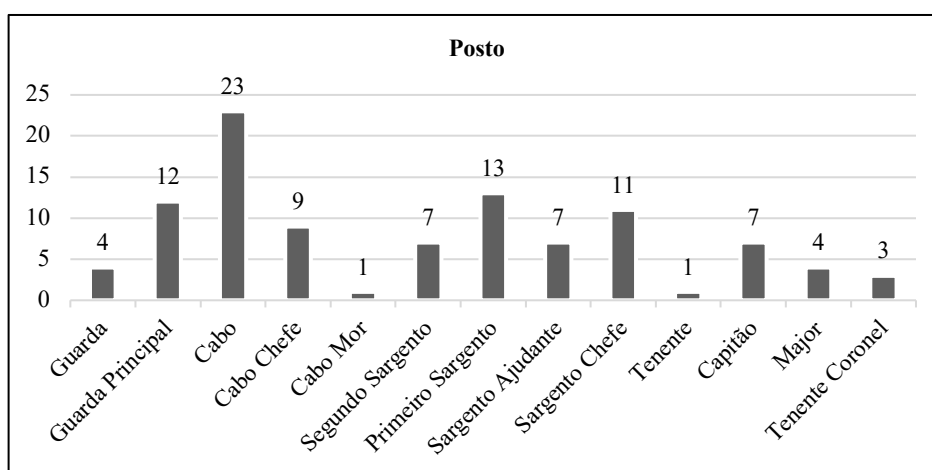


Figura n.º 7 – Gráfico de barras dos postos dos militares

Fonte: Elaboração própria com recurso ao IBM SPSS Statistics 25..

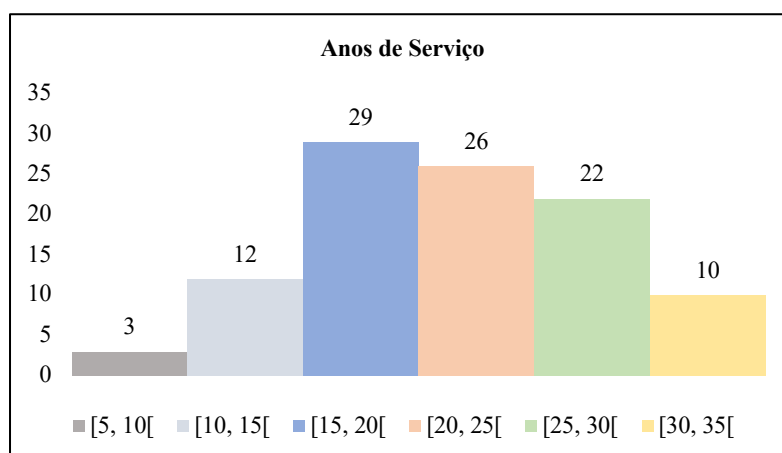


Figura n.º 8 – Histograma dos anos de serviço dos militares

Fonte: Elaboração própria com recurso ao IBM SPSS Statistics 25..

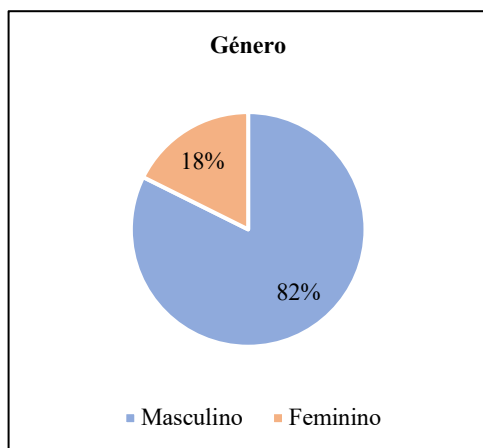


Figura n.º 9 — Gráfico circular do género dos militares

Fonte: Elaboração própria com recurso ao *IBM Statistics 25*.

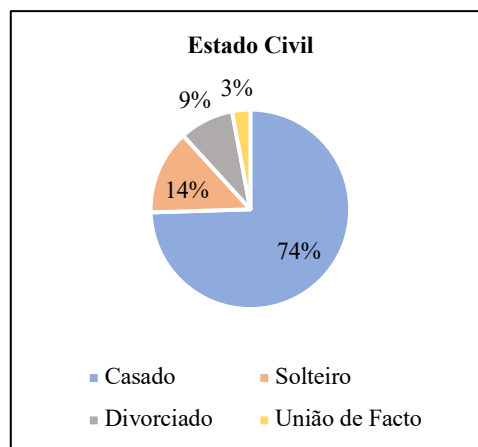


Figura n.º 10 — Gráfico circular do estado civil dos militares

Fonte: Elaboração própria com recurso ao *IBM Statistics 25*.

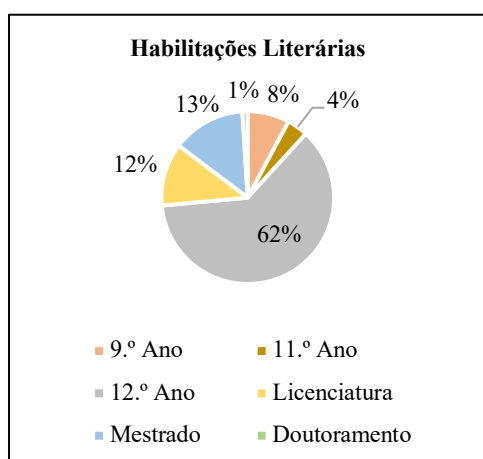


Figura n.º 11 — Gráfico circular das habilitações literárias dos militares

Fonte: Elaboração própria com recurso ao *IBM Statistics 25*.

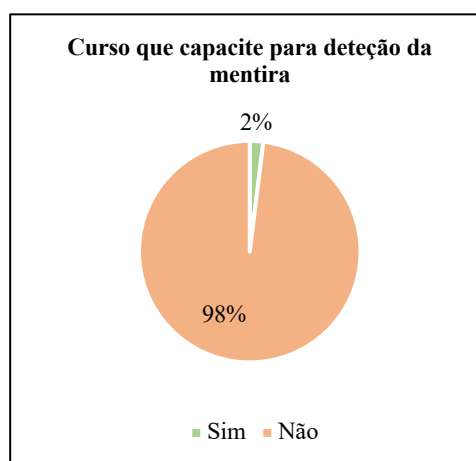


Figura n.º 12 — Gráfico circular da habilitação de curso que capacite para a deteção da mentira

Fonte: Elaboração própria com recurso ao *IBM Statistics 25*.

APÊNDICE F – TABELAS DE RESPOSTAS À PARTE I DO IQ

Tabela n.º 3 – Respostas à questão aberta da Parte I do IQ

1 – O que pensa serem boas pistas para detetar mentiras?					
	CATEGORIAS	Frequência Absoluta	Frequência Relativa	Percentagem	Total
	0. Inválida	5			
1. Elementos Verbais	1. Voz	1	0,007	1%	14%
	2. Elementos Verbais	19	0,132	13%	
2. Consistência do discurso	3. Coerência	7	0,049	5%	11%
	4. Contradições	8	0,056	6%	
	9. Clareza	1	0,007	1%	
3. Obstáculos à Compreensão	5. Falta de memória	1	0,007	1%	4%
	6. Hesitações	4	0,028	3%	
	7. Repetições	1	0,007	1%	
4. Descrição de Emoções	8. Descrição de Emoções	1	0,007	1%	1%
5. Postura	10. Mudança de comportamento	7	0,049	5%	35%
	11. Linguagem não verbal/corporal	37	0,257	26%	
	16. Postura	7	0,049	5%	
6. Rosto	12. Expressões e micro expressões faciais	7	0,049	5%	8%
	15. Contacto Visual	5	0,035	3%	
7. Inquietação/ Nervosismo	13. Inquietação/Nervosismo	18	0,125	13%	19%
	14. Reações	8	0,056	6%	
	18. Transpiração/ Suor	1	0,007	1%	
8. Oscilação dos níveis de confiança	17. Confiança	2	0,014	1%	1%
9.Outros	19. Provas	4	0,028	3%	6%
	20. Conhecimento dos factos	3	0,021	2%	
	21. Contrainterrogatório	1	0,007	1%	
	22. Formação	1	0,007	1%	

Fonte: Elaboração própria com recurso ao MS® Excel

Tabela n.º 4 – Respostas às questões fechadas da Parte I do IQ

	1_BPDM	2_Coe	3_Cla	4_CorEsp	5_Contr	6_GIP	7_Emo	8_QD	9_DE
-		92,2	81,4	49,0	6,9	59,8	52,9	62,7	68,6
=	Pergunta aberta	2,9	8,8	5,9	1,0	10,8	8,8	2,9	8,8
+		3,9	7,8	43,1	91,2	27,5	37,3	32,4	21,6
x		1,0	2,0	2,0	1,0	2,0	1,0	2,0	1,0
	10_PNE	11_NID	12_DT	13_DS	14_RC	15_RH	16_DI	17_P	18_OC
-	26,5	70,6	75,5	15,7	60,8	48,0	39,2	72,5	41,2
=	2,9	4,9	2,0	31,4	10,8	4,9	24,5	12,7	9,8
+	66,7	21,6	21,6	50,0	25,5	46,1	32,4	12,7	41,2
x	3,9	2,0	1,0	2,9	2,9	1,0	3,9	2,0	7,8

-	Menor frequência no caso dos mentirosos	4_CorEsp	N.º de Correções Espontâneas	11_NID	N.º de Interações Descritas
=	Sem diferenças	5_Contr	Contradições	12_DT	Detalhes Temporais
+	Maior frequência no caso dos mentirosos	6_GIP	Grau de Informação Percetual	13_DS	Detalhes Supérfluos
x	Não sei	7_Emo	Emoções descritas	14_RC	Reprodução de Conversas
1_BPDM	Boas Pistas para Detetar a Mentira	8_QD	Quantidade de detalhes	15_RH	Reconstrução da História
2_Coe	Coerência	9_DE	Detalhes espaciais	16_DI	Detalhes Incomuns
3_Cla	Clareza	10_PNE	Produção Não Estruturada	17_P	Plausabilidade
				18_OC	Operações Cognitivas

Fonte: Elaboração própria com recurso ao MS® Excel.

Tabela n.º 5 — Tabela comparativa das respostas obtidas com a investigação de Bogaard e Meijer (2018)

Variáveis	Respostas dos inquiridos	Grau de presença das variáveis na mentira, conforme Bogaard e Meijer (2018)
Coerência	<	<
Clareza	<	—
N.º de Correções Espontâneas	—	<
Contradições	>	>
Grau de Informação Percetual	<	<
Emoções Descritas	<	—
Quantidade de detalhes	<	<
Detalhes Espaciais	<	<
Produção Não Estruturada	>	>
N.º de Interações Descritas	<	>
Detalhes Temporais	<	<
Detalhes Supérfluos	>	—
Reprodução de Conversas	<	<
Reconstrução da História	—	—
Detalhes Incomuns	—	—
Plausibilidade	<	<
Operações Cognitivas	—	—

Legenda:

O sinal “>” indica que os sinais estão mais presentes nas declarações fabricadas.

O sinal “—” indica que não há relação entre a pista e o engano.

O sinal “<” indica que os sinais estão menos presentes nas declarações fabricadas.

Fonte: Elaboração Própria com recurso ao MS® Excel.

APÊNDICE G – TABELAS DE RESPOSTAS À PARTE II DO IQ

Tabela n.º 6 – Tabela de respostas à Parte II do IQ

	1_TV	2_CV	3_OC	4_I	5_MJ	6_MA	7_MP1	8_MP2	9_Mpu	10_AC	11_SF	12_FP	13_FT
Pista muito relevante	35,3	48,0	27,5	30,4	12,7	14,7	24,5	26,5	30,4	20,6	36,3	18,6	14,7
Pista relevante	39,2	46,1	49,0	49,0	27,5	35,3	54,9	56,9	49,0	41,2	55,9	51,0	41,2
Pista pouco relevante	24,5	4,9	18,6	18,6	54,9	43,1	17,6	15,7	12,7	32,4	5,9	25,5	34,3
Não sei	1,0	1,0	4,9	2,0	4,9	6,9	2,9	1,0	7,8	5,9	2,0	4,9	9,8
	14_RIN	15_ES	16_TB	17_SD	18_LD	19_IG	20.a_M	20.b_T	20.c_R	20.d_D	20.e_S	20.f_N	20.g_A
Pista muito relevante	21,6	14,7	23,5	30,4	8,8	49,0	22,5	16,7	33,3	34,3	25,5	17,6	4,9
Pista relevante	42,2	42,2	40,2	56,9	46,1	45,1	55,9	43,1	42,2	52,9	52,0	42,2	22,5
Pista pouco relevante	28,4	34,3	31,4	10,8	28,4	2,9	19,6	36,3	21,6	9,8	20,6	31,4	66,7
Não sei	7,8	8,8	3,9	2,0	16,7	2,0	2,0	3,9	2,0	2,9	2,0	8,8	5,9

Legenda

Valores em %

1_TV	Tom de Voz	7_MP1	Movimento dos pés	13_FT	Franzir/Enrugar a Testa	19_IG	Inquietação generalizada
2_CV	Contacto Visual: olhar por aceitação	8_MP2	Movimento das pernas	14_RIN	Rápida Inspiração de ar pelo nariz	20.a_M	Medo
3_OC	Orientação da Cabeça	9_Mpu	Mudanças pupilares	15_ES	Estreitar as sobrancelhas	20.b_T	Tristeza
4_I	Ilustradores	10_AC	Acenar com a cabeça	16_TB	Tapar o tronco/barriga	20.c_R	Raiva
5_MJ	Mãos juntas com os dedos entrelaçados	11_SF	Sorriso Falso	17_SD	Sorriso de desprezo	20.d_D	Desprezo
6_MA	Mãos afastadas	12_FP	Frequência em Pestanejar	18_LD	Colocar a língua entre os dentes repentinamente	20.e_S	Surpresa
						20.f_N	Nojo
						20.g_A	Alegria

Fonte: Elaboração própria com recurso ao MS® Excel.

Tabela n.º 7 – Tabela de respostas à caracterização da mudança do tom de voz

1.1 – Caso tenha assinalado como pista relevante ou muito relevante, diga como caracteriza a mudança no tom de voz do mentiroso.			
CATEGORIAS	Frequência Absoluta	Frequência Relativa	Percentagem
0. Inválida	31		
1. Tom de voz fica mais grave ou mais agudo	28	0,394366197	39,44%
2. Tom de voz indicia nervosismo	28	0,394366197	39,44%
3. Coloca ênfase no discurso	13	0,183098592	18,31%
4. Tom de voz tende a acalmar	2	0,028169014	2,82%

Fonte: Elaboração própria com recurso ao MS® Excel.

APÊNDICE H – GRÁFICOS E TABELA DE RESPOSTAS À PARTE III DO IQ

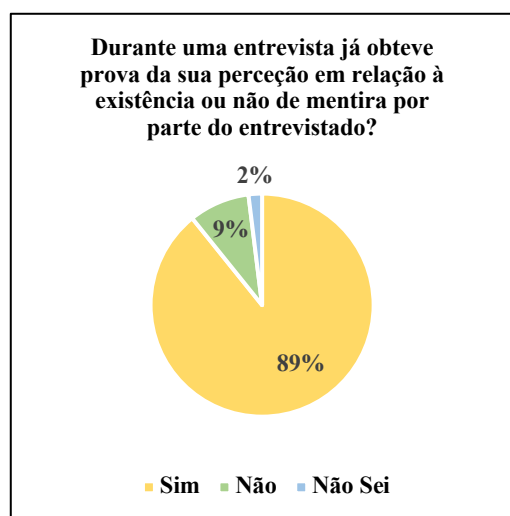


Figura n.º 13 – Gráfico circular das respostas obtidas à questão 2 da Parte III do IQ

Fonte: Elaboração própria com recurso ao *IBM SPSS Statistics 25*.

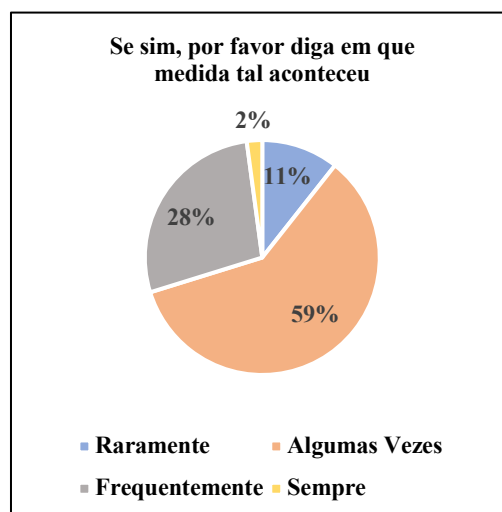


Figura n.º 14 – Gráfico circular das respostas obtidas à questão 2.1 da Parte III do IQ

Fonte: Elaboração própria com recurso ao *IBM SPSS Statistics 25*.

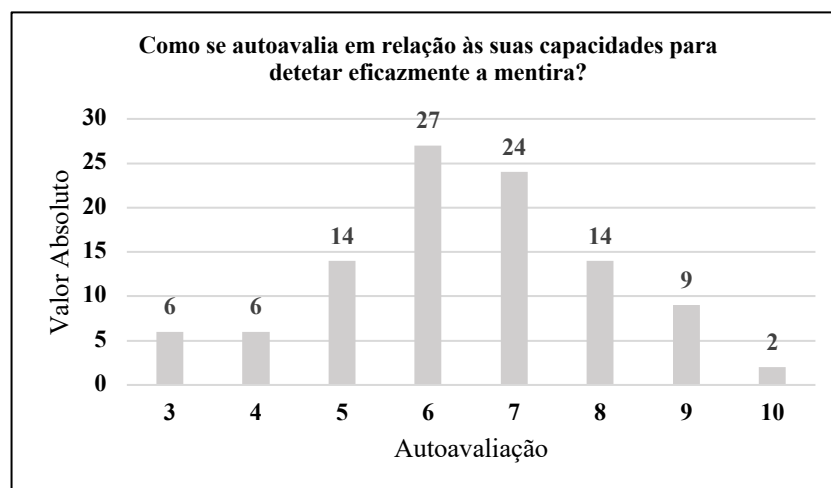


Figura n.º 15 – Gráfico de barras das respostas obtidas à questão 3 da Parte III do IQ

Fonte: Elaboração própria com recurso ao *IBM SPSS Statistics 25*.

Tabela n.º 8 — Tabela de respostas quanto à importância da detecção da mentira

1. Considera que a capacidade para detetar a mentira é uma vantagem para o sucesso do ato processual? Por favor, justifique.			
CATEGORIAS	Frequência Absoluta	Frequência Relativa	Percentagem
0. Inválida	3	0,029411765	2,94%
1. Sim	94	0,921568627	92,16%
2. Não	5	0,049019608	4,90%

Fonte: Elaboração Própria com recurso ao MS® Excel.

APÊNDICE I – TABELAS DE CORRELAÇÃO LINEAR E DE REGRESSÃO LINEAR MÚLTIPLA

Tabela n.º 9 – Tabela de relação entre as PV da DM

		N.º de interações descritas	Tom de Voz	Clareza
Plausabilidade	Correlação de Spearman	.513**	.439**	.407**
	Sig. (2 extremidades)	0,000	0,000	0,000
	N	102	102	102
		Coerência	N.º de interações descritas	Plausabilidade
Clareza	Correlação de Spearman	.521**	.428**	.407**
	Sig. (2 extremidades)	0,000	0,000	0,000
	N	102	102	102
		Detalhes Temporais	Detalhes Espaciais	Quantidade de detalhe
N.º de interações descritas	Correlação de Spearman	.573**	.529**	.520**
	Sig. (2 extremidades)	0,000	0,000	0,000
	N	102	102	102
		Detalhes Espaciais	N.º de Interações descritas	Detalhes Temporais
Quantidade de detalhe	Correlação de Spearman	.628**	.520**	.509**
	Sig. (2 extremidades)	0,000	0,000	0,000
	N	102	102	102
		N.º de Interações descritas	Quantidade de detalhe	Detalhes Espaciais
Detalhes temporais	Correlação de Spearman	.573**	.509**	.480**
	Sig. (2 extremidades)	0,000	0,000	0,000
	N	102	102	102

** . A correlação é significativa no nível 0,01 (2 extremidades).

* . A correlação é significativa no nível 0,05 (2 extremidades).

Fonte: Elaboração Própria com recurso ao *IBM SPSS Statistics 25*.

Tabela n.º 10 — Tabela de relação entre as PNV da DM

		Raiva	Nojo	Sorriso Falso
Tristeza	Correlação de Spearman	.487**	.482**	.464**
	Sig. (2 extremidades)	0,000	0,000	0,000
	N	102	102	102
		Franzir/Enrugar a Testa	Tapar o Tronco/Barriga	Acenar com a cabeça
Estreitar as sobrancelhas	Correlação de Spearman	.498**	.446**	.416**
	Sig. (2 extremidades)	0,000	0,000	0,000
	N	102	102	102
		Medo	Desprezo	Raiva
Tapar o tronco/barriga	Correlação de Spearman	.486**	.470**	.462**
	Sig. (2 extremidades)	0,000	0,000	0,000
	N	102	102	102
		Tristeza	Movimento dos pés	Ilustradores
Nojo	Correlação de Spearman	.482**	.426**	.391**
	Sig. (2 extremidades)	0,000	0,000	0,000
	N	102	102	102
		Raiva	Tapar o Tronco/Barriga	Frequência em pestanejar
Medo	Correlação de Spearman	.535**	.486**	.458**
	Sig. (2 extremidades)	0,000	0,000	0,000
	N	102	102	102

** . A correlação é significativa no nível 0,01 (2 extremidades).

* . A correlação é significativa no nível 0,05 (2 extremidades).

Fonte: Elaboração Própria com recurso ao *IBM SPSS Statistics 25*.

Tabela n.º 11 — Tabela de relação entre as PV/PNV e a “Prova da percepção quanto à detecção da mentira”

		Coerência	Clareza	Plausabilidade	Alegria	Inquietação generalizada	Detalhes supérfluos	Estreitar as sobrancelhas	N.º de interações descritas
Prova da percepção quanto à detecção da mentira	Correlação de Spearman	.374**	.334**	.274*	.270*	0,225*	0,222*	.213*	.196*
	Sig. (2 extremidades)	0,000	0,001	0,005	0,006	0,024	0,025	0,032	0,048
	N	102	102	102	102	102	102	102	102

** . A correlação é significativa no nível 0,01 (2 extremidades).

* . A correlação é significativa no nível 0,05 (2 extremidades).

Fonte: Elaboração Própria com recurso ao *IBM SPSS Statistics 25*.

Tabela n.º 12 — Resumo do modelo com as variáveis independentes e a variável dependente “Prova da percepção quanto à detecção da mentira”

Resumo do modelo

Modelo	R	R quadrado	R quadrado ajustado	Erro padrão da estimativa
1	.509 ^a	.259	.252	.342
2	.588 ^b	.346	.332	.323
3	.640 ^c	.410	.392	.308
4	.665 ^d	.442	.418	.301
5	.687 ^e	.471	.443	.295

a. Preditores: (Constante), Coerência

b. Preditores: (Constante), Coerência, Plausabilidade

c. Preditores: (Constante), Coerência, Plausabilidade, Alegria

d. Preditores: (Constante), Coerência, Plausabilidade, Alegria, Produção não estruturada

e. Preditores: (Constante), Coerência, Plausabilidade, Alegria, Produção não estruturada, Sorriso falso

Fonte: Elaboração Própria com recurso ao *IBM SPSS Statistics 25*.

APÊNDICE J – FORMAÇÃO NA GNR

Conforme referido por Paulo, Albuquerque e Bull (2014), relativamente à formação das polícias na DM, aspetos como a escassez de programas de treino, a formação insuficiente das próprias equipas de treino, a falta de financiamento, a reduzida cooperação por parte dos entrevistadores e a falta de articulação entre várias instituições, concorrem para as poucas contribuições nesta área que enquadram a realidade portuguesa. Desta forma, o presente subcapítulo, atentar-se-á na formação que atualmente é ministrada aos vários cursos de formação da GNR.

De forma a analisar o número de horas dedicadas a assuntos de entrevista/interrogatório, técnicas e ferramentas que contribuam para a formação dos militares na DM, atentar-se-á nos conteúdos programáticos²⁰ — Programas Gerais Detalhados (PGD) — dos seguintes cursos: Curso de Formação de Guardas — CFG; Curso de Promoção a Cabo — CPCb; Curso de Formação de Sargentos (Armas e Serviços) — CFS; Curso de Promoção a Sargento-Ajudante — CPSA; Tirocínio para Oficiais — TPO; e ainda o Curso de Promoção a Capitão — CPC.

É na Unidade Curricular (UC) de Informações e Investigação Criminal do CFG que surge a primeira alusão à entrevista e interrogatório, definindo-se como OG a compreensão destes dois conceitos. Integrados neste OG, fazem parte integrante, OE como identificar os objetivos e funções da entrevista/interrogatório; conceber a entrevista/interrogatório como um processo de interação; interpretar a linguagem verbal e não verbal; enunciar as qualidades do entrevistador; descrever a forma de preparar uma entrevista/interrogatório. Também na UC de Comunicação e Atendimento, determina-se, entre outros aspetos, que os formandos deverão ficar aptos a reconhecer a importância da dimensão não verbal nas missões que lhes serão atribuídas a nível operacional, em particular no contacto direto com os cidadãos.

No CPCb, a respeito de matérias potenciadoras da formação no âmbito DM, destaca-se inicialmente, no contexto da UC de Comunicação e Atendimento I, o objetivo de os militares reconhecerem a importância da expressividade não verbal nas interações sociais, em geral e na eficácia profissional, em específico. A UC de Comunicação e Atendimento II,

²⁰ *Vide in fine* quadro de análise aos PGD.

dedica-se também (entre outros objetivos) ao estudo das modalidades de comunicação, designadamente: verbal; não verbal; e mista.

No que respeita ao CFS, na UC de IC, define-se desde logo como um dos objetivos de aprendizagem saber utilizar corretamente as técnicas de entrevista e interrogatório, e saber conduzir uma entrevista e interrogatório de acordo com os procedimentos sistemáticos. Visa-se assim, habilitar os instruendos a utilizar corretamente as técnicas de entrevista e interrogatório, e a coordenar e conduzir uma entrevista e interrogatório de acordo com os procedimentos sistemáticos.

Quanto ao TPO, o único módulo dedicado ao assunto em questão trata-se do módulo técnico/tático de IC. São apontados desde logo 2 (dois) objetivos gerais neste módulo, que de alguma forma, acabam por estar associados à DM, sendo eles: enunciar as etapas chave na elaboração de Inquéritos Policiais; e executar entrevistas e interrogatórios judiciais. Pretende-se também que o módulo capacite os formandos quanto à identificação dos objetivos da entrevista/interrogatório, conhecendo as diversas metodologias empregues na sua realização.

Após a análise aos PGD do CPSA e CPC, constatou-se que nenhum dos cursos visa qualquer aspeto referente à matéria de entrevista/interrogatório, nem a qualquer outro assunto que possa contribuir, direta ou indiretamente, para a formação no âmbito da DM.

Quadro n.º 1 – Quadro de Análise aos PGD

CURSO	UC	OG	OE	H
Curso de Formação de Guardas (CFG)	Informações e Investigação Criminal	Compreender a entrevista e o interrogatório	<ul style="list-style-type: none">• Identificar os objetivos e funções da Entrevista/Interrogatório;• Conceber a entrevista/interrogatório como um processo de interação;• Identificar as formas corretas para gerir corretamente a empatia;• Interpretar a linguagem verbal e não verbal;• Enunciar as qualidades do entrevistador;• Descrever a forma de preparar uma entrevista/interrogatório;• Identificar as técnicas de motivação do interlocutor;	1
	Comunicação e Atendimento	Reconhecer a importância da dimensão não verbal	<ul style="list-style-type: none">• Distinção entre a CV e CNV• Características e funções da CNV	3
Curso de Promoção a Cabo (CPCb)	Comunicação e Atendimento I	Reconhecer a importância da expressividade não verbal	<ul style="list-style-type: none">• Identificar as várias funções e dimensões da CNV;• Compreender o carácter cultural da maior parte da expressividade não verbal;• Reconhecer o impacto da expressividade não-verbal nas relações humanas;• Caracterizar as várias categorias de CNV;• Identificar comportamentos não verbais empáticos em situação de interação com o cidadão	1
	Comunicação e Atendimento II	Estudo das modalidades de comunicação	<ul style="list-style-type: none">• Estudo das modalidades de comunicação verbal, não verbal e mista	1
Curso de Formação de Sargentos (CFS)	Investigação Criminal	Saber utilizar corretamente as técnicas de entrevista e interrogatório	<ul style="list-style-type: none">• Identificar os objetivos da Entrevista/Interrogatório;• Conceber a Entrevista/Interrogatório como um processo de interação;• Gerir corretamente a empatia;• Interpretar a Linguagem Verbal e Não verbal;• Identificar e desenvolver as qualidades do Entrevistador;• Preparar uma Entrevista/Interrogatório;• Enumerar as funções da Entrevista/Interrogatório;• Identificar as técnicas de motivação;• Identificar o procedimento sistemático em Entrevista e Interrogatório	2
		Saber conduzir uma entrevista e interrogatório de acordo com os procedimentos sistemáticos	<ul style="list-style-type: none">• Planear e executar uma Entrevista/Interrogatório a um Denunciante de um crime; a um Ofendido/Vítima; e a um Arguido	3
Tirocínio para Oficiais (TPO)	Investigação Criminal	Enunciar as etapas chave na elaboração de Inquéritos Policiais	<ul style="list-style-type: none">• Identificar os objetivos da Entrevista/Interrogatório;• Identificar, distinguir e interpretar os tipos de linguagem;• Identificar e explicar as principais funções da Entrevista/interrogatório	6
		Entrevistar numa situação de simulação, os diversos intervenientes no Processo	<ul style="list-style-type: none">• Executar uma Entrevista/ Interrogatório, com o objetivo de recolher Prova Pessoal, a um interveniente no Processo.	3
UC – Unidade Curricular OG – Objetivo Geral OE – Objetivo Específico H – Carga Horária				

Fonte: Elaboração Própria com recurso ao MS® Excel.

APÊNDICE K — MANUAL DE ENTREVISTA/INTERROGATÓRIO

Elemento comum a todos os cursos de formação mencionados no Apêndice J, o Manual de Entrevista/Interrogatório, inclui as técnicas que atualmente são utilizadas na GNR, constituindo-se como material de apoio, estabelece os pressupostos das entrevistas nos interrogatórios. Importa aqui perceber, quais as técnicas que o Manual engloba, fazendo-se a ligação com as técnicas já abordadas na presente investigação.

Primeiramente, é necessário distinguir a entrevista do interrogatório. De acordo com o Manual, a entrevista apresenta-se como uma forma de processar informação, enquanto o interrogatório constitui o exame detalhado dos factos. Contudo, são inseparáveis, cruzando-se no mesmo ato. A entrevista está diretamente associada à metodologia não diretiva. O interrogatório, por sua vez, relaciona-se com a metodologia diretiva. Em contexto de recolha de informação verifica-se a alternância entre entrevista e interrogatório, verificando-se o cruzamento dos objetivos (Guarda Nacional Republicana, 2008).

Dividido em 13 (treze) pontos, a presente análise incidirá apenas nos pontos que digam diretamente respeito à DM.

O Manual (Guarda Nacional Republicana, 2008) começa por estabelecer o principal objetivo do entrevistador — obter o máximo de informação, esclarecendo a prática de qualquer ilícito criminal. Seguidamente, ressalva-se de imediato que este objetivo deverá recorrer “a técnicas adequadas, não havendo, em caso algum, justificação para a utilização de processos ou métodos ilegais que contribuam para denegrir a imagem da Guarda ou afetar a integridade física e moral ou a dignidade da condição humana” (Guarda Nacional Republicana, 2008, p. 7).

Com base no art.º 126.º CPP, estabelecem-se desde logo as proibições de recolha de prova, sendo “nulas, não podendo ser utilizadas, as provas obtidas mediante tortura, coação ou, em geral, ofensas da integridade física ou moral das pessoas.”²¹

O art.º estabelece assim a proibição de obtenção de prova mediante: perturbação da liberdade de vontade ou de decisão através de maus tratos; ofensas corporais; administração de meios de qualquer natureza; hipnose ou utilização de meios cruéis ou enganosos; perturbação, por qualquer meio, da capacidade de memória ou de avaliação; utilização da força, fora dos casos e dos limites permitidos pela lei; ameaça com medida legalmente

²¹ Cfr. art.º 126.º n.º 1 do CPP, Lei n.º 20/2013, de 21 de fevereiro.

inadmissível, bem como denegação ou condicionamento da obtenção de benefício legalmente previsto; e promessa de vantagem legalmente inadmissível.

À semelhança dos métodos anteriores, serão igualmente consideradas nulas as provas que resultem da intromissão na vida privada, no domicílio, na correspondência ou nas telecomunicações sem o consentimento do respetivo titular²².

O Manual frisa o facto de na entrevista/interrogatório, estarem patentes dois tipos de linguagem, que o entrevistador deve analisar quer isoladamente, quer em conjunto: a linguagem verbal e a linguagem não verbal. A linguagem verbal é entendida neste documento como tudo aquilo que é dito, ao passo que a linguagem não verbal abarca a postura do entrevistado, os seus comportamentos, gestos, atitudes, bem como toda a expressão oral que acompanha a comunicação oral.

Neste ponto faz-se alusão à divisão proposta por Otu (2015), afirmando-se que associados aos dois tipos de linguagem, destacam-se 3 (três) atitudes: a proxémia; a cinésica; e a paralinguagem²³.

Passando para as técnicas de entrevista/interrogatório, consideram-se duas técnicas fundamentais: a Metodologia da Entrevista/Interrogatório (que compreende as metodologias diretiva, não diretiva ou aberta, e mista); e a Gestão de Atitudes.

A metodologia diretiva, caracteriza-se pela implementação de questões objetivas e fechadas, admitindo a possibilidade de terem sido elaboradas antecipadamente, tendo em vista o esclarecimento de aspetos fundamentais, que para a investigação, se configuram ainda como duvidosos. Esta metodologia abarca assim um conjunto de questões decisivas, orientadas para o esclarecimento de assuntos específicos, sendo aconselhável a sua aplicação para com burlões, testemunhas faladoras e imaginativas.

Quanto à metodologia não diretiva, predomina uma liberdade de explanação, com base num determinado conjunto de questões abertas, pelas quais o entrevistador deverá iniciar a entrevista/interrogatório. Compete ao entrevistador escutar, motivar e orientar a explanação, procurando-se a objetividade, de forma a evitar desvios, intervindo este de forma pontual e oportuna. Caso se afigure necessário esclarecer determinados aspetos em concreto, deverá o entrevistador colocar as questões específicas e necessárias para o esclarecimento da situação.

Consequentemente, a metodologia mista engloba as duas anteriores. Ou seja, no decurso de uma entrevista/interrogatório, recorre-se alternada e sucessivamente à metodologia diretiva e à metodologia não diretiva.

²² Cfr. art.º 126.º n.º 2 do CPP, Lei n.º 20/2013, de 21 de fevereiro.

²³ Vide pp. 18-21.

A escolha ajustada e oportuna de uma das metodologias mencionadas, depende em grande parte de aspetos como a personalidade do interlocutor, do tipo de crime a investigar, da capacidade e inteligência do entrevistado, ou dos antecedentes criminais e policiais do entrevistado.

No que concerne à Gestão de Atitudes, pretende-se com esta técnica, destacar o papel relevante de uma atitude e o consequente contributo para o sucesso da entrevista – a empatia. Esta atitude exige que o entrevistador tente penetrar o pensamento do entrevistado “compreendendo o seu universo pessoal “como se” fosse o próprio entrevistado, mas, sem que o entrevistador se despersonalize” (Guarda Nacional Republicana, 2008, p. 14). No fundo, pretende-se que o entrevistador se coloque na posição do entrevistado de modo a entender as razões que o levaram a praticar aquele crime.

Recorrendo à empatia, o entrevistador avalia e compreende a mensagem transmitida por este, permitindo que também o entrevistado tenha a perceção que está a ser compreendido sem juízos de valor. Funciona assim, como uma ferramenta para conquistar a confiança do emissor, tendo em vista a informação que pretende recolher. É também um pressuposto desta técnica, que o entrevistado não encare o entrevistador como um adversário que o condena e julga *a priori*, mas antes um confidente que o auxiliará a ultrapassar aquele momento menos favorável. No entanto, há que ter em conta que esta atitude deverá sempre ser ajustada a cada situação e contexto em que ocorre, sem que se tenha a veleidade de querer esclarecer um caso à custa desta atitude.

No ponto 7 (sete) do Manual é fornecido um conjunto de técnicas de motivação que compreendem as atitudes e procedimentos, que o entrevistador deverá adotar, tendo em vista a dinâmica do diálogo para a recolha de prova pessoal. Estas técnicas são divididas em dois grupos: técnicas clássicas de motivação; e técnicas particulares de motivação.

As primeiras são caracterizadas como as que poderão ser utilizadas quer em âmbito policial quer pela sociedade em geral no decurso de qualquer atividade que envolva a troca e/ou a recolha de informação. As técnicas clássicas englobam: uso de expressões breves – garantem a continuidade de ligação com o interlocutor, passando a imagem de que o entrevistador está atento e interessado no que está a ser dito, estimulando-o a falar (*e.g.*, “sim, sim... continue”); procedimento do espelho/eco — através da repetição das últimas palavras ou frase do entrevistado, estimula-se o entrevistado, devolvendo-lhe a palavra; reformulação — com o objetivo de proceder à ordenação dos factos (inicialmente reportados de forma indisciplinada, devido a acontecimentos graves que acabam por traumatizar quem os experiencia), organiza-se a mente e esclarece-se o que realmente aconteceu; formulação de

pedidos neutrais — consiste no apelo a questões morais, éticas de cidadania (*e.g.* testemunha ocular de um homicídio pouco colaborante em virtude de ter sido ameaçada pelo autor); formulação de pedidos particulares — traduz-se no apelo a questões afetivas ou de consciência, através da colocação do interlocutor no lugar da vítima; repetição — técnica semelhante ao procedimento do espelho/eco, mas repetindo um período do diálogo mais longo, motivando o entrevistado a continuar; silêncios — quando oportuna e corretamente usados, os silêncios transmitem mensagens e ganham significado para o entrevistado. Pretende-se transmitir uma ideia de acompanhamento, interesse e cedência de tempo ao entrevistado para refletir.

Quanto às técnicas particulares de motivação, importa referir que são exclusivamente usadas em contexto de entrevista/interrogatório, abrangendo: incompreensão voluntária — de forma intencional e claramente perceptível, demonstrar que não se percebe ou que se tem dúvidas quanto a determinado aspeto da história; contraexemplos — referir aspetos vulneráveis que, por vezes, não têm qualquer relação com o assunto em causa (*e.g.* quando indivíduos se apresentam com presunção e indignação de terem sido convocados para prestar depoimentos, confrontá-lo com factos pouco abonatórios que o mesmo tenha praticado); recurso a fontes prestigiadas ou valorizadas pelo entrevistado — apresentação de provas/documentos irrefutáveis pelo entrevistado.

Através da análise realizada ao Manual é possível concluir que existe uma clara ligação entre as teorias referidas no decurso da investigação, abordando mais do que uma visão, com o intuito de maximizar a recolha de prova pessoal por parte dos militares.

ANEXOS

ANEXO A – TEORIAS DE COMPORTAMENTO NÃO VERBAL E DE ENGANO

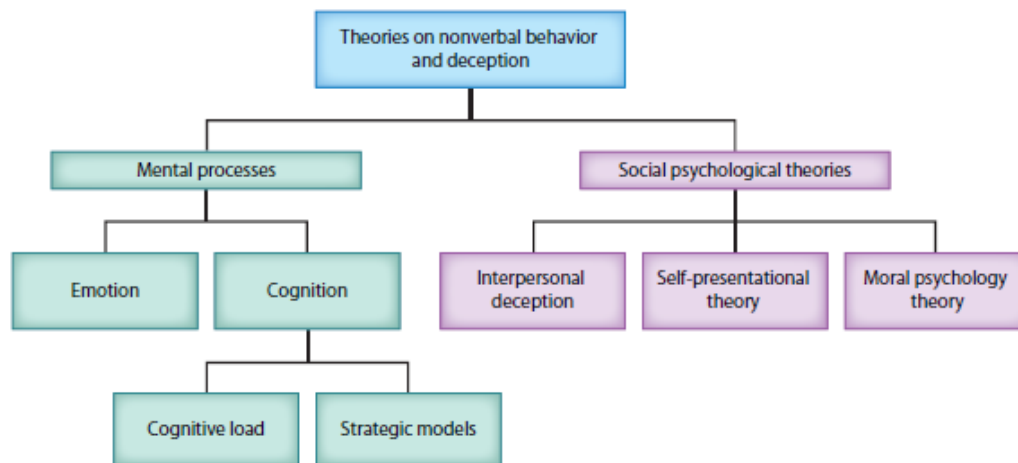


Figura n.º 16 — Teorias de comportamento não verbal e de engano

Fonte: Vrij, Hartwig & Granhag (2019, p. 298).

ANEXO B – ALEGADAS DIFERENÇAS PSICOLINGUÍSTICAS ENTRE SUSPEITOS VERDADEIROS E ENGANOSOS

Quadro n.º 2 – Alegadas diferenças psicolinguísticas entre suspeitos verdadeiros e enganosos

Truthful	Deceptive
1. Rich in details	Lack of details
2. First person singular, past tense	Deviates from the first person singular, past tense
3. Proper introduction of victim: “My daughter . . .”	Improper introduction of victim: “She . . .”
4. Uses possessive pronoun: “My daughter . . .”	Lack of possessive pronoun: “The child . . .”
5. No gaps in time	Missing time: “Two hours later . . .”
6. Appropriate emotions in the right place (postincident)	No emotions
7. Will deny doing the crime before being asked	Only makes denials to direct question
8. Flow of story proper	Incorrect flow of story

Fonte: Leo (2008, p. 102).